



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DANILO SORATO OLIVEIRA MOREIRA

**ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A CONTINUIDADE DOS
GOVERNOS TEMER E BOLSONARO**

MACAPÁ- AP
2019

DANILO SORATO OLIVEIRA MOREIRA

**ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A CONTINUIDADE DOS
GOVERNOS TEMER E BOLSONARO**

Monografia apresentada ao Curso de
Relações Internacionais do
Departamento de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do
Amapá, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Ms. Tiago Luedy.

MACAPÁ – AMAPÁ
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

Moreira, Danilo Sorato Oliveira

Análise de Política Externa Brasileira: A continuidade dos governos
Temer e Bolsonaro / Danilo Sorato Oliveira Moreira; orientador, Tiago
Luedy Silva. – Macapá, 2019.
156 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Fundação Universidade
Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Relações Internacionais.

1. Política externa brasileira. 2. Brasil – Política e governo – 2019. 3.
Temer, Michel, 1940-. 4. Comércio exterior. 5. Segurança. I. Silva, Tiago
Luedy, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.
327.81 M838a
CDD: 22. ed.

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANILO SORATO OLIVEIRA MOREIRA

ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A CONTINUIDADE DOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Ms. Tiago Luedy.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Ms. Tiago Luedy Silva (Orientador/ UNIFAP)

Prof. Dr. Adriano de Freixo (membro convidado/ UFF)

Prof. Dr. Miguel Patrice Philippe Dhenin (membro convidado/ UFRJ)

ATA DE DEFESA



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - DFCH
COLEGIADO DO BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CCRI

ATA DE DEFESA DE TCC

Ao sexto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, na Sala 1 da PROGEP da Universidade Federal do Amapá, às 16:00 horas, reuniu-se a Banca Examinadora composta por: Tiago Luedy, orientador do trabalho e presidente da banca, Prof. Miguel Patrice Philippe Dhenin e Prof. Adriano de Freixo. A reunião teve por objetivo julgar o trabalho de conclusão de curso do estudante **DANILO SORATO OLIVEIRA MOREIRA**, sob o título: **ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A CONTINUIDADE DOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO**. Os trabalhos foram abertos pelo professor Tiago Luedy. A seguir foi dada a palavra ao estudante para apresentação do TCC. Cada examinador fez suas considerações sobre o trabalho, o Prof. Adriano de Freixo por videoconferência e o Prof. Miguel Dhenin por parecer escrito, ao que o aluno teve a oportunidade de responder às perguntas e feitas. Terminadas as arguições, procedeu-se o julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora por sua APROVAÇÃO e nota conceito de: 8,75 (oito virgula setenta e cinco). Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, para surtir seus efeitos legais, a qual vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Macapá-AP, 06 de dezembro de 2019.



Presidente



Membro-Titular



Membro-Titular

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que não tiveram oportunidade de conquistar um diploma universitário.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Amapá pela oportunidade de ingressar mais uma vez em uma graduação pública.

A todos os professores do Colegiado de Relações Internacionais, que me ensinaram conhecimentos profissionais e humanos para a vida.

A todos que, de alguma forma, manifestaram seu apoio e incentivo para a concretização dessa Monografia, mais especialmente ao meu orientador, Tiago Luedy, pela prestação e disponibilidade em orientar esse TCC. Ademais, ressalto a sua humanidade, que vai além do espaço profissional, pois é uma figura ímpar no estado do Amapá.

Aos professores da Banca de Defesa, pelas contribuições, análises e apontamentos para o melhor aperfeiçoamento desse texto. Ao especialista, professor Adriano de Freixo, pelas correções e grande aula de Política Externa! Ao professor, Miguel Dhenin, pela participação.

Aos colegas de Graduação e da Universidade pelas conversas e debates sobre a realidade universitária, política, internacional e pessoal.

Ao querido Agamenon, vendedor na UNIFAP, pela simplicidade e ajuda em momentos de aperto financeiro e alimentar.

Às pessoas de minha família.

A minha irmã, Paula Moreira, uma das primeiras pessoas a fomentar meus estudos e sonhos para a carreira diplomática, que possibilitaram a abertura mental para os temas de Relações Internacionais, inclusive o campo desse objeto de estudo.

A minha tia-madrinha, Françoise Sampaio, pela dica em prestar o Processo Seletivo Especial de Matrículas (PSME/UNIFAP), quando o autor não sabia da existência do certame. Ademais, com sua generosidade e bondade infinitas, deu apoio psicológico, econômico e familiar para que acreditasse ser possível achar um lugar ao Sol.

A minha mãe, Grace Sampaio, pelo investimento educacional nos mais diversos setores da vida em que este autor se apresenta, desde aspectos políticos, culturais, etc.

Às pessoas de minha segunda família, nas figuras de Viviane Simões, Ana Lúcia Santos e Maria Simões.

A minha companheira de viagem na vida, Alana Tenório, por haver estado no mesmo curso, batalhas, disciplinas, provas, TCC's, angústias, notas, estresses, sofrimentos, debates políticos, internacionais, etc. Em suma, do início ao fim, dessa graduação fundamental para nossas visões de mundo. Teu companheirismo é incomparável!

EPIGRAFE

O perigo de ficarmos só voltados para o ideal é a irrelevância. O de estarmos totalmente voltados para o realismo é a inação.
AMORIM, Celso. 2011.

RESUMO

SORATO, Danilo. **Análise de política externa brasileira: A continuidade dos governos Temer e Bolsonaro**. 2019. 156 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2019.

O tema dessa monografia é a Política Externa dos Governos Temer e Bolsonaro no período 2016 a 2019. Esse texto monográfico apresenta por objetivo a análise das Políticas Externas Brasileiras dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. A metodologia desse trabalho é discutir os discursos de Chanceleres, notas do Itamaraty, documentos oficiais, textos jornalísticos e bibliografia especializada do objeto de estudo, de forma qualitativa e analítica através de revisão bibliográfica. Nesse aspecto, é fundamental a compreensão teórica em que a subárea Análise de Política Externa é usada para dar substância conceitual ao trabalho, especificamente, para ampliar o entendimento sobre as bases e ações dos formuladores de Política Externa nos governos escolhidos. A hipótese desse texto é perceber a continuidade entre as administrações a partir das áreas fundamentais como desideologização, comércio e segurança. Dessa forma, as considerações finais é que houve similaridade na ação internacional na busca pela crítica aos parceiros estratégicos do PT, na procura pelos acordos comerciais e investimentos e na discussão do combate aos crimes transnacionais nas díades brasileiras.

Palavras-chave: Política Externa, Jair Bolsonaro, Michel Temer, Desideologização, Comércio, Segurança.

ABSTRACT

SORATO, Danilo. **Análise de política externa brasileira: A continuidade dos governos Temer e Bolsonaro**. 2019. 156 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2019.

The theme of this monograph is the Foreign Policy of the Temer and Bolsonaro Governments from 2016 to 2019. This monographic text presents the analysis of the Brazilian Foreign Policies of the Michel Temer and Jair Bolsonaro governments. The methodology of this work is to discuss the speeches of Foreign Ministers, Itamaraty notes, official documents, journalistic texts and specialized bibliography of the object of study, in a qualitative and analytical way through bibliographic review. In this respect, the theoretical understanding in which the Foreign Policy Analysis subarea is used to give conceptual substance to the work, specifically to broaden the understanding of the bases and actions of foreign policy makers in the chosen governments, is fundamental. The hypothesis of this text is to perceive the continuity between administrations from the fundamental areas such as deideologization, trade and security. Thus, the final considerations are that there was similarity in international action in seeking criticism of the PT's strategic partners, in seeking trade and investment agreements, and in discussing the fight against transnational crimes in Brazilian dyads.

Keywords: Foreign Policy, Jair Bolsonaro, Michel Temer, Ideologization, Trade, Security.

RÉSUMÉ

SORATO, Danilo. **Análise de política externa brasileira: A continuidade dos governos Temer e Bolsonaro**. 2019. 156 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2019.

Le thème de cette monographie est la politique étrangère des gouvernements Temer et Bolsonaro de 2016 à 2019. Ce texte monographique présente l'analyse de la politique étrangère brésilienne des gouvernements Michel Temer et Jair Bolsonaro. La méthodologie de ce travail consiste à discuter des discours des ministres des Affaires étrangères, des notes d'Itamaraty, des documents officiels, des textes journalistiques et de la bibliographie spécialisée de l'objet à étudier, de manière qualitative et analytique par le biais d'une revue bibliographique. À cet égard, la compréhension théorique dans laquelle la sous-zone Analyse de la politique étrangère est utilisée pour conférer une substance conceptuelle au travail, en particulier pour élargir la compréhension des fondements et des actions des décideurs étrangers dans les gouvernements choisis, est fondamentale. L'hypothèse de ce texte est de réaliser la continuité entre les administrations des domaines fondamentaux tels que la déidéologisation, le commerce et la sécurité. Ainsi, les considérations finales sont qu'il y avait une similitude dans l'action internationale pour demander des critiques aux partenaires stratégiques du PT, pour rechercher des accords de commerce et d'investissement et pour discuter de la lutte contre la criminalité transnationale dans les dyades brésiliennes.

Mots-clefs: Politique étrangère, Jair Bolsonaro, Michel Temer, idéologie, commerce, sécurité.

RESUMEN

SORATO, Danilo. **A análise de política externa brasileira: A continuidade dos governos Temer e Bolsonaro.** 2019. 156 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2019.

El tema de esta monografía es la política exterior de los gobiernos de Temer y Bolsonaro de 2016 a 2019. Este texto monográfico presenta el análisis de las políticas exteriores brasileñas de los gobiernos de Michel Temer y Jair Bolsonaro. La metodología de este trabajo es discutir los discursos de los Ministros de Relaciones Exteriores, las notas de Itamaraty, los documentos oficiales, los textos periodísticos y la bibliografía especializada del objeto de estudio, de forma cualitativa y analítica a través de la revisión bibliográfica. A este respecto, es fundamental la comprensión teórica en la que se utiliza la subárea Análisis de Política Exterior para dar sustancia conceptual al trabajo, específicamente para ampliar la comprensión de las bases y acciones de los responsables de la política exterior en los gobiernos elegidos. La hipótesis de este texto es percibir la continuidad entre administraciones desde áreas fundamentales como la desideologización, el comercio y la seguridad. Por lo tanto, las consideraciones finales son que hubo similitud en la acción internacional al buscar críticas a los socios estratégicos del PT, al buscar acuerdos comerciales y de inversión, y al discutir la lucha contra los crímenes transnacionales en las décadas brasileñas.

Palabras-clave: Política Exterior, Jair Bolsonaro, Michel Temer, Ideologización, Comércio, Seguridad.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo de instrumentos metodológicos utilizados na Monografia.....	20
Quadro 2 – As diferenças na Política Externa entre Temer e governos anteriores.....	41
Quadro 3 – As visões de PSDB e PT para a América do Sul.....	52
Quadro 4 – As semelhanças na Política Externa entre Temer e Bolsonaro.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMAQ	Associação Brasileiras da Indústria de Máquinas e Equipamentos
APE	Análise de Política Externa
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
BASIC	Brasil, África do Sul, Índia e China
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CENIDH	Centro Nicaraguense dos Direitos Humanos
CII	Corporação Interamericana de Investimentos
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
EFTA	Associação Europeia de Livre Comércio
EUA	Estados Unidos da América
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI	Fundo Monetário Internacional
GIEI	Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IEEPP	Instituto de Estudos Estratégicos e Políticas Públicas
IIRSA	Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana
IPRI	Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MD	Ministério da Defesa
MF	Ministério da Fazenda
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MESENI	Mecanismo Especial de Acompanhamento para a Nicarágua
OCDE	Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCFI	Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
PEB	Política Externa Brasileira

PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PR	Presidente da República
PROSUL	Foro para o Progresso da América do Sul
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
QUAD	Diálogo de Segurança Quadrilateral
SEBIN	Serviço Bolivariano de Inteligência
TSJ	Tribunal Supremo de Justiça
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: O CAMPO DE ESTUDO E O DEBATE BIBLIOGRÁFICO	22
2.1	A análise de Política Externa e o campo de estudo	22
2.2	A análise de Política Externa e a bibliografia sobre o tema	30
2.2.1	<i>A bibliografia do período Temer</i>	30
2.2.2	<i>A bibliografia do período Bolsonaro</i>	53
3	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE TEMER E BOLSONARO: A CONTINUIDADE	74
3.1	Serra e a Nova Política Externa Brasileira	74
3.1.1	<i>A Desideologização</i>	76
3.1.2	<i>O Comércio</i>	79
3.1.3	<i>A Segurança</i>	82
3.2	Nunes e o aprofundamento da Nova Política Externa Brasileira	83
3.2.1	<i>A Desideologização</i>	84
3.2.2	<i>O Comércio</i>	97
3.2.3	<i>A Segurança</i>	104
3.3	Araújo e a continuidade da Nova Política Externa Brasileira	106
3.3.1	<i>A Desideologização</i>	109
3.3.2	<i>O Comércio</i>	118
3.3.3	<i>A Segurança</i>	122
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

1 INTRODUÇÃO

A vitória nas Eleições presidenciais do candidato do Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, sobre o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, iniciou uma série de análises prospectivas acerca da Política Externa a ser adotada pelo novo governo. A partir de uma análise conjunta aos principais aspectos da administração Michel Temer (2016-2018), é possível demonstrar que existe um grande espaço para continuidades na agenda exógena, especialmente nos assuntos que envolvam a ideologização, o comércio e a segurança. Portanto, em uma análise de Política Externa, que envolva a compreensão de discursos oficiais de chanceleres e presidentes, e documentos oficiais, entende-se que os próximos passos da nova gestão estão em semelhança com as mudanças implantadas com a “Nova Política Externa Brasileira” a partir de maio de 2016. Esses novos modelos pretendem, sobretudo, diferenciar-se das administrações anteriores de Lula da Silva e Dilma Rousseff para a impressão de uma nova marca.

A Política Externa Brasileira ao longo dos últimos 200 anos esteve condicionada às alterações de turno dos chefes de Estado, mas se manteve uma característica intrínseca, a impossibilidade de provocar conflitos internacionais, salvo no período entre 1850-1870 na região do Prata. Na República, portanto, como aponta Cervo e Bueno (2015, p. 13), além da sua condição constitucional de impedir a guerra, os homens de estado estiveram em busca do interesse nacional sob duas formas, o desenvolvimento econômico e a autonomia. Nesse processo macro, com 130 anos de existência (1889-2019), ora os tomadores de decisão lograram atender às vontades globais socioeconômicas, ora fizeram políticas mais restritivas e prejudiciais ao país.

No que tange a Nova República (1985-2019), pode-se afirmar que a Política Externa Brasileira mantém traços de continuidade na sua ação externa. Como diz Cervo e Bueno (2015, p. 488-489), a busca pelo desenvolvimento e pela autonomia é articulada por três conceitos na condução do Estado brasileiro em ambiente externo que são: o Estado desenvolvimentista, o Estado normal e o Estado logístico. O primeiro deles utiliza a força estatal para buscar maior liberdade e nacionalidade, no Brasil funciona com relativa estabilidade entre 1930 a 1985; O segundo deles, usa-se a força privada com subserviência ao capital estrangeiro, no modelo brasileiro encaixa-se nos governos Collor (1990-1992), Itamar (1992-1994) e FHC (1995-2002); e o terceiro deles, articula o núcleo nacional com empreendedorismo social na busca por uma inserção mais madura na ordem global, no país ocorre com maior frequência nos governos Lula (2003-2010) e Rousseff (2011-2016).

Com o processo de impedimento articulado em 2016 no Brasil, a Política Externa passa por um momento de questionamento na busca de um novo modelo de inserção sob a liderança de novos atores políticos, os novos governos de Temer e de Bolsonaro. Entretanto, diferente do que a maioria dos analistas identifica, esse texto monográfico pretende revelar essas alterações, mas buscando a intenção de mostrar os elementos de continuidade entre esses dois governos no triênio 2016-2019.

Esse texto monográfico possui o objetivo de analisar as Políticas Externas Brasileiras dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, apresentando-as como elementos de continuidade em áreas fundamentais, entre elas, ideologização, comércio e segurança. Para se chegar a essa finalidade, a monografia procura, em termos metodológicos, discutir os discursos de Chanceleres, notas do Itamaraty, documentos oficiais, textos jornalísticos e bibliografia especializada do objeto de estudo, de forma qualitativa e analítica. Nesse aspecto, é fundamental a compreensão teórica em que a subárea Análise de Política Externa é usada para trazer substância conceitual ao trabalho, especificamente, a ampliação do entendimento sobre as bases e as ações dos formuladores de Política Externa nos governos escolhidos. Além desse objetivo geral, entende-se que nos objetivos mais específicos, esse trabalho monográfico analisa o período que compreende a gestão Temer, a partir de maio de 2016 até dezembro de 2018, com centralidade nas ações de PEB praticadas pelos chanceleres José Serra e Aloysio Nunes. Também, discute o primeiro ano da gestão Bolsonaro, 2019, prioriza o foco nas práticas de PEB feitas pelo chanceler Ernesto Araújo. Em razão da defesa do trabalho, não são analisados os períodos posteriores, de 2020-2022, no qual devem ser usados em pesquisas futuras para aprofundamento e atualização desse texto.

Em termos metodológicos, a Monografia, articula a estratégia qualitativa de análise de documentos oficiais (BRASIL, 1988; BRASIL, 2006; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016a; BRASIL, 2016b), notas do Itamaraty (MRE, 2016; MRE, 2017; MRE, 2018; MRE, 2019), discursos presidenciais (TEMER, 2016; BOLSONARO, 2019a, 2019b, 2019c), discursos de Chanceleres (SERRA, 2016; NUNES, 2017; ARAÚJO, 2019) bem como de um segundo procedimento que é a revisão bibliográfica da literatura sobre os dois governos, Temer (SOUZA, SOUZA e OLIVEIRA, 2016; MALDONADO e ARRUDA, 2016; PENNAFORTE, 2016; NUNES e RODRIGUEZ, 2017; PASSOS e FRANCO, 2017; FONTES e SANTOS, 2017; OLIVEIRA, PENNAFORTE e MARTINS, 2018; OLIVEIRA, 2018; VALERIVNA, 2018; VIEIRA, 2018; FRENKEL e AZZI, 2018; BERRINGER e FORLINI, 2018; NIÑO, 2018; NERY, 2018; SILVA, 2019; VIGEVANI e CALANDRIN, 2019) e Bolsonaro (LIBÂNIO, 2018; POPOVA, 2018; COUTINHO, 2018; PASSOS e SANTANA, 2018;

GRASSIANI e MÜLLER, 2019; CHATIN, 2019; RODRIGUES, 2019; CAETANO, BURIAN e LUJÁN, 2019; PRINSLOO, 2019; GRIN, GHERMAN e CARACIKI, 2019; ALMEIDA, 2019; RIBEIRO e MILANI, 2019; GABRIEL et al, 2019; TAKAHASHI, 2019; GALINARI, 2019; CASARÕES e FLEMES, 2019). Assim, chega-se a leitura, fichamento e análise vistas no Quadro 1:

Quadro 1 – Quantitativo de instrumentos metodológicos utilizados na Monografia

Análise de Política Externa	Bibliografia - período Temer	Bibliografia -período Bolsonaro	Discursos Presidenciais	Discursos de Chanceleres	Notas do Itamaraty	Textos Jornalísticos
9	16	16	4	3	173	6

Fonte: Elaboração do próprio autor, 2019.

Com esse subsídio teórico e metodológico, então se inicia a análise sobre o período estudado a fim de que sejam demonstrados de que maneira os dois governos se complementaram na Política Externa Brasileira nas áreas de desideologização, comércio e segurança. Com uma boa apresentação do campo de estudo, uma discussão bibliográfica dos governos Temer-Bolsonaro e a análise da gestão da Política Externa contemporânea (2016-2019), a hipótese do trabalho se solidifica substancialmente, e afirma a continuidade na ação internacional brasileira de Temer e Bolsonaro. Logo em seguida, chega-se a descrição dos capítulos do texto.

O Capítulo 2 intitulado Uma Análise de Política Externa Brasileira, cuja finalidade é apresentar na forma teórica e bibliográfica, em primeiro lugar, a base conceitual que solidifica o trabalho, no caso, a Análise de Política Externa (APE). Em diálogo com autores internacionais e nacionais, esse conceito-chave é fundamental para a compreensão dos processos, que envolvam a construção de uma Política Externa, especialmente, quando analisados seus programas, seus objetivos, assim como o contexto nacional e o internacional em que são formulados pelos atores nacionais, no caso, Chanceleres e Presidente da República. Mais à frente na segunda seção secundária, são debatidos os principais trabalhos especializados sobre o objeto de estudo, especialmente, sobre a administração Temer, e da administração Bolsonaro.

O capítulo 3, chamado A Política Externa Brasileira de Temer e Bolsonaro: A Continuidade, cuja intenção é analisar as principais ações de PEB do período elencado, sobretudo, nos discursos e notas do Itamaraty apresentados pelos chanceleres. Na primeira seção secundária, apresenta-se a maneira em que se formula a administração Serra,

especialmente como a pioneira em criar novos caminhos através da “Nova Política Externa Brasileira”. Na segunda seção secundária, debate-se a administração Nunes, na qual são aprofundados os aspectos de Ideologização, Economia e Segurança iniciados pelo antecessor. Por fim, na terceira seção secundária, apresenta-se de que maneira acontece a administração Araújo, quando o objetivo central é remarcado, nos temas de Ideologização, Economia e Segurança, portanto, um caminho de continuidade em relação aos Ministros de Relações Exteriores, mas com novas ações de PEB.

2 ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: O CAMPO DE ESTUDO E O DEBATE BIBLIOGRÁFICO

Esta seção apresenta o propósito de fazer um debate conceitual e bibliográfico sobre dois pilares desse texto monográfico. Em primeiro lugar, a seção secundária, 2.1, chamada A Análise de Política Externa e o debate conceitual, que busca discutir o elemento conceitual com a finalidade de posicionar o tema nas dinâmicas acadêmicas. Para tanto, escolhe-se como conceito-chave, o campo denominado Análise de Política Externa. Em segundo lugar, a seção secundária, 2.2, nomeada, A Análise de Política Externa e a bibliografia sobre o tema, a qual pretende apresentar o elemento bibliográfico para suscitar a discussão de debates da literatura especializada, e em quais aspectos são apontadas novas discussões agregadas pela Monografia.

2.1 A Análise de Política Externa e o campo de estudo

A Análise de Política Externa é um campo consolidado na área de Relações Internacionais. Ela visa, entre muitos objetivos, como diz Salomón e Pinheiro (2013, p. 40), estudar a política externa de governos próprios, com observância em seus determinantes, finalidades, tomada de decisões e a ação efetivamente realizada. Inclusive, para entender essas dinâmicas próprias e correntes que de forma metodológica sejam analisados discursos oficiais dos chanceleres e presidentes, documentos oficiais, acordos comerciais, dentre outros instrumentos metodológicos. Nos tempos mais atuais, o surgimento das redes sociais, é outro caminho a ser analisado, já que alguns tomadores de decisões costumam utilizar primeiro esse suporte ao invés dos mecanismos institucionais, é o caso de Donald Trump e Jair Bolsonaro.¹

O campo de APE tem sido analisado pelo menos desde o século XX, na sua primeira metade. Os primeiros esforços para compreensão dos interesses externos dos Estados começam com Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin (apud JAKOBSEN, 2016), no ano de 1954, quando entendem a APE como parte de um processo de decisório dos formuladores de Política Externa, personagens centrais nas definições dos objetivos, das metas e dos programas da mesma. Esse método prima pelo papel centralizado dos formuladores como representantes do Estado, em alguns momentos reduz a importância de outros sujeitos para a definição da PEB. No caso brasileiro, o Presidente da República (PR) é o responsável máximo pela PEB, com uma assessoria do Ministério das Relações Exteriores,

¹O campo de estudo das mídias sociais nas relações internacionais tem aumentado cada vez mais, por exemplo, a pesquisadora Ayres (2018), analisou os efeitos do twitter de Donald Trump em termos de análise de discurso e nos estudos de segurança internacional. Ver: AYRES, A. **O Twitter de Donald Trump: Análise do discurso à luz dos novos estudos de segurança internacional**. TCC (Monografia em Relações Internacionais), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

na qual o Chanceler adquire importante lugar de destaque. Porém, não é apenas o PR e o MRE nos tempos hodiernos que formulam a atuação externa brasileira, apesar de em termos jurídicos-institucionais exercerem tal posição, na prática outros atores nacionais, como o Congresso Nacional, Ministérios federais, e alguns atores internacionais, organizações não-governamentais, empresas transnacionais, entes sub-nacionais, também, praticam e influenciam a tomada de decisão na PEB.²

Nos anos de 1980, o campo de APE ganha um novo fôlego ao intentar a superação dos métodos behavioristas e realistas anteriores a partir da chegada de teorias liberais e construtivistas. Há uma busca pela compreensão da Política Externa de forma mais global e novos atores. Dentre os autores e teorias de destaque cabe a menção a Putnan com a teoria de “Jogos em Dois Níveis” (apud JAKOBSEN, 2016), no qual se discute a influência dos fatores de ordem doméstica na Política Externa. Nesse debate, no papel de atores internos o Poder Legislativo e os Ministérios são importantes para a formulação da ação internacional do Estado. Assim, identifica-se uma renovação do campo, não apenas levando em consideração o elemento externo por si só, mas ampliando a noção da tomada de decisão pelos formuladores de Política Externa em quatro partes: o fator doméstico, o fator internacional, o fator psicológico e o ambiente.

A genealogia da Análise de Política Externa é caracterizada por uma visão multifocal e eclética pelo pesquisador Mendes (2015). O campo significa a busca pela maior compreensão intelectual da formulação e da implementação da política externa dos estados. Isso se traduz, também, nos princípios, objetivos, estratégias e ações que são criados pelos tomadores de decisão ao longo de sua gestão no tema. No trabalho monográfico, é perceptível, sobretudo, atores governamentais como o presidente da República ou o Chanceler, tanto na expressão de seus discursos, quando apresentam suas ideias de PEB, quanto nas ações, em que demonstram na realidade o que pensaram.

O autor português (2015, p. 130) aponta os principais debates paradigmáticos do campo de APE. A abordagem tradicional, até meados de 1950, é de que a Política Externa é um local em que os estados atuam na luta pelo poder em sentido realista. Portanto, em dois

²No artigo 84, da Constituição Federal, é responsabilidade do PR nos incisos VII e VIII, respectivamente, manter relações com Estados estrangeiros e seus representantes diplomáticos e celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. A própria norma constitucional já limita os poderes presidenciais em termos de Política Externa, pois os documentos jurídicos internacionais devem passar pela aprovação de outro ator nacional, o Congresso Nacional, subdividido em Senado Federal e Câmara dos Deputados. Ver: BRASIL. Constituição de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de out. de 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02/01/2019.

caminhos, há um centro da análise no caráter estadocêntrico, ademais de uma distinção binária entre ambiente externo e interno. O ente estatal centra suas ações na agenda de segurança e defesa, algo ainda perceptível na PEB, mesmo que com menor ênfase, esse tema tem recuperado protagonismo desde a assunção de Michel Temer e o discurso de Serra em maio de 2016, acerca da preocupação com os crimes transnacionais nas díades brasileiras.

A abordagem científica, a partir dos anos de 1950, desenvolvida nos Estados Unidos, especialmente com Snyder, Bruck e Sapin, é responsável pela ampliação da APE. Há um olhar mais voltado para a tomada de decisão dos agentes políticos dentro dos estados (*foreign policy decision-making*). Assim, destaca-se a atitude e comportamento desses personagens em seus ambientes internos, em outras palavras, ao contrário do modelo anterior, existe uma análise mais específica em torno do contexto interno desses agentes.

A problemática da racionalidade em APE, defendida pelos economistas intenta compreender as etapas do processo decisório de forma utilitária, quer dizer, quando o agente busca aproveitar ao máximo seus benefícios, à medida que tenta diminuir seus prejuízos. Desse paradigma, enfatizam-se os estudos de Alison (apud Mendes, 2015, p. 135), em que subdivide os paradigmas em modelos clássicos, processo organizacional e política burocrática. No primeiro, mais uma vez prevalece o olhar estadocêntrico do interesse nacional e a agenda de segurança. No segundo, a organização estatal em grupos diferentes e distantes com suas próprias rotinas e processos em política externa. E o no terceiro, organização políticas disputando seus espaços em uma espécie de jogo, em que a competição entre os agentes determina o caminho a seguir na ação internacional.

A problemática dos fatores ideológicos e perceptivos em APE demarca como os “decision making” escolhem suas posições a partir de uma imagem particular que possuem das situações reais. Em outras palavras, cada decisor apresenta um olhar subjetivo sobre o fato, o que inviabiliza a perspectiva da objetividade em Política Externa. Esse debate proposto por Boulding (apud Mendes, 2015, p. 138) é fundamental nessa monografia, pois existe uma discussão nas gestões Temer e Bolsonaro acerca de uma possível ideologização da PEB em seus antecessores entre 2003-2016. Assim, os novos decisores na figura dos presidentes, Temer e Bolsonaro, além dos Ministros, Serra, Nunes e Araújo, defendem o afastamento de ideias partidárias e ideológicas na agenda internacional. Para tal, afastam-se dos parceiros estratégicos, como Venezuela, Cuba e Nicarágua, e se deslocam para os Estados Unidos, Europa Ocidental, Israel, etc. Entretanto, como visto nesse parágrafo, a perspectiva ideológica e perceptiva, defende que não existem tomadores de decisão objetivos e sem ideologia, mas

sim ideias que se formam em cada mente de forma particular, portanto, a “desideologização” em verdade é uma nova escolha subjetiva em PEB.

Por fim, a abordagem eclética defendida por Mendes (2015, p. 140), marcada pela apreensão empírica e conceitual. Ela se ampara em três fatores para a análise, o ambiente externo, o ambiente interno e o ambiente ideológico e perceptivo. Então, de forma mais plural e heterodoxa, encontra-se um paradigma que contempla diversos sentidos e direções da Política Externa. Nessa monografia, compreende-se que a abordagem eclética seja a mais adequada para o estudo pela possibilidade de coadunar fatores exógenos, endógenos e ideológicos-perceptíveis sobre a gestão Temer e Bolsonaro no Brasil.

Outra forma de discutir a Política Externa é por meio da Teoria da política burocrática. Na ótica de Nepomuceno (2012, p. 23), a política burocrática na Política Externa Brasileira é produzida por diversos atores endógenos, por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Entretanto, essa função não é apenas desse ramo burocrático das estruturas governamentais brasileiras, outras pastas aportam iniciativas de PEB. É o caso do Ministério da Defesa (MD), na grande atuação em temas de Segurança, Ciência e Tecnologia, ou o Ministério da Fazenda (MF) com ação em assuntos econômicos e financeiros. O importante é perceber que a análise de Política Externa no país deve levar em consideração os atores burocráticos e políticos. Nesse texto monográfico, consideram-se os tomadores de decisão presidencial, os chanceleres e Ministérios.

A Análise de Política Externa, ademais, pode ser percebida sobre outros signos. Por exemplo, os pesquisadores Freire e Vinha (2011) apontam para a direção de visualizar modelos, atores e dinâmicas. Eles percebem o contexto específico português e europeu, onde intentam compreender o seguinte:

É assim entendida como uma ferramenta essencial no posicionamento dos actores no sistema internacional. No entanto, o desenho, formulação e implementação da política externa não é um processo simplista e linear, como analisado nos diferentes modelos teóricos e na necessidade de conjugação destes para um entendimento mais compreensivo do processo; e não tem lugar de forma isolada, revelando o carácter co-constitutivo das dimensões interna (doméstica) e externa (internacional) que acompanham todo o processo. A discussão agente/estrutura é, neste quadro, um referencial fundamental com alguma discordância relativamente à prevalência do agente sobre a estrutura ou, ao invés, da condicionalidade que a estrutura impõe ao agente. (FREIRE; VINHA, 2011, p. 13)

Eles entendem que a Análise de Política Externa envolve um diálogo constante entre aquilo que é feito em âmbito externo e interno. Para além do debate sobre agente/estrutura que marcam alguns estudos do campo, esses autores observam que é fundamental

compreender a discussão e o papel individual do decisor de Política Externa, da mesma forma que o quadro ideológico deles na tomada de decisão. Nesse sentido, o artigo de Freire e Vinha (2011) se ampara nessa fundamentação já que são demonstrados os papéis individuais de tomadores de decisão como José Serra, Bolsonaro, Temer, dentre outros. Inclusive, o papel da ideologia nesses atores é essencial até para a melhor percepção dos seus discursos contra a ideologia das administrações anteriores, por meio da retórica de “desideologização”. Eles pretendem tornar a “Nova Política Externa Brasileira” um local sem ideologia, como se fosse neutro e estivesse tão somente a serviço dos interesses nacionais. A questão é que quando tomam esse tipo de posicionamento estão afirmando a sua própria ideologia enquanto tomadores de decisão.

Finalmente, outro importante aspecto a considerar pelo campo de Análise de Política Externa são os níveis de mudança práticos na Política Externa. Segundo Hermann (1990, p. 5) existem quatro tipos de alteração: 1) ajuste de mudanças; 2) ajuste de programas; 3) alteração nos objetivos/problemas; e 4) mudanças de orientações internacionais. A primeira diz respeito à dinâmica de ênfase em assuntos e agenda da Política Externa, por exemplo, buscar parcerias bilaterais em temas comerciais ao invés do multilateralismo. A segunda apresenta relação ao exercício de instrumentos de atuação de Política Externa, tal como, a prioridade em negociações diplomáticas sobre meios militares. A terceira corresponde ao processo de metas/objetivos de Política Externa, quer dizer, quando os fins são modificados, por exemplo, a mudança dos princípios constitucionais do artigo 4 da Constituição de 1988. E por fim, a quarta aborda o procedimento de orientações internacionais, a título de exemplo, em uma atuação hipotética reorientada do Brasil no sistema internacional em termos de novas relações interestatais, incluindo um abandono da Organização das Nações Unidas (ONU). Desses pontos de mudanças, pode-se deduzir que a “Nova Política Externa Brasileira” apesar da retórica forte sobre os vocábulos de mudança a partir de Serra, mantém uma linha da atuação internacional brasileira, em outras palavras, suas mudanças são mais nos programas, nas metas e nos objetivos em relação às administrações de Lula da Silva e Dilma Rousseff, e menos na orientação internacional brasileira.

Outro debate sobre o campo é o proposto por Milani e Pinheiro (2013), no qual aparecem novas formas de analisar a PEB, especialmente com a finalidade de entender como mecanismo de política pública. Esses autores pretendem dar menos ênfase em dois aspectos metodológicos do campo. Primeiro, é corriqueiro entre os pesquisadores dar centralidade ao papel de pessoas ou instituições como causadores únicos da PEB. Segundo, é corrente na literatura enfatizar a Alta Política, quer dizer, analisar tão somente aspectos estratégicos e

políticos da PEB. Para superar esse enquadramento do campo de Análise de Política Externa, eles pretendem no trabalho:

[...] procuramos neste artigo discutir o que chamamos de uma nova configuração da PEB, apresentando algumas de suas características e apontando desafios conceituais e políticos daí decorrentes. Para tanto, primeiramente discorreremos sobre como se desenvolveu o campo de estudos da política externa (também chamado de “análise de política externa”), lembrando as indagações de seus fundadores para, em seguida, **apresentar novas perguntas de pesquisa suscitadas pelo cenário contemporâneo mundial, em geral, e brasileiro em particular**. Em seguida, apresentaremos e analisaremos alguns setores em que a multiplicidade de agendas e atores indica claramente os sentidos de mudança e reforça o argumento aqui levantado de que a política externa também deve ser pensada como política pública. A título de conclusão, sugerimos **alguns caminhos possíveis de investigação e análise**. (Grifo nosso, MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 12)

Os grifos destacados são fundamentais porque apontam novos caminhos metodológicos e analíticos para o campo de Análise de Política Externa (APE). Em primeiro lugar, a abordagem metodológica proposta é olhar para a PEB sob a ótica de vários atores do ambiente internacional, não apenas o Estado, e várias agendas no plano internacional, para além da estratégia e política. Assim, no trabalho monográfico, entende-se que essa premissa é importante para que em algum ou outro momento as administrações, Temer e Bolsonaro, possam ser compreendidas enquanto momentos de continuidade em campos da agenda de PEB, tais como, a ideologização, a economia e a segurança. Da mesma forma, pode-se em alguns momentos analisar outros atores de influência sobre a PEB, como assessores políticos, mídia, bancadas parlamentares, etc. Lembrando que somada a esses outros influenciadores de PEB estão os formuladores mais tradicionais como Chanceleres, aqui abordados através de Serra, Nunes e Araújo.

Em segundo lugar, as proposições de pesquisa e análise vão em direção de apontar que a PEB é um produto de política pública brasileira, em outras palavras, é um ato de responsabilidade do governo que o implementa. Assim, defende-se que a PEB precisa ser implantada por algum ente governamental, sem desconsiderar as ações externas de outros atores nesse processo, como ONG's, entes sub-nacionais, etc. Nessa lógica, é fundamental a argumentação de que a PEB é um espaço de lutas políticas por atores nacionais. Eles dizem que:

[...] ao assumirmos a política externa como uma política pública, estamos trazendo a política externa para o terreno da *politics*, ou seja, reconhecendo que sua formulação e implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de

interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política. (*Grifo do autor*, MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 24)

Essa perspectiva diminui o discurso de que a Política Externa Brasileira é um elemento de Estado, portanto, é local de neutralidade política. Inclusive, essa é uma importante colocação quando essa monografia analisa o período Temer-Bolsonaro como caminhos de continuidade, já que na agenda da “Desideologização” da PEB, ambos os governos e chanceleres, praticam uma suposta neutralidade. Para se diferenciarem dos períodos do PT (2003-2016), acusam-nos de fazer alinhamentos ideológicos com países entre os quais Venezuela, Cuba, Nicarágua, Bolívia, dentre outros. Dessa maneira, através desse discurso de recuperar a tradição do Itamaraty, isto é, a ideia de política de Estado aponta a importância de “neutralizar” a pasta de Exteriores com o distanciamento dos países bolivarianos, ao passo que a ocupação desse vácuo, deixado pelas parcerias tradicionais, será pela nova parceria como os EUA, a Europa Ocidental, ou inovações, como Israel. Segundo a definição de Milani e Pinheiro, a PEB é uma arena em que há uma crescente “politização”, quer dizer um variado debate de ideias políticas entre atores da burocracia, da política, etc. Logo, a ideia passada pelas administrações Temer-Bolsonaro, nesse sentido, não está em acordo com a realidade, porque as decisões são eivadas de “politização”, isto é, produzidas por atores diversos que escolhem certos posicionamentos externos em detrimento de outros posicionamentos externos.

Outro estudioso do campo de Análise de Política Externa é Hudson e Vore (1995, p. 209) que aponta para uma revisão da área de estudos após a Guerra Fria, esses autores tecem um percurso da evolução teórica desde os anos de 1950 até os anos de 1990. De seus argumentos, extraem-se as considerações sobre o aporte teórico do APE para as Relações Internacionais. Como dizem na seguinte passagem:

[...] Primeiro e mais importante, a abordagem de tomada de decisão da FPA separa a visão monolítica dos estados-nações como atores unitários. Centra-se nas pessoas e unidades que compõem o estado. Por exemplo, "os Estados Unidos" podem significar certos indivíduos (o presidente, secretário de Estado, secretário de defesa), um conjunto de agências burocráticas (o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa, a Agência Central de Inteligência Intelectual), ou certos grupos formalmente constituídos com um mandato envolvendo assuntos internacionais (o Joint Chiefs of Staff, o National Security Council, o Foreign Affairs Committee da House of Representatives). De fato, para qualquer problema, todas essas entidades poderiam estar fazendo coisas de uma só vez - e suas ações podem não se encaixar logicamente em uma "política dos EUA" coerente. Além disso, para os estudiosos envolvidos na FPA, "o interesse nacional", um conceito que está no cerne da análise realista da RI, é mais produtivamente visto como os interesses de vários atores - nem todos podem coincidir, e nem todos que estão coerentemente relacionadas com

qualquer coisa que se assemelhe a um interesse nacional objetivo. (HUDSON; VORE, 1995, p. 210, tradução nossa)³

Assim, o destaque dado aos atores internos de política externa de cada país é interessante porque, também, pode ser visto no caso brasileiro, nos seus diversos setores, os quais mantem uma agenda internacional própria, como o Executivo, o Parlamento, etc. Por outro lado, cabe dizer que nesse texto monográfico é analisado especificamente os papéis do presidente da República e dos Ministros de Relações Exteriores das administrações analisadas. Essa opção não invalida afirmar que existem outros polos que conduzem a estratégia internacional brasileira, mas que a priori não são o centro dessa análise.

Mais um estudo sobre o campo de APE é o produzido por Alden e Aran (2017, p. 1), no qual apresentam uma visão geral em relação a essa área. Eles consideram que a contemporaneidade permite afirmar que existe um amplo número de grupos envolvidos na produção da Política Externa dos países, desde líderes, a burocracia, militares, lobistas, *thinks tanks*, agências da ONU, organizações não governamentais, terroristas, organizações criminosas e o cidadão. Essa multiplicidade de personagens é uma característica do momento atual, no qual o ambiente externo e o interno se mesclam em um sistema internacional dinâmico e anárquico.

Na situação específica do Brasil é importante lembrar algo já dito em parágrafos anteriores, a Política Externa é fruto de amplos setores. Na legislação pátria, a responsabilidade da PEB é do presidente da República em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores.⁴ Entretanto, apesar dessa suposta concentração em líderes e grupos burocráticos, ela sofre influência de muitos outros setores, como o Congresso Nacional, os empresários, a sociedade civil organizada, a academia, jornalistas, etc. Com essa percepção

³O trecho original em inglês a seguir: [...] First and foremost, the decision-making approach of FPA breaks apart the monolithic view of nation-states as unitary actors. It focuses on the people and units that comprise the state. For example, "the United States" could mean certain individuals (the president, secretary of state, secretary of defense), a set of bureaucratic agencies (the Department of State, the Department of Defense, the Central Intelligence Agency), or certain formally constituted groups with a mandate involving international affairs (the Joint Chiefs of Staff, the National Security Council, the Foreign Affairs Committee of the House of Representatives). Indeed, for any one problem, all these entities could be doing things at once-and their actions may not logically fit together into a coherent "U.S. policy." Moreover, for scholars involved in FPA, "the national interest," a concept that lies at the heart of the realist analysis of IR, is more productively viewed as the interests of various players-not all of which may coincide, and not all of which are coherently related to anything resembling an objective national interest.

⁴A lei nº 11.440 de 2006, define no seu artigo primeiro que o Serviço Exterior brasileiro é "essencial à execução da política Exterior do Brasil". É o reconhecimento do papel do Itamaraty enquanto implementador da PEB junto ao Presidente da República. Para ver a lei completa: BRASIL. Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de dez. de 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11440.htm. Acesso em: 28/03/2019.

nítida, esse texto monográfico escolhe analisar o papel da gestão Temer e Bolsonaro por meio da leitura de documentos e discursos presidenciais, principalmente das notas do Itamaraty em muitos momentos marcadas pela fala dos Chanceleres.

Assim, os analistas (2017, p. 14) propõe uma série de debates entre o APE e as teorias de relações internacionais, no qual chamam de “diálogo contínuo” a fim de aproximar com maior eficácia as duas áreas. Há uma análise fundamental da contribuição do realismo e neorrealismo para a visão de Política Externa, sobretudo em relação ao papel central do Estado e o interesse nacional. Por outro lado, outras contribuições teóricas são apontadas como o behaviorismo e o racionalismo enquanto novos olhares em PE, especialmente focada nas decisões dos formuladores de política externa e suas motivações psicológicas e racionais.

Nos anos de 1970, os autores apontam como a teoria burocrática trouxe o olhar dos grupos inseridos na estrutura estatal na formulação da PE. Da mesma forma, outra teoria, dos fatores domésticos dos estados aparece para debater a importância de compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas endógenas. Nos anos de 1990, com o processo de globalização e a inserção do construtivismo no debate das Relações Internacionais, eles demonstram a visão pluralista de APE, na qual diversos fatores são analisados como ambiente externo, interno, ideologia, dentre outros aspectos. Finalmente, essa visão geral da Análise de Política Externa é uma necessidade de aumentar o espaço de diálogo entre o campo e as teorias das Relações Internacionais.

2.2 A análise de Política Externa e a bibliografia sobre o tema

A recente mudança de governo de Michel Temer (2016-2018) para Jair Bolsonaro (2019-) torna a bibliografia sobre os dois períodos, relativamente escassa. Esse fenômeno ocorre em grande medida devido às análises de Política Externa ainda precisarem de algum tempo para transformarem-se em trabalhos acadêmicos, como livros, artigos, teses, dissertações, monografias, dentre outros. Entretanto, mesmo com essa dificuldade, a partir de uma pesquisa minuciosa, encontram-se algumas bibliografias que versem sobre o objeto de estudo, analisado logo abaixo.

2.2.1 A bibliografia do período Temer

Um primeiro trabalho acadêmico sobre o tema versa acerca da Política Externa do governo Temer. Em uma análise comparativa, os autores Souza, Souza e Oliveira (2016), procuram analisar as mudanças e avanços do período que compreende Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Um detalhe importante é que nesse artigo, os

pesquisadores não focalizam seus esforços apenas em Política Externa, mas também em Política Interna. Como essa última não é diretamente o objeto de estudo dessa monografia, ela não é debatida, ao contrário da primeira. Assim, em relação ao período Temer, há um debate sobre as mudanças de ênfase na Política Externa, especialmente pela utilização da chamada Diplomacia Econômica e Comercial, vista em seis das onze diretrizes instituídas por José Serra em maio de 2016. Na perspectiva desses analistas, o rompimento entre a administração Temer e os períodos anteriores Lula e Dilma ocorre pela escolha na prioridade econômica. Eles dizem o seguinte:

As diretrizes da Política Externa Brasileira (PEB) reduzem as diferentes dimensões que compõem uma política externa de um país a uma orientação comercial e puramente econômica. É notável essa atitude em seis das dez novas diretrizes que estão relacionadas à abertura de mercado ou reformulação da posição brasileira, seja na integração regional ou nos fóruns multilaterais como a OMC. **Essas medidas rompem com a PEB “ativa e ativa” liderada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que privilegiou as relações Sul-Sul, o protagonismo brasileiro em vários assuntos comerciais e a diversificação comercial**, o que transformou o país em um dos grandes atores emergentes num contexto internacional multipolar. Mesmo com a menor importância que o governo Dilma reconhecidamente deu a essa pasta, a PEB seguiu dando prioridades aos países do Sul, como no caso dos BRICS, e mantendo as relações estabelecidas e aprofundadas ao longo deste período. (**Grifo nosso**, SOUZA; SOUZA; OLIVEIRA, 2016, p. 116)

Em termos de análise de Política Externa, os autores se contradizem ao chamar de rompimento entre os períodos assinalados. Segundo os mesmos, essa mudança acontece pela prioridade em temas econômicos de Temer. Mas, como mostra o grifo destacado, existe uma contradição no argumento já que o período da diplomacia “ativa e ativa” centraliza suas ações no relacionamento Sul-Sul e no “[...] o protagonismo brasileiro em vários assuntos comerciais e a diversificação comercial [...]”. Questiona-se, se o período Temer rompe pela centralidade em temas econômicos, por que os autores dão destaque aos temas comerciais em relação às escolhas externas da administração Lula? Quiçá, ainda pela prematuridade houve certa confusão, logo em seguida desfeita de forma superficial, quando diz acerca da “diversificação de parceiros”. Aqui, eles tinham a possibilidade de fazer um diálogo das diferenças de parceiros comerciais entre as administrações, isto é, a “diplomacia ativa e ativa” mantém os olhos para países do Sul Global, enquanto que a “nova diplomacia” pretende aprofundar o diálogo com o Norte Global, sobretudo com os Estados Unidos e a Europa Ocidental.

No mesmo artigo, nas considerações finais, existe uma definição sobre o período Michel Temer. É o seguinte:

[...] Temer: Com uma enorme desconfiança por parte da população, ainda busca aprovação da população e sua política pode ser descrita com rompimento com o antigo, ao focar sua política externa em países como Estados Unidos da América e sua recente visita a China, com diversos acordos realizados, menosprezando em alguns momentos o Mercosul, aparenta uma inexperiência para lidar com a população, pois tem tomado medidas de caráter duvidoso que vem cada vez mais causando desconfiança da população. [...] (SOUZA; SOUZA; OLIVEIRA, p. 121)

Na análise acima, diz-se que o período Temer é marcado pelo menosprezo ao Mercosul. Essa é uma afirmação duvidosa se não for amparada em bibliografia e dados que comprovem tal assertiva. Quer dizer, faz-se necessário mostrar quais ações de descaso foram realizadas em relação ao bloco regional assinalado. Talvez, tenha faltado para os pesquisadores diferenciar como a integração regional sul-americana é percebida nos governos Lula, Dilma e Temer. Os dois primeiros em seus governos entenderam e praticaram ações que estavam além do aspecto econômico e comercial, por exemplo, durante ambos os governos é criada a placa de veículos do Mercosul. Essa ação claramente pretende outros objetivos que não apenas a integração econômica, tais como a livre circulação de pessoas. Já no caso de Temer, a prioridade é em temas econômicos com tentativas seguidas de acertar acordos comerciais, tais como, com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).⁵

⁵É importante ressaltar que a administração Temer tem dois momentos, com Serra e Nunes. No primeiro, são articulados acordos comerciais do Mercosul com as organizações internacionais citadas, no caso União Europeia e EFTA. No segundo momento, são articulados acordos comerciais do bloco sul-americano com o Canadá, EFTA, Coreia do Sul e Singapura. Ver as seguintes notas sobre o período Serra: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 400 - 10ª Rodada de negociações Mercosul-UE – Comunicado Conjunto dos países do Mercosul e da União Europeia – 10 a 14 de outubro de 2016.** Publicado em 15 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14929-10-rodada-de-negociacoes-mercosul-ue-comunicado-conjunto-dos-paises-do-mercosul-e-da-uniao-europeia-10-a-14-de-outubro-de-2016>. Acesso em: 28/12/2018; **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 20 - Reunião ministerial entre os países do Mercosul e da Associação Europeia de Livre Comércio – EFTA.** Publicado 19 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15636-reuniao-ministerial-entre-os-paises-do-mercosul-e-da-associacao-europeia-de-livre-comercio-efta>. Acesso em: 28/12/2018. Ver as seguintes notas sobre o período Nunes: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 193 - 1ª Rodada de Negociações entre os estados da EFTA e do MERCOSUL sobre um Acordo de Livre Comércio.** Publicado em 16 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16580-1-rodada-de-negociacoes-entre-os-estados-da-efta-e-do-mercosul-sobre-um-acordo-de-livre-comercio>. Acesso em: 28/12/2018; **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 337 - Declaração conjunta sobre um possível acordo abrangente de livre comércio entre os estados-membros do Mercosul e o Canadá.** Publicado em 9 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17559-declaracao-conjunta-sobre-um-possivel-acordo-abrangente-de-livre-comercio-entre-os-estados-membros-do-mercosul-e-o-canada>. Acesso em: 28/12/2018; **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 52 - Reunião dos ministros dos Estados Partes do Mercosul e o ministro de Comércio Internacional do Canadá, François-Philippe Champagne – Assunção, 9 de março de 2018.** Publicada em 09 de março de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18421-reuniao-dos-ministros-dos-estados-partes-do-mercosul-e-o-ministro-de-comercio-internacional-do-canada-francois-philippe-champagne-assuncao-9-de-marco-de-2018>. Acesso em: 28/12/2018; **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 167 - Declaração conjunta por ocasião do lançamento das negociações para um acordo de comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados Membros do Mercosul, e a Coreia do Sul.** Publicada em 28

Um segundo trabalho acadêmico analisa a Gestão Temer, especificamente focado no Chanceler José Serra, em relação as suas mudanças políticas e econômicas na Política Externa Brasileira (PEB). A primeira mudança assinalada pelos autores Nunes e Rodríguez (2017) é a opção por um quadro político para Chanceler do Ministério das Relações Exteriores (MRE), no caso José Serra, comparando-se com os períodos anteriores em que a prioridade foi para quadros de carreira como Amorim (2002-2010), Patriota (2011-2013), Figueiredo (2013-2014) e Vieira (2015-2016). Esse primeiro rompimento é uma característica da Gestão Temer, pois ainda que não seja analisado pelos pesquisadores, o seguinte Chanceler, Nunes, também é um quadro político. Dessa forma, pode-se dizer que em acordo com os argumentos dos autores que a possível indicação política, e não técnica, sinaliza a possibilidade de politizar a condução da PEB.⁶

A segunda mudança assinalada pelos autores é a alteração da inserção internacional do país. Agora, com uma ênfase no relacionamento bilateral em detrimento do multilateral, a prioridade nas relações com os EUA e Europa Ocidental e a centralidade dos temas de comércio e econômicos na agenda de PEB. Na concepção de Nunes e Rodriguez (2017), a “Nova Política Externa” rompe com a “Política Externa Altiiva e Ativa” ao optar pelas direções elencadas acima, ao passo que as administrações anteriores buscavam uma maior inserção internacional do país autônoma e menos subordinada a condicionantes políticos e econômicos exógenos. Em parte essa crítica é adequada, ainda que seja possível relativizar o aspecto do multilateralismo, pois o país continua sua atuação firme nos foros multilaterais como a ONU, inclusive na proposição de declarações conjuntas com o G-4 para a reforma do Conselho de Segurança, ou mesmo na OMC, com a participação em encontros e negociações.

de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18948-declaracao-conjunta-por-ocasio-do-lancamento-das-negociacoes-para-um-acordo-de-comercio-entre-a-republica-argentina-a-republica-federativa-do-brasil-a-republica-do-paraguai-e-a-republica-e-a-republica-oriental-do-uruguai-os-estados-membros-do-mercosul-e-a-republica-da-coreia-seul-25-de-maio-de-2108>. Acesso em: 28/12/2018; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 250 - Lançamento das negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a República de Singapura**. Publicado em 23 de julho de 2018. Disponível: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19181-lancamento-das-negociacoes-do-acordo-de-livre-comercio-entre-o-mercosul-e-a-republica-de-singapura>. Acesso em: 28/12/2018; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 256 – Declaração entre os estados partes do acordo marco da Aliança do Pacífico e os estados partes do Mercosul signatários do Tratado de Assunção**. Publicado em 24 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19186-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-presidente-michel-temer-a-puerto-vallarta-mexico-cupula-mercosul-alianca-do-pacifico>. Acesso em: 28/12/2018.

⁶Esse tipo de mudança se restringe apenas a administração Temer, pois a nova administração de Jair Bolsonaro opta por um quadro técnico de carreira, Ernesto Araújo. De certa forma, recupera uma característica do período do PT à frente da PEB, mesmo que haja críticas a opção em virtude da relativa juventude do escolhido.

De qualquer forma, a crítica apontada é pertinente e responde a boa parte das modificações entre os períodos estudados.⁷

Por fim, uma terceira mudança, essa mais voltada para a hipótese de Nunes e Rodriguez (2017), defende que as alterações na Gestão Temer-Serra envolvem baixa inovação em intensidade e forma. Segundo eles:

No âmbito regional, o processo de integração por meio da UNASUL e da IIRSA foram substituídos por reuniões bilaterais e pela busca pela exclusão da Venezuela do Mercosul. No campo extrarregional, o governo manteve um low profile nos fóruns multilaterais, e visou progredir nas negociações do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, uma parceria com benefícios duvidosos para ambas as partes, e sem frutos até o momento. (NUNES; RODRÍGUEZ, 2017, p. 32-33)

Em termos de estratégia para o entorno regional, esvaziam-se os blocos de integração como União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA). Em câmbio, aprofunda-se a aposta nas relações bilaterais e na exclusão da Venezuela do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Já no âmbito extrarregional, os autores defendem que o país teve um perfil de baixa atuação e protagonismo, por centralizar as ações no acordo comercial MERCOSUL-União Europeia. Esses argumentos encontram sentido ao serem expostos apesar de que não revelam outros aspectos importantes. Em primeiro lugar, a aposta regional pelo Mercosul, em detrimento dos outros eixos integrativos, insere-se na matriz principiológica da “Nova Política Externa”, a ideologização. Com a justificativa de que a PEB não se envolve com dinâmicas internas partidárias, os novos formuladores, Temer e Serra, defendem a neutralização de parcerias estabelecidas em outros momentos com a Venezuela, Cuba, Nicarágua, etc. Essa ideia não é algo novo no continente, pois o país que começa a marginalizar o governo de Nicolas Maduro e a Argentina de Mauricio Macri, segundo aponta o estudioso sul-americano Echaíde (2016).

⁷Algumas notas a seguir demonstram a participação de José Serra em âmbito multilateral, especialmente, na ONU, OMC e OCDE. A ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 193 - Participação do Ministro José Serra nas reuniões ministeriais da OCDE e da OMC.** Publicado em 28 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14098-participacao-do-ministro-jose-serra-nas-reunioes-ministeriais-da-ocde-e-da-omc>. Acesso em: 28/12/2018; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 348 - Reunião dos Chanceleres dos países do G4 – Brasil, Alemanha, Índia e Japão – sobre a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas – Declaração conjunta à imprensa – Nova York, 21 de setembro de 2016.** Publicado em 21 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14766-reuniao-dos-chanceleres-dos-paises-do-g4-brasil-alemanha-india-e-japao-sobre-a-reforma-do-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas-declaracao-conjunta-a-imprensa-nova-york-21-de-setembro-de-2016>. Acesso em: 28/12/2018; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 422 - Eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.** Publicado em 28 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15070-eleicao-do-brasil-para-o-conselho-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 28/12/2018.

Inclusive, essa posição é mantida pelo segundo chanceler *temerista*, Nunes, e *bolsonarista*, Araújo. Em segundo lugar, a estratégia extrarregional de “low profile” e centrada apenas no Acordo MERCOSUL-União Europeia não está totalmente de acordo com a realidade, segundo apontado nas notas de rodapé número 2 e 4, nas quais Serra demonstra atuação em acordos comerciais com o EFTA e também em foros multilaterais como a ONU, OMC e OCDE.

Um terceiro trabalho acadêmico discute se a mudança de governo em 2016, de Dilma Roussef para Michel Temer, significa uma alteração no conteúdo da Política Externa Brasileira em relação ao projeto anti-hegemônico e anti-imperialista dos períodos anteriores. Os autores Passos e Franco (2017) defendem que as PEB de Lula, Roussef e Temer são diferentes, mas acima de tudo estão alocadas na estrutura imperialista de poder estadunidense, de forma que não há muita margem de manobra para decidir os rumos da sua atuação externa. Esse argumento está inserindo num debate marxista no qual os conceitos de Hegemonia e Imperialismo, respectivamente, de Gramsci e Lenin, arquitetam a inserção internacional brasileira, mais secundária no trabalho e sem utilização do campo de APE. Apesar disso, faz-se necessário discutir alguns aspectos desse texto.

A importância argumentativa dada, a não diferenciar governos brasileiros em suas ações de Política Externa, decorre pela perspectiva marxista em que a estrutura hegemônica possui uma superposição sobre a conjuntura interna. Portanto, com mais ou menos ênfase, os períodos de Lula a Temer (2003-2018) são entendidos como dependentes da potência norte-americana. Para defender essa concepção, os autores dizem:

[...] O que queremos argumentar é que cada uma das variantes das políticas externas brasileiras, ainda que passíveis de serem sublinhadas, tanto as aparentemente mais alinhadas aos interesses imediatos dos Estados Unidos, suas classes dominantes e das elites capitalistas em geral – seja o “neoliberalismo” ou qualquer outra forma de “entreguismo” – quanto aquelas que supostamente contraporiam tal relação hegemônica – seja por um caráter mais “nacionalista”, “latino-americanista” ou “esquerdista” – possuem um denominador comum: mesmo quando o Brasil aparenta livrar-se de alguns dos nexos hegemônicos e imperialistas norte-americanos ou mesmo deles se distanciar de alguma forma, eis que eles se conformam de maneira muito mais eficaz e onipresente do que se possa imaginar, aumentando – “em extensão e profundidade” – as bases de acumulação do capital. [...] (PASSOS; FRANCO, 2017, p. 161-162)

Logo, acredita-se que não há o entendimento de que a PEB seja um campo com suas continuidades e discontinuidades em forma de objetivos, programas e ações em âmbitos externos. De forma total e estrutural, a PEB se torna algo com menor autonomia e com pouca capacidade de construir seus passos em uma hegemonia americana. Esse tipo de visão que

nega os elementos da teoria realista estadocêntrica é um importante lugar de reflexão, mas não necessariamente para essa monografia. Ela compreende que existe uma hegemonia americana no sistema internacional, mas os estados, como o Brasil, possuem alternativas para sua inserção internacional para além da liderança estadunidense. Nessa estratégia externa, normalmente em formato de PEB, os governos nacionais apresentam suas próprias especificidades, como são os casos das administrações Lula, Rousseff, Temer e Bolsonaro. Nesse trabalho, defende-se que as duas primeiras são momentos de continuidades, ao passo que as duas últimas rompem com esse modelo e imprimem outra forma, na qual são bastante coincidentes.

Em relação ao governo Temer, os autores Passos e Franco (2017) defendem que são alinhados aos Estados Unidos de forma clara, com a diminuição das parcerias Sul-Sul. Essas assertivas estão em acordo com a realidade, mas são equivocadas quando eles dizem que “[...] um chanceler – neste caso, José Serra, o primeiro ocupante da pasta no governo Temer – ignorou completamente a América do Sul (SPEKTOR, 2016). [...]” (PASSOS; FRANCO, 2017, p. 170). Essas palavras se chocam com a realidade, pois carecem de maior especificação. Em primeiro lugar, no discurso de posse, José Serra, faz menção a América do Sul, logo a afirmação não condiz com o expressado. Em segundo lugar, são colocados princípios como a ideologização, cuja finalidade é mudar a prioridade dos parceiros no continente sul-americano, por isso afasta-se da Venezuela, e se aproxima da Argentina, do Chile, do Paraguai, da Colômbia, etc. Por fim, de fato, os pesquisadores possuem certa razão quando criticam o esgotamento da UNASUL, não priorizada na “Nova Política Externa Brasileira”.⁸

Um quarto trabalho acadêmico apresenta a administração Temer sobre o prisma de uma descontinuidade com o governo Rousseff, caracterizado por ser herdeiro do seu antecessor, Lula da Silva, ainda que com perda de presença internacional, classificada como “reatividade”. Os pesquisadores Oliveira, Pennaforte e Martins (2018) intentam argumentar que a “Nova Política Externa Brasileira” elencada pelos elementos de “desideologização” de José Serra, produzem consequências para o país com a redução do protagonismo internacional e problemas internos no MRE. E o fundamental da sua base argumentativo é dizer que a PEB

⁸Para maiores informações sobre o discurso de posse de José Serra, com foco especialmente na sétima diretriz, onde aborda dentre outras coisas Argentina, MERCOSUL e a América do Sul, ver o próximo capítulo dessa monografia, também conferir nas seguintes fontes: SERRA, J. **Discurso do ministro José Serra por ocasião da transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores**. Publicado em 18 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>. Acesso em: 26/11/2018.

está bastante influenciada pelo ambiente interno do Brasil em crise política e econômica. Dizem os autores que as medidas internas aprovadas como, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) do gasto público⁹, além de trazer menores investimentos em áreas essenciais, produz críticas da comunidade internacional da agenda de Direitos Humanos e Meio Ambiente. Portanto, essa análise de PEB, em diálogo direto com o trabalho de Milani e Pinheiro (2013), defende que as inquietações institucionais brasileiras causaram efeitos negativos na mesma, por exemplo, a diminuição do papel global brasileiro.

Para além do eixo argumentativo do trabalho, tem-se como cerne a diferenciação entre as Políticas Externas de Lula da Silva, Rousseff e Temer. As duas primeiras, como processo contínuo e pequenas diferenças, entenderam que o papel brasileiro em sua inserção internacional envolve a construção de um novo regionalismo, com uso prioritário do MERCOSUL e a criação da UNASUL. Ademais, as alterações implantadas são as seguintes:

[...] Além disso, o país passou a integrar agrupamentos de potências emergentes que buscavam imprimir maiores graus de multilateralismo à nova ordem global, tais como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), o IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) e o G4, grupo que pressionava pela reforma do Conselho de Segurança da ONU e que está integrado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão. Ao mesmo tempo, se apostou na diversificação das parcerias comerciais, na articulação de grupos como o G20 comercial e o G20 financeiro e se ampliou a presença de empresas brasileiras no exterior. (OLIVEIRA; PENNAFORTE; MARTINS, 2018, p. 150)

Essas iniciativas no plano regional somam-se as ações políticas no plano global com os BRICS, o IBAS e o G4. O modelo explicativo de análise dos autores leva em consideração

⁹A PEC nº 55/2016, chamada na imprensa como “PEC dos gastos públicos”, é um dos principais instrumentos normativos aprovados na Gestão Michel Temer. Ela virou lei no dia 12 de dezembro de 2016, como Emenda Constitucional número 95. A sua finalidade é alterar os Atos de Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir um novo formato de Regime Fiscal. Importante ressaltar que essa PEC originalmente começou a ser discutida em 2015, aprovada em 17 de março de 2015, como Emenda Constitucional nº 85, que modificou os artigos 165, 166 e 185 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária específica. Porém, com o aprofundamento dos problemas políticos e econômicos, especificamente, o divórcio do executivo federal com o parlamento brasileiro, o processo de *Impeachment* acabou restringindo as mudanças estruturais previstas no segundo mandato de Rousseff (2015-2016). Com a assunção de Temer em maio de 2016, para a defesa da presidente no caso do impedimento, e a posterior oficialização em agosto de 2016, o Congresso Nacional discutiu a PEC dos gastos públicos tornando-a lei em dezembro daquele ano. As críticas a nova legislação ficam por conta da impossibilidade de ampliação de investimentos em áreas essenciais, como educação, saúde e segurança, nos próximos 20 anos, especialmente com a abertura de créditos especiais suplementares e/ou especial para preencher déficits nos orçamentos do ente federal. Ver: BRASIL. Emenda Constitucional nº 86 de 17/03/2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de mar. de 2015. p. 1, col. 3. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540689&id=16431499&idBinario=16433464&mime=application/rtf>. Acesso em: 30/12/2018; BRASIL. Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de dez. de 2016. p. 2, col. 2. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540698&id=14374770&idBinario=1565553&mime=application/rtf>. Acesso em: 30/12/2018.

que no período Lula, em termos de ambiente interno, o país tinha estabilidade política e econômica, o que garante boas incursões de PEB, algumas já referenciadas na citação acima. Essa em si, já é uma diferença com a administração Temer, conforme o dito no parágrafo anterior, pois apresenta um contexto interno diferente com instabilidade política e econômica. Além disso, enquanto Lula possui uma popularidade elevada, próximo dos 90%, o seu homólogo *emedebista* mantém uma popularidade baixa, cerca de 5%.¹⁰ Essas informações de popularidade são necessárias para compreender o esquema estrutural argumentativo dos autores, pois são conhecimentos de política interna, portanto, passo fundamental para diferenciar as Políticas Externas dos dois períodos.

Finalmente, cabe destacar que o período Rousseff é uma continuação em PEB de seu antecessor, Lula da Silva. Entretanto, não é algo automático, pois houve mudanças sutis que explicam a razão de a presidente não conseguir imprimir uma marca mais proativa e dinâmica. Como percebido pelos autores, o contexto interno, onde a crise política e econômica inviabiliza a manutenção das conquistas sociais, tornam a governabilidade de Rousseff muito difícil, especialmente a partir de 2015. Apesar disso, as ações de PEB até certo ponto foram inovadoras, como a discussão do conceito de “Responsabilidade ao Proteger” nos foros *onusianos* e do debate ambiental sobre as “metas comuns, porém diferenciadas” articulada na Conferência Rio + 20. Com a expertise do MRE, outro problema compromete seu governo, os constantes déficits na pasta internacional, no qual atraso de pagamentos em Embaixadas se torna corriqueiro. Esses problemas internos fazem com que a presidente não resista até o final do mandato, porque se torna impedida pelo Congresso Nacional em Agosto de 2016. A chegada ao poder de Temer, segundo Oliveira, Pennaforte e Martins é marcada por inúmeras reações contrárias internacionais, como os países Bolivarianos. Também, seu governo se caracteriza por

[...] numerosos escândalos de corrupção envolvendo diretamente o presidente e membros de seu governo e as acusações apresentadas pela Procuradoria Geral da República de “participação em organização criminosa”, corrupção passiva e de obstrução à justiça o que mais negativamente têm repercutido nos meios de comunicação estrangeiros. (OLIVEIRA; PENNAFORTE; MARTINS; 2018, p. 156)

¹⁰As porcentagens foram retiradas das pesquisas do Ibope e CNI/Ibope, estão nos seguintes sites: BONIN, R. **Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope**. Publicado em 16/12/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 30/12/2018; PESQUISA CNI-Ibope – **Presidente Michel Temer encerra governo com baixa popularidade**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cni-ibope-avaliacao-do-governo/>. Acesso em: 30/12/2018.

Apesar desses problemas, Michel Temer, diferente de Rousseff, soube conduzir suas alianças partidárias, pode-se destacar sua boa relação com o Congresso Nacional para manter-se no cargo mesmo com a popularidade comprometida. No âmbito externo, como já dito em outro momento, indicou José Serra para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, na promessa da implantação de uma “Nova Política Externa”, na qual as parcerias ideológicas não seriam mais utilizadas, sobretudo com a Venezuela. Essa mudança é uma descontinuidade no “novo regionalismo” iniciado por Lula, e aprofundado por Rousseff. Essa nova opção se reflete pela escolha de transformar a Política Externa em algo apenas econômico, cujos objetivos são a captação de investimentos e de recursos. Logo, a Venezuela em crise não é uma opção saudável. Tão pouco, a ideia de pensar a imagem do país no contexto internacional, desde Rousseff vem perdendo fôlego.

Um quinto trabalho que apresenta análise do período Temer é de Silva (2019), ao propor uma compreensão dos dois anos de governo pela perspectiva de Hermann. O trabalho apresenta a finalidade de demonstrar as inflexões entre as administrações Rousseff (2011-2016) e Temer (2016-2018) a fim de validar a escolha teórica no campo de Análise de Política Externa. Com essa escolha, ele se distancia desse trabalho monográfico, já que este propõe linhas de continuidades entre programas e princípios de PEB nos governos Temer e Bolsonaro, enquanto que aquele argumenta linhas de ruptura nos governos assinalados.

E como se diferenciam os governos Rousseff e Temer? O governo Rousseff é pautado pela continuidade com seu antecessor, Lula. Essa semelhança ocorre na opção pelo multilateralismo nos foros globais (OMC, ONU, etc.) e América do Sul como área prioritária da agenda internacional (MERCOSUL, UNASUL, CELAC), bem como aposta em apoiar os países em desenvolvimento. Entretanto, como mostra Silva (2019), essa proximidade das administrações petistas não invalida certas diferenças como na forma de conduzir a PEB pelos líderes, em Rousseff menos engajada e ativa, enquanto que em Lula mais pragmática e ativa.

A ruptura dessas administrações com Michel Temer diz respeito, segundo Silva, as seguintes questões:

A ideia de ruptura viria com Michel Temer, ainda que não tenha sido tão bem-sucedida. O governo nomeou José Serra, do PSDB para o cargo de Chanceler. Em seu discurso de posse, Serra frisou que se guiaria por 10 diretrizes de ação⁸. Algumas das declarações foram críticas diretas à política externa engendrada pelos governos do PT. Frisou que a diplomacia “voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira” em vez de “conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior”, apontando a “defesa da democracia [...] em qualquer país, em qualquer regime político”, ao que entende-se como uma sinalização à Venezuela (BRASIL, 2016a). (SILVA, 2019, p. 30)

A primeira ruptura corresponde ao processo de desideologização na PEB, na escolha de certo distanciamento da Venezuela. Esse aspecto escolhido pelo autor reflete em grande medida uma linha dessa monografia que é apontar os sentidos de continuidade nos princípios e programas (desideologização, comércio e segurança) em Temer e Bolsonaro.

A segunda ruptura deu-se nos aspectos comerciais com menor prioridade para a agenda da OMC e maior ênfase nas relações bilaterais. Também, em buscar aproximações com a Aliança do Pacífico na América do Sul e relações mais econômicas com a África.

A terceira ruptura é a relação com a América do Sul. Segundo aponta Silva (2019), há um aumento no tom de agressividade aos países que questionaram a legitimidade do rito de impeachment, especificamente, Venezuela, Cuba, El Salvador, Nicarágua, dentre outros. Essa análise coincide com o terceiro capítulo da monografia, quando são dissecadas as diversas notas do Itamaraty nas gestões dos Chanceleres Serra (2016-2017), Nunes (2017-2018) e Araújo (2019-).

Para concluir, a última ruptura aparece nos sentidos dados ao multilateralismo, especialmente, com ênfase mais econômica e menos política em foros como BRICS. Mas também pela busca de credenciais na OCDE, o que Silva (2019) chama de agenda mais reformista e menos desenvolvimentista.

Um sexto trabalho acerca da administração Temer em Política Externa é de Oliveira (2018), quando indica que seu objetivo é apontar as diferenças desse governo com seus anteriores, para isso seu foco concentra-se em apontar as dessemelhanças entre os governos citados, desde a escolha do novo chanceler até aspectos mais claros da agenda internacional (Venezuela, OMC). Assim, ele apresenta um quadro que revela sua hipótese:

Quadro 2 – As diferenças na Política Externa entre Temer e governos anteriores

Temas relevantes para a política externa	Governo Lula da Silva	Governo Dilma Rousseff	Governo Michel Temer
Participação na política externa	Participação ativa. Seu modelo de política externa era considerado uma das bandeiras de seu governo.	Participação discreta. Dava prosseguimento às diretrizes de seu antecessor, porém, sem o mesmo interesse e disposição para intervir diretamente em assuntos internacionais.	Deu novos traços à política externa brasileira. Contudo, são raras as vezes em que aborda o assunto, tendo em vista os problemas domésticos que requerem sua atenção.
Delegação do cargo de ministro das Relações Exteriores	Delegado a um ministro de carreira diplomática. (Celso Amorim)	Delegado a ministros de carreira diplomática. (Antônio Patriota, Luiz Alberto Figueiredo e Mauro Vieira)	Delegados a políticos de fora da carreira diplomática (José Serra e Aloysio Nunes).
Relações com a Venezuela	Embora houvessem discordâncias sobre o modelo de integração regional, havia uma relação próxima com consideráveis objetivos em comum	A proximidade foi mantida.	A relação se tornou conturbada. Nesse período o país foi suspenso do Mercosul por conta de rupturas democráticas, além de ter ocorrido a declaração recíproca de <i>persona non grata</i> aos embaixadores dos dois países.
Participação nas Organizações Internacionais	Na ONU, buscou com afinco a reforma de seu do Conselho de Segurança, visando sua inclusão. A OMC também constituía um campo de ação fundamental para as pretensões brasileiras.	Manteve as diretrizes do antecessor, porém sem a mesma disposição para defendê-las em seus âmbitos. As contribuições com a ONU acumularam atrasos consideráveis, colocando em risco a participação efetiva do país na organização.	Criticado por não adotar políticas assertivas contra o desmatamento e violações de direitos humanos. Passou a atribuir menor importância à OMC, alegando que a mesma teve sua relevância diminuída.

Fonte: OLIVEIRA, 2018, p. 305.

Esse quadro demonstra claramente a hipótese de Oliveira (2018) focada em analisar as diferenças entre Temer e os governos anteriores. Nesse aspecto, seu trabalho não coincide com a proposta dessa monografia, já que ela propõe outro esquema de análise, cujo centro da análise é demonstrar as similitudes entre as administrações Temer e Bolsonaro. Entretanto, essas diferenças entre escolha metodológica e teórica não impede de perceber a importância de Oliveira (2018) em sua compreensão comparativa entre períodos na PEB, sobretudo em momentos do presente. O quadro, inclusive, serve de modelo de inspiração para algo similar a ser proposto nessa monografia nas considerações finais.

Um sétimo trabalho acerca da Política Externa de Michel Temer é discutida por Valerievna (2018), quando apresenta a finalidade de discutir a evolução da ação internacional brasileira desde 1995 a 2018. Na perspectiva da analista russa, o Brasil passa por duas administrações, FHC e Lula, com aspirações internacionais alavancadas em um projeto de

desenvolvimento com reflexos no cenário internacional. Valerievna (2018, p. 3), classifica esse momento como Política Externa ”multissetorial e equilibrada”, repassado aos sucessores, Rousseff e Temer, que evidentemente não conseguem manter a mesma direção, tanto pelos acontecimentos internos quanto pelos externos que interferem nessa projeção de *Player Global* por mais de vinte anos.

No que concerne a Análise de Política Externa da administração Temer, Valerievna defende que:

Na política externa, as principais tarefas visavam melhorar a situação econômica do país. Esta situação tornou-se a principal razão para a intensificação das atividades de política externa, cujas principais tarefas foram o aumento acentuado das receitas de exportação do Estado devido à entrada em novos mercados, o desenvolvimento qualitativo das relações comerciais com parceiros tradicionais e a implementação de políticas de atração de investimentos estrangeiros diretos.¹¹ (VALERIEVNA, 2018, p. 35)

A chamada “Nova Política Externa Brasileira”, em primeiro lugar, tinha por objetivo conseguir dividendos econômicos no exterior a fim de superar os problemas internos na seara econômica. Não é um acaso, o grande destaque dado pelo presidente, da mesma forma pelos seus chanceleres, José Serra e Aloysio Nunes, para o comércio. Nesse ponto, inclusive, há convergência entre esse trabalho analisado e a monografia, porquanto nos capítulos seguintes aparecem seções específicas para o setor comercial, percebido como elemento de continuidade em Temer e Bolsonaro.

A pesquisadora russa, Valerievna (2018), subdivide a atuação da Política Externa de Temer em global e regional. No primeiro eixo, busca-se maior parceria econômica junto aos EUA, inicialmente uma variável possível com o governo de Obama, mas à medida que Trump impõe medidas restritivas ao comércio referente ao país sul-americano, mudam-se os rumos da estratégia para parcerias com Rússia, China, Singapura, Coreia do Sul, Canadá e Japão. No segundo eixo, há uma divisão entre os países sul-americanos entre Brasil, Argentina e Paraguai versus Bolívia, Equador e Venezuela. Esse problema torna o MERCOSUL e a UNASUL agrupamentos voltados mais para o aspecto econômico, e menos densidade aos pontos políticos. Aqui, apesar da autora não utilizar o termo desideologização, característico dos discursos diplomáticos a partir de Temer, ela mostra o distanciamento do país em relação

¹¹Traduzido do russo no original a seguir: Во внешней же политике основные задачи были направлены на улучшение экономического положения страны. Данное положение стало основной причиной активизации внешнеполитической деятельности, главными задачами которого стали резкое увеличение экспортных доходов государства за счет выхода на новые рынки сбыта, качественное развитие торговых связей с традиционными партнерами и проведение политики по привлечению прямых иностранных инвестиций.

aos seus antigos aliados na região, um marco disso ocorreu no processo de suspensão dos venezuelanos do MERCOSUL, além da paralisação dos trabalhos na UNASUL. Portanto, o seu trabalho coincide com a análise dessa monografia quando ambos abordam a América do Sul na Política Externa brasileira.

Um oitavo trabalho que discute a Política Externa de Michel Temer é de Vieira (2018) quando procura propor uma análise comparativa entre esse governo e Itamar Franco pelo caráter de mudança crítica via processo de impedimento. A hipótese do autor é que em momentos de “transição crítica”, existe maior suscetibilidade a mudanças e rupturas na política interna e externa. Ele diz o seguinte:

Isso também corrobora a hipótese proposta por este trabalho. Se, como demonstrado acima, em momentos de transição crítica, a nova administração tende a romper com sua as posições do predecessor - e nesses momentos as burocracias são enfraquecidas em comparação com o presidente ou o ministro das Relações Exteriores - é razoável supor que em tais situações em que o Poder Executivo tem boas chances de sucesso em suas tentativas de reorientar política externa do país.¹² (VIEIRA, 2018, p. 12)

Mesmo que na citação acima haja certa tendência a discutir os processos de descontinuidades em momentos de *impeachment* no Brasil, há também uma importante argumentação do autor que coincide com a posição da monografia. É quando aponta que sua análise será baseada nos discursos de José Serra e a “Nova Política Externa Brasileira”. Além do uso da mesma fonte, Vieira (2018, p. 14) defende que Serra e Nunes, seu sucessor, fazem parte de um processo de “continuity”. Algo recorrente na hipótese do trabalho monográfico, visto que coadunam o mesmo sentido ao utilizar termos como “aprofundamento” e “manutenção” dos princípios, programas e ações de PEB.

Essa continuidade é vista pela criação de programas similares, mas que se diferenciam do período anterior do PT. Segundo aponta Vieira (2018, p. 115-16), em Temer aposta-se no comércio internacional para superação da crise econômica, e o símbolo disso é a criação da APEX. Ademais, é o momento de propor o processo de “desideologização” nas relações bilaterais. Dois eixos fundamentais que compõe a semelhança entre os chanceleres temeristas, mas não apenas isso, pois no governo seguinte, Bolsonaro, essas perspectivas são reaproveitadas.

¹²Em inglês no original a seguir: This also corroborates the hypothesis proposed by this paper. If, as demonstrated above, in moments of critical transition the new administration tends to break with its predecessor’s stands — and in such moments bureaucracies are weakened in comparison with the president or the minister of foreign affairs — it is reasonable to assume that in such situations the Executive Branch has good chances of succeeding in its attempts to reorient a country’s foreign policy.

Um nono trabalho que analisa a administração Temer em Política Externa é de Fontes e Santos (2017) ao defenderem a utilização do suporte digital através de rede social, via *twitter*, o começo da diplomacia digital nos assuntos externos brasileiros. Em um estudo de caso de seis postagens do mecanismo digital emitidas pelo Chanceler, José Serra, em maio de 2016, aparecem posicionamentos da “Nova Política Externa Brasileira”, especificamente pelo repúdio às posições dos países/blocos sul-americanos que não reconheceram o governo interino de Temer, tais como Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, Aliança Bolivariana para os povos de nossa América (ALBA) e Ernesto Samper, secretário-geral da UNASUL.

Essa perspectiva defendida por Fontes e Santos (2017) coincide com o trabalho monográfico, ao sublinhar nas primeiras ações discursivas de Serra, um distanciamento crítico aos países sul-americanos que eram aliados do governo anterior. Como o trabalho é feito ainda no começo da gestão Temer, não se utilizou maior profundidade na análise dos programas, princípios e ações de Política Externa, o que poderia apontar o axioma de “desideologização” nessas atitudes de diplomacia digital do MRE. Portanto, o fenômeno chega à comunicação digital, não apenas naquele mecanismo tradicional de notas ou coletivas à imprensa.

Um décimo trabalho acerca da Política Externa do governo Temer é de Maldonado e Arruda (2016), no qual percebem a nova orientação externa pelo prisma da teoria da dependência, quando identificam os atores envolvidos num processo que chamam de aliança entre aqueles que subiram ao poder no país e o capital financeiro internacional. Eles fazem uma análise da gestão Serra no Itamaraty, apontando com rigor as 10 diretrizes da Nova Política Externa Brasileira. Em sua perspectiva, a nova PEB “[...] representa um nítido retrocesso em respeito aos governos anteriores, uma **servidão** junto às potências imperialistas e um fortalecimento da **dependência** econômica do Brasil [...]” (MALDONADO; ARRUDA, 2016, p. 10, **grifo nosso**).¹³

Os grifos destacados acima mostram a perspectiva teórica da Dependência, o que se entende da Política Externa de Temer e Serra seria como um apêndice dos países do Norte, sobretudo em relação aos vínculos de origem econômica. Também, é importante ressaltar a visão dos analistas sobre Aloysio Nunes, então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Eles apontam que esse personagem defende que a

¹³O trecho original em espanhol está a seguir: “[...] representa un nítido retroceso respecto de los gobiernos anteriores, un servilismo delante de las potencias imperialistas y un fortalecimiento de la dependencia económica de Brasil [...]”.

Venezuela não assuma a presidência do MERCOSUL em 2016. (MALDONADO; ARRUDA, 2016, p. 10)

O processo de desideologização articulado com a nova administração é tratado pelos autores em seu texto. Eles dizem o seguinte:

Se olharmos no período recente, a política externa dos últimos 13 anos sempre foi denunciada pelo PSDB e a extrema direita como “ideológica”. Recentemente, o Ministro das Relações Exteriores interino, José Serra (PSDB), de uma entrevista neste sentido acusando ao governo anterior de “partidarizar” e “ideologizar” a política externa. (MALDONADO; ARRUDA, 2016, p. 13)¹⁴

Os autores no trecho acima destacam que os críticos das administrações petistas em Política Externa costumavam utilizar a ideia de “ideologização” para parceiros como Venezuela, Bolívia, Cuba, Nicarágua. A subida ao poder de Temer inicia, então, o processo inverso de desideologização através da aproximação com os EUA e Europa Ocidental. Essa ideia está em acordo com a hipótese da monografia, salvo pela não análise do período Bolsonaro, mas pela identificação dos responsáveis pela instalação desse princípio na PEB.

Um décimo primeiro trabalho sobre o governo Temer e a sua Política Externa é proposto pelos autores Frenkel e Azzi (2018), em metodologia comparada das mudanças impostas no Brasil e na Argentina com as suas novas administrações. Eles argumentam que o fenômeno de ajuste nos dois países possibilitou maior aproximação com os Estados Unidos, além de maior abertura comercial, cuja finalidade seria de aproximar-se das cadeias globais de valores.

Depois, eles apresentam uma discussão teórica da Análise de Política Externa em que são apontadas as diferenças dos princípios da ação internacional brasileira entre Universalismo e Alinhamento. No caso brasileiro específico, os autores consideram o governo Temer como “americanismo liberal”, ou seja, “É dizer, um esquema de aproximação com os Estados Unidos, combinado com uma estratégia de inserção internacional aberta, mais orientada ao mercado global que ao mercado nacional.”¹⁵ (FRENKEL; AZZI, 2018, p. 184). Portanto, na visão desses analistas a administração Temer se diferencia dos seus predecessores pela escolha dos parceiros e do tipo de inserção na economia.

¹⁴O trecho original em espanhol a seguir: Si nos detenemos en el periodo reciente, la política exterior de los últimos 13 años siempre fue denunciada por el PSDB y la extrema derecha como "ideológica". Recientemente, el Ministro de Relaciones Exteriores interino, José Serra (PSDB), dio una entrevista en este sentido acusando al gobierno anterior de "partidarizar" e "ideologizar" la política externa.

¹⁵O trecho no original em espanhol a seguir: “[...] Es decir, un esquema de aproximación hacia Estados Unidos, combinado con una estrategia de inserción internacional aperturista, más orientada al mercado global que al mercado interno. [...]”

As mudanças na Argentina e no Brasil referem-se ao processo de desideologização em sua Política Externa. Como defendem Frenkel e Azzi (2018, p. 186), esse fenômeno se deu assim:

Uma das características distintivas que apareceu com as mudanças de governo foram as diferentes percepções do cenário internacional. Tanto Macri como Temer pensaram uma visão positiva do ambiente externo, sustentando que seus antecessores perderam oportunidades de inserção comercial, **produto de distorções ideológicas**. Nas palavras da Chanceler Malcorra, durante os doze anos de governo kirchnerista “se viram os interesses com um **filtro ideológico**”, escolhendo os vínculos externos “de forma dicotômica, em branco ou negro e a realidade não é assim”¹⁶ (FRENKEL; AZZI, 2018, p. 186, grifo nosso)

Os governos Temer e Macri são semelhantes no sentido de propor a escolha dos parceiros sem o “filtro ideológico”. Obviamente que esse discurso não está de acordo com a realidade dos formuladores e dos agentes de Política Externa, já que segundo Mendes (2015), o nível ideológico é um requisito de todos os personagens que conduzem a inserção internacional de um país. Por outro lado, o que defendem Frenkel e Azzi (2018), também, aparece em Echaide (2016), quando este mostra a origem do processo de desideologização na América do Sul através do primeiro governo de Macri em 2015. Dessa forma, o princípio de desideologização é uma marca do governo Temer, que como visto nessa monografia é um elemento de continuidade com a gestão posterior de Bolsonaro.

Um décimo segundo trabalho acerca da ação internacional do governo Temer é de Berringer e Forlini (2018) cujo escopo é analisar as elites econômicas da indústria sobre a mudança na Política Externa a partir de 2016. Segundo os autores:

A hipótese do artigo é a de que há uma divergência entre o posicionamento da ABIMAQ e o posicionamento das entidades de cúpula, FIESP/CNI e, portanto, não há um consenso no interior da burguesia interna brasileira sobre a reorientação da política externa após o golpe de Estado de 2016. (BERRINGER; FORLINI, 2018, p. 6)

Assim, o que chama de burguesia industrial possuem posicionamentos divergentes acerca da orientação da “Nova Política Externa Brasileira” *temerista*. Por um lado, a Associação de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) é crítica à postura internacional de

¹⁶O trecho original em espanhol a seguir: Uno de los rasgos distintivos que sobrevino a los cambios de gobierno fueron las distintas apreciaciones del escenario internacional. Tanto Macri como Temer partieron de una visión optimista del ámbito externo, sosteniendo que sus antecesores habían perdido oportunidades de inserción comercial, producto de distorsiones ideológicas. En palabras de la canciller Malcorra, durante los doce años de gobierno kirchnerista “se vieron los intereses con un filtro ideológico”, planteando los vínculos externos “en forma dicotómica, en blanco o negro y la realidad no es así”

acertar acordo comercial com a União Europeia pelo prejuízo no setor de compras governamentais. Por outro lado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI)/ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), mantém fidelidade ao programa de governo externo de Temer.

Ademais, os autores tecem considerações sobre a orientação externa de Temer em linhas gerais são a seguinte:

[...] 1) reaproximação com os Estados Unidos, com o treinamento conjunto das forças armadas na Amazônia, a renegociação da base de Alcântara no Maranhão, a venda da Embraer para a Boeing; 2) e a ênfase conferida à renegociação do acordo Mercosul-UE; 3) o desmantelamento da política de integração regional que tem transformado o Mercosul em um mero processo de integração comercial e tem paralisado a dinâmica interna da Unasul (com a suspensão da participação nesta iniciativa ao lado dos Estados argentino, paraguaio, chileno, peruano e colombiano, através do alinhamento com ou da oposição ao governo venezuelano), recolocando, portanto, o regionalismo aberto⁵ como modelo de integração regional; 4) o esvaziamento do conteúdo político dos BRICS, principalmente no que concerne a uma nova estratégia de relações com a China, que passa a ser a principal investidora em obras públicas e área estratégicas; 5) término das políticas de cooperação sul-sul como a política de combate à fome com os Estados africanos; 6) sinalizações de subordinação marcantes e reversas ao sentido da política externa ativa - como a candidatura brasileira para a entrada na OCDE, a adesão do protocolo adicional do Tratado de Não Proliferação de Armas (TNP), entre outras. (BERRINGER; FORLINI, 2018, p. 10)

Ao olharmos com atenção para esses seis (6) destaques da Política Externa na gestão Temer, pode-se perceber que há elementos de convergência com a gestão Bolsonaro não assinalados pelos autores, já que a maioria das pautas é assumida e/ou finalizada pela administração subsequente. Por exemplo, a aproximação com os EUA, manteve-se além de finalizar o acordo da base de Alcântara em março de 2019 quando houve visita brasileira ao governo Trump.

No mesmo sentido, o acordo comercial Brasil-União Europeia foi finalizado em julho de 2019, o que demonstra mais uma similaridade de posições. No âmbito econômico, ainda, o pleito de entrada na OCDE é uma política dos dois governos, com amplo apoio de Trump à pretensão brasileira, confirmado no encontro entre os dois países em março de 2019.

Um décimo terceiro trabalho acerca da Política Externa de Temer é de Niño (2018) cujo eixo central é a análise da imigração venezuelana para o Brasil durante a gestão mencionada ao tratar o tema em dois sentidos: garantir direitos dos refugiados, e paralelamente tratar o assunto como questão de segurança nacional. Dessa forma, eles defendem que a ação internacional brasileira mudou porque:

[...] existe uma construção ambivalente da intervenção pública, pois ao mesmo tempo em que se apresentam alguns avanços para garantir direitos dos migrantes, em resposta a algumas das demandas dos atores assinalados anteriormente, evidenciam-se algumas medidas restritivas que provocam retrocessos desde a perspectiva dos direitos humanos e do direito internacional para migrantes e refugiados. (NIÑO, 2018, p. 131)

Enquanto nos governos Lula e Dilma havia uma postura mais receptiva aos migrantes, especialmente haitianos e africanos, desde uma perspectiva mais humanitária, com a Política Externa de Temer, os venezuelanos passaram a receber certo tratamento ambivalente entre a garantia dos direitos e as ações concretas de segurança. Portanto, o viés defendido passou a ser mais da perspectiva de segurança com a participação de diversos atores internos nesse sentido como, Forças Armadas, Polícia Federal, Ministério da Justiça e Ministério da Segurança Pública.

Vale destacar que o artigo analisado de Niño (2018) considera a Política Externa de Temer de caráter de mudança em relação aos períodos Dilma e Lula, especificamente em temas de refugiados. Nesse sentido, bem como já analisado no início do texto monográfico, existe certa concordância com essa perspectiva. E adiciona-se que essa mudança é a raiz das semelhanças junto ao governo sucessor, de Jair Bolsonaro, que assume posicionamentos em programas como ideologização, comércio e segurança. A “Nova Política Externa Brasileira” *temerista* inicia o caminho através do lançamento dos princípios na gestão Serra, depois mantidos pela gestão Nunes.

Um décimo quarto trabalho sobre a Política Externa de Temer é de Vigevani e Calandrin (2019), no qual analisam as posições brasileiras para Israel e Palestina nas administrações de Dilma Rousseff e Michel Temer. Eles defendem que apesar dos discursos públicos, não houve espaço para mudança na ação internacional para o Oriente Médio, sobretudo ao levar em consideração um aspecto estrutural dos interesses brasileiros, o comércio com as comunidades árabes e israelenses. Portanto, os autores defendem o argumento da continuidade acerca dessa temática na PEB desde 1949.

Esse aspecto de continuidade, como já dito, é percebido através dos interesses econômicos brasileiros em comercializar com árabes e israelenses. Assim dizem Vigevani e Calandrin:

As relações econômicas entre o Brasil e os países do Oriente Médio permaneceram estáveis nos anos 2000. Conflitos regionais, incluindo o conflito Israel-Palestina, não interferiram nessas relações, conforme mostrado pelos dados abaixo. Durante os anos do governo Dilma Rousseff, o comércio com aqueles países continuaram. As flutuações ocorridas, algumas das quais significativas, foram determinado por fatores derivados da economia internacional e de crises nacionais, incluindo do

Brasil, e não foram diretamente afetados por restrições políticas. O mesmo pode ser dito de investimentos e transferência de tecnologia. A relação não é nova, tanto no que diz respeito aos países árabes quanto Israel: mostrou continuidade.¹⁷ [...] (VIGEVANI; CALANDRIN, 2019, p. 7)

A continuidade da Política Externa brasileira para o Oriente Médio segue no governo Temer, especialmente em termos econômicos, no qual a participação brasileira nas exportações do Oriente Médio cresce passando de 2,4% em 2000, 4,8 % em 2011 e 5,36% em 2017, como dizem Vigevani e Calandrin (idem, ibidem).

Além desse eixo econômico, Vigevani e Calandrin (2019, p. 14) discutem as relações políticas das administrações Rousseff e Temer com Israel-Palestina. No caso de Dilma, os autores defendem que houve algumas desavenças entre Brasil e Israel, especialmente pelas constantes condenações brasileiras aos assentamentos israelenses em territórios considerados palestinos. Em relação ao período subsequente, os tons das críticas diminuíram com aquele país, especificamente pela vontade do Chanceler Serra em modificar certas posturas das administrações anteriores, uma delas é a ênfase terceiro-mundista na PEB. (VIGEVANI; CALANDRIN, 2019, p. 16). Entretanto, os autores percebem que estruturalmente não há uma mudança profunda na orientação externa já que o Oriente Médio apresenta um papel consolidado na ação externa de 1949.

A argumentação teórica de Vigevani e Calandrin (2019, p. 17) baseado nos 4 níveis de Hermann (1990) mostram que não existem mudanças profundas em Política Externa em termos de orientação internacional para o Oriente Médio. Esse ponto é interessante porque é utilizado no texto monográfico para pensar as semelhanças nas conduções externas entre Temer e Bolsonaro nos seus programas e princípios em “Desideologização”, comércio e segurança. E já que se fala no período atual, qual o pensamento do presidente da República acerca dos conflitos entre Israel-Palestina? O ainda deputado federal pelo PSC, em 2014, disse o seguinte:

Em relação ao problema do Embaixador do Brasil em Israel no ano de 2014, o então deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), Jair Bolsonaro rejeitou a ação e divulgou uma nota à imprensa afirmando que “a maioria dos brasileiros refinados, que têm dignidade e bom julgamento, fica com o povo de Israel e é contra o

¹⁷O trecho original em inglês a seguir: Economic relations between Brazil and Middle Eastern countries were stable over the 2000s. Regional conflicts, including the Israel-Palestine conflict, did not interfere in these relations, as shown by the data below. During the years of Dilma Rousseff’s government, trade with Middle Eastern countries continued. The fluctuations that occurred, some of which significant, were determined by factors derived from the international economy and national crises, including that of Brazil, and were not directly affected by political constraints. The same can be said of investment and technology transfer. The relationship is not new, both as regards Arab countries and Israel: it showed continuity.

terrorismo, em favor da democracia, liberdade e respeito pelos verdadeiros direitos humanos” (VIGEVANI; CALANDRIN, 2019, p. 14)

Naquele momento, o então deputado federal representava os setores críticos ao governo Rousseff em relação à política para o Oriente Médio. Depois, concretizada uma aliança junto aos setores judaicos e evangélicos, como defendem Grin, Gherman e Caraciki (2019), Bolsonaro articulou sua candidatura à presidência da República em 2018, na qual prometeu aprofundar as relações com Israel, além de mudar a Embaixada de Jerusalém. Segundo mostram os autores, Vigevani e Calandrin (2019), pela estrutura consolidada da Política Externa para o conflito israelense-palestino, o presidente eleito precisou repensar suas posturas, sobretudo quanto a possível mudança de Embaixada, ao final recuando com a abertura de um Escritório Comercial em Israel.¹⁸

Um décimo quinto trabalho sobre a Política Externa do governo Temer é de Pennaforte (2016) acerca da sua perspectiva nova na ação internacional brasileira em relação ao período anterior, chamado de “Ativa e Ativa”.

Para chegar a uma análise do período assinalado, o pesquisador aponta de que maneira ocorreram as dinâmicas sociais e econômicas nos anos 2000 favoráveis à implementação da Política Externa do PT. Em seguida, ele tece considerações acerca da atuação de José Serra como Ministro de Relações Exteriores de Temer, especificamente o foco nas ações e estratégias no MERCOSUL e BRICS.

Então, em relação especificamente ao período Temer, Pennaforte (2016, p. 2) aponta que a “Nova Política Externa Brasileira” é um momento de menor protagonismo internacional brasileiro, com “realinhamento automático” e pouco crítico ao centro hegemônico do capitalismo mundial. Assim, já nessa assertiva o autor procura tecer comparações entre os dois momentos, na qual argumenta que no período Lula-Dilma, o Brasil era um *Player Global* no cenário internacional através de suas diversas proposições de protagonismo pelo mundo.

Essa perspectiva é interessante, pois demonstra o foco das mudanças que a “Nova Política Externa Brasileira” fez na atuação internacional brasileira. Defende-se nessa Monografia que o governo Temer é responsável por iniciar um novo ciclo na PEB quando se opõe em algum sentido ao período petista. O governo Bolsonaro bebe em muitos sentidos

¹⁸Para consultar a nota do Itamaraty sobre a criação do Escritório Comercial em Israel, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 81 – Declaração Conjunta por ocasião da Visita Oficial a Israel de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro** – 31 de março de 2019. Publicado em 31 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt.BR/notas-a-imprensa/20235-visita-oficial-a-israel-de-sua-excelencia-o-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-jair-bolsonaro>. Acesso em: 27/08/2019.

dessa nova estratégia brasileira, sobretudo em áreas como comércio, desideologização e segurança.

Nesse sentido, Pennaforte (2016) nos descreve uma importante assertiva, as críticas dos setores conservadores brasileiros à Política Externa do PT no período *pré-impeachment*. Essa problemática referia-se à “desideologização” da ação internacional brasileira. Como diz:

Como analisamos inicialmente, ao longo do governo Lula os setores conservadores brasileiros classificaram a política externa brasileira como “**partidarizada e ideologizada**”. As críticas eram direcionadas ao protagonismo brasileiro que não era bem aceito por segmentos que defendiam uma política externa atrelada aos grandes centros hegemônicos de poder. O distanciamento de tais centros era um dos pontos mais criticados, bem como a aproximação ideológica e política dos governos da Argentina (Kirchner), Bolívia (Evo Morales), Equador (Rafael Correa) e Venezuela (Chávez). A participação na estruturação de uma comunidade latino-americana sem a influência de Washington proporcionou a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008, e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010, reforçando para os setores conservadores brasileiros que o caminho a ser seguido não deveria ser esse. Com a destituição de Dilma Rousseff os setores conservadores viram a grande oportunidade para desmontar a política externa brasileira “partidária” do Itamaraty, fato que vem ocorrendo com a guinada da diplomacia brasileira no sentido oposto do que havia sido construído desde 2003. (PENNAFORTE, 2016, p. 5, **grifo nosso**)

A Política Externa “partidarizada e ideologizada”, como assinala o grifo acima, é uma opção do governo do PT pelos aliados no entorno sul-americano considerados pelos partidos de oposição (PSDB, PMDB, DEM) “bolivarianos”. Segundo essa visão política, o Brasil necessitava se (re) aproximar dos centros mundiais, tais como EUA e União Europeia. Então com a assunção de Temer, e a delegação da Chancelaria para José Serra, o Brasil inicia novos princípios da ação internacional, especificamente, a desideologização.

Além da óbvia ideia de afastamento dos países considerados ideológicos, em termos de ação, segundo aponta Pennafort (2016, p. 12), essa nova visão articulada entre Brasil e Argentina conseguiu desgastar e pressionar a Venezuela, via MERCOSUL, para não assumir a presidência *pro tempore* do bloco em 2016. Portanto, a desideologização na prática se concretiza pela suspensão daquele país do agrupamento sul-americano em 2017.

Um décimo sexto trabalho sobre a Política Externa *temerista* é de Nery (2018) ao avaliar o papel da UNASUL durante os governos Lula e Temer. Nessa perspectiva de forma muito similar a Pennaforte (2016), há uma oposição na análise ao caracterizar o período 2003-2010, como uma inserção internacional autônoma no sistema internacional, enquanto que o período subsequente 2016-2018, com uma ação exógena subordinada aos centros hegemônicos de poder.

Para entender essa lógica na Política Externa, Nery (2018, p. 253) analisa o papel dos atores políticos internos na formulação de duas visões de ação internacional. Por um lado, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), via Fernando Henrique Cardoso, construiu sua perspectiva em, tanto evitar alianças com países de terceiro mundo, quanto aproximar-se dos Estados Unidos e da União Europeia. Ademais, a busca econômica pela integração regional aberta, além da captação de investimentos estrangeiros e produção de acordos de comércio.

Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores (PT), em sua Política Externa priorizou uma coalisão Sul-Sul, com busca de protagonismo através da integração regional mais avançada. O papel da China é fundamental para a consecução desses objetivos, já que passou a comprar os *commodities* a preços altos, e de certa forma financiar o desenvolvimento econômico brasileiro nesse período.

Essas duas visões são fundamentais para compreender o que a Política Externa de Temer propôs tendo em vista que a pasta de Relações Exteriores ficou a cargo de José Serra e Aloysio Nunes, ambos membros do PSDB. Portanto, eles eram as vozes críticas às articulações brasileiras durante o modelo petista de inserção internacional. No quadro 3, a seguir, percebe-se claramente essas duas visões de mundo:

Quadro 3 – As visões de PSDB e PT para a América do Sul

Eleição	PSDB	PT
2002	<ol style="list-style-type: none"> 1. Valorizar a OEA. 2. Negociar a Alca. 3. Flexibilizar o Mercosul, convertendo-o em zona de livre comércio. 4. Integrar a infraestrutura física e energética da América do Sul. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Denunciar a Alca como um processo de anexação. 2. Reconstruir o Mercosul e convertê-lo em uma zona de convergência de políticas agrícolas, industriais, científicas, educacionais e culturais.
2006	<ol style="list-style-type: none"> 1. Retomar as negociações da Alca. 2. Acelerar o acordo de livre comércio entre Mercosul e UE. 3. Estimular a integração física, energética e comercial da América do Sul. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Priorizar a integração sul-americana, o Mercosul e a Casa/CSN. 2. Estimular a desdolarização do comércio regional.
2010	<ol style="list-style-type: none"> 1. Flexibilizar o Mercosul, destacando a crise do bloco e criticando a entrada da Venezuela. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Superar divergências no Mercosul, fortalecer a Unasul e reduzir as assimetrias regionais.
2014	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recuperar os objetivos iniciais do Mercosul, flexibilizar suas regras. 2. Reestabelecer a primazia da liberalização comercial na região. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer o Mercosul, a Unasul e a Celac, sem discriminações ideológicas. 2. Integrar a infraestrutura física, energética e financeira da América do Sul, região que pode se tornar um importante ator no mundo multipolar em formação.

Fonte: NERY, 2018, p. 254.

O quadro 3 aponta de que maneira os dois partidos majoritários, PSDB e PT, nas eleições federais percebem a inserção internacional brasileira para a América do Sul.

Enquanto, o primeiro pretende articulações mais flexíveis econômicas, o outro propõe uma zona sul-americana mais integrada nos setores culturais e políticos. Aqui, reside a diferença quando se fala em UNASUL, pois o projeto geopolítico é uma criação petista dentro da sua cosmovisão, ao passo que a recente desconstrução a partir de Temer (2016-2018) relaciona-se a sua Política Externa mais próxima aos psdebistas, Serra e Nunes.

A visão da “Nova Política Externa Brasileira” para Nery (2018) modifica as atuações do governo anterior. Essas modificações são as seguintes:

A coalizão MDB-PSDB tem desconstruído o legado da política externa dos anos Lula e Dilma, não somente em sua dimensão ideológica, mas também no tocante aos eixos estratégicos fundamentais da inserção internacional do Brasil. Um Itamaraty liderado por dois ministros do PSDB – José Serra e Aloysio Nunes – tem priorizado parceiros tradicionais - como os Estados Unidos e a UE – em detrimento das parcerias estratégicas com o Sul global, que supostamente custariam caro e trariam pouco benefício ao país. Apesar de o Brasil seguir participando do BRICS, o atual governo enfatiza as relações bilaterais, sobretudo os laços comerciais com a China, esvaziando o significado geopolítico do bloco. No plano regional, a atual política externa tem priorizado a dimensão comercial, levando ao rebaixamento estratégico do Mercosul, que voltou a ser um bloco eminentemente comercial, um “Mercosul fenício”, na feliz expressão do cientista político uruguaio Gerardo Caetano. Ademais, o governo Temer tem procurado esvaziar a Unasul. Em abril de 2018, o Brasil foi seguido por outros governos conservadores – Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru – na decisão de suspender a participação e a contribuição orçamentária à Unasul. Na origem dessa decisão está a divergência em torno da nomeação de um novo secretário-geral para o organismo sul-americano, cargo que se encontra vago desde janeiro de 2017. (NERY, 2018, p. 260)

A perspectiva apontada por Nery, da “desconstrução na dimensão ideológica”, diz respeito à parte dos objetivos da Monografia. Isto é, visualizar de que forma o princípio da desideologização é criado pelo governo Temer, e apropriado pela administração seguinte, Bolsonaro, como traço comum de identificação entre eles.

Outro traço que coincide com a passagem citada acima é a perspectiva de atuação no regionalismo, muito mais aberto e flexível, de pouco sentido político. A ideia é priorizar a assinatura de acordos comerciais, e não exatamente outros aspectos (culturais, políticos, etc.). Um exemplo disso é a pauta da negociação comercial MERCOSUL-União Europeia retomada no governo Temer, e finalizada pelo governo Bolsonaro.

2.2.2 A bibliografia do período Bolsonaro

Após essa discussão de alguns estudiosos acerca da gestão Michel Temer na Política Externa, chega-se ao próximo ponto dessa seção, a bibliografia que compreende o período de Jair Bolsonaro.

Um primeiro estudo acerca do assunto é intentar compreender de que maneira a eleição de Bolsonaro vai refletir nas relações entre Brasil e China. Segundo aborda Libânio (2018, p. 302), a Política Externa de Bolsonaro pretende se alinhar aos Estados Unidos, cuja intenção é de reposicionar a aproximação do país ao Sul Global e os BRICS. Esse argumento do autor está de acordo com a realidade, sobretudo ao perceber a construção desse relacionamento bilateral com o país do Norte, a partir de visitas mútuas entre os dois estados. Entretanto, para essa monografia o argumento não é totalmente aceito, pois se entende que o reposicionamento das parcerias do Brasil no mundo, iniciou-se na gestão anterior com Temer, especificamente no discurso do chanceler José Serra e a Nova Política Externa Brasileira. O então ministro das Relações Exteriores defende o retorno das parcerias tradicionais com países ocidentais, ainda que não descarte de todo os países do Sul.

Nesse estudo, o pesquisador faz uma análise prospectiva sobre os efeitos na economia brasileira da adoção de uma estratégia de afastamento da China pelo governo Bolsonaro. Além de mostrar em perspectiva histórica como o país asiático se tornou o principal parceiro comercial, Libânio (2018, p. 310) defende que a parceria com chineses seja mais proveitosa em termos de investimentos que com um retorno ao país norte-americano. Além disso, caso o Brasil opte pelo EUA, as consequências podem chegar aos setores agrícolas, como a soja, que é um produto importado pelos chineses. Nesse caso, a soja brasileira pode ser preterida pela soja americana, se as duas potências chegarem a um acordo na sua guerra comercial.

Um segundo estudo acerca da Política Externa de Bolsonaro é em relação à parceria bilateral com Israel. Os pesquisadores Grassiani e Müller (2019, p. 2) apontam para uma iniciativa muito particular dessa relação, que é a construção de uma agenda de segurança urbana mútua a partir das suas próprias expertises no assunto. Os autores defendem a existência de uma aproximação entre os países na gestão Bolsonaro, já que ambos utilizam os discursos de securitização e pacificação em suas respectivas realidades nacionais. No caso brasileiro, centra-se na atuação do modelo de UPP's na cidade do Rio de Janeiro, enquanto medida de securitização contra o inimigo interno, o crime organizado. Por outro lado, em relação a Israel, analisa-se o modelo de intervenções nos assentamentos palestinos, em sentido contrário ao brasileiro, com um inimigo externo, o estado da Palestina.

Dessa forma, os autores defendem uma posição próxima a essa monografia, ao apontar que o governo de Michel Temer dá um novo impulso às relações com Israel. Segundo eles isso ocorre da seguinte forma:

Somando-se ao que os comentaristas rotulam de “golpe” (mas sem a tomada literal de instituições governamentais pelos militares), a recente mudança política do Brasil fortaleceu grupos de direita, incluindo as classes médias altas urbanas, os setores industrial, agrícola e de recursos, oligarquias extrativistas e, mais importante, os militares. Com Temer assumindo a presidência em 2016 após o impeachment de Dilma Rousseff, as relações diplomáticas entre os dois países ganharam um novo impulso no que foi encabeçado como uma reaproximação. Durante os 14 anos de presidência esquerdista no Brasil, a ocupação de Israel dos territórios palestinos foi tomada como justificativa para um congelamento político (embora as vendas de segurança continuassem a ocorrer). O Brasil é um mercado importante para a indústria de segurança e defesa de Israel, e muitas empresas estatais e privadas israelenses fizeram acordos importantes envolvendo drones, armas e tecnologias de segurança. Houve uma mudança correspondente na atitude política do Brasil em relação a Israel, que foi reforçada pelo anúncio de Bolsonaro do fechamento da embaixada da Palestina em Brasília e a transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém Oriental. Ele não apenas não condena as práticas de ocupação de Israel como os ex-líderes, mas ele as apoia ativamente. O governo interino de Temer havia modificado sua antiga posição pró-palestina radical em relação a Israel em organizações internacionais como a ONU, propondo apoiar a política de Israel em relação à Palestina, caso a caso; o nexo entre a indústria da segurança implicava ligações entre empresas brasileiras e a ocupação de territórios palestinos. As ligações entre as indústrias de segurança dos dois países não são novas. Apesar da diferença entre a posição do governo petista em relação à ocupação de Israel e a da presidência de direita, os fundamentos materiais das tentativas dos dois países de promover a perícia em pacificação existem há décadas. (GRASSIANI; MÜLLER, 2019, p. 11, tradução nossa)¹⁹

Ao fazerem a relação entre os governos Temer e Bolsonaro em relação a Israel, os autores dialogam com a hipótese dessa Monografia, especialmente ao destacarem a mudança de orientação política em relação ao PT, mas não se percebido na indústria militar conjunta. Portanto, o argumento defendido pelos pesquisadores está em consonância com essa pesquisa, já que ela defende uma continuidade das políticas externas brasileiras dos dois governos nos temas de ideologização, segurança e comércio. Vale lembrar que é no tema de ideologização que será trabalhado nos próximos capítulos, a mudança de parcerias do Brasil, ao centralizar

¹⁹ A passagem original em inglês do artigo é a seguinte: Amounting to what commentators label a “coup” (but without the literal taking over of governmental institutions by the military), Brazil’s recent political shift has strengthened right-wing groups, including the urban upper middle classes, the industrial, agricultural, and resource-extractive oligarchies, and, importantly, the military. With Temer assuming the presidency in 2016 following Dilma Rousseff’s impeachment, diplomatic relations between the two countries have gained new momentum in what has been headlined as a rapprochement. During the 14 years of leftist presidency in Brazil, Israel’s occupation of the Palestinian territories had been taken as justification for a political freeze (although security sales continued to take place). Brazil is an important market for the Israeli security and defense industry, and many Israeli state and private companies have made important deals involving drones, weapons, and security technologies. There has been a corresponding change in Brazil’s political attitude toward Israel that has been reinforced by Bolsonaro’s announcement of the closing of the Palestinian embassy in Brasilia and the transfer of the Brazilian embassy from Tel Aviv to East Jerusalem. Not only does he not condemn Israel’s practices of occupation as former leaders did but he actively supports them. Temer’s interim government had modified its earlier radical pro-Palestine position toward Israel in international organizations such as the UN, proposing to support Israel’s politics toward Palestine on a case-by-case basis; the security-industry nexus entailed links between Brazilian companies and the occupation of Palestinian territories. The links between the two countries’ security industries are not new. Despite the difference between the PT government’s position toward Israel’s occupation and that of the right-wing presidencies, the material underpinnings of the two countries’ attempts to promote pacification expertise have existed for decades.

suas ações em países ocidentais como EUA, Israel, Europa Ocidental, em detrimento de países do Sul ou bolivarianos como Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Cuba, etc.

Um terceiro estudo, sobre a administração Bolsonaro em Política Externa, analisa os seus desafios enquanto presidente do agrupamento BRICS em 2019. Como aponta Popova (2018, p. 925), os problemas internos brasileiros de ordem econômica e política trouxeram novas alterações em relação à agenda internacional. O novo presidente não pretende aprofundar o bloco em termos de desenvolvimento e de cooperação, muito menos investir esforços em debates políticos. Mas tão somente haverá uma avance na questão *strictu sensu* econômica, pois um dos seus sócios é o seu maior parceiro comercial, a China. No mesmo estudo, existe o destaque à posição do novo governo em priorizar uma agenda mais próxima dos EUA e dos países ocidentais, algo que entra em consonância ao que foi trabalhado nessa Monografia, especialmente a partir da opção do governo Temer em enfatizar os “parceiros tradicionais” em detrimento dos parceiros “não tradicionais”.

Após uma década de institucionalização do agrupamento, com a criação de diversas ações concertadas, os desafios para o BRICS na nova década, como defende Popova (2018, p. 929) estão em primeiro lugar, diminuir as assimetrias políticas e econômicas entre os membros. Depois, em segundo lugar, diminuir as declarações e intenções mais superficiais, e chegar a um consenso em diversos temas da agenda. Por fim, não menos importante, em terceiro lugar é compreender qual o seu papel enquanto reformador dos organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organizações das Nações Unidas (ONU). Entretanto, com a subida ao poder de Jair Bolsonaro, essas metas correm risco de não serem implantadas, pois a sua prioridade em Política Externa indica a aproximação dos países desenvolvidos e de seus organismos internacionais e o afastamento efetivamente dos países não ocidentais e em desenvolvimento como China, Rússia, África do Sul e Índia.

As possíveis expectativas da presidência brasileira no agrupamento em 2019 são que assuntos que envolvam medidas macroeconômicas. Acesso aos mercados e a captação de investimentos externos, via Banco do BRICS, tornam-se possibilidades da manutenção da cooperação do país com seus sócios, como defende Popova (2018, p. 936). Assim como, especificamente, uma cooperação em setores agrícolas e no combate à corrupção, visto que ambas foram plataformas de campanha eleitoral de Bolsonaro. Em sentido contrário, o envolvimento em temas ambientais, desenvolvimento sustentável, cooperação em política e segurança, e também mencionadas em parágrafo anterior, reformas das instituições globais, não tenham o protagonismo pelo novo governo porque o centro do seu processo é a

recuperação econômica. Portanto, os assuntos além dessa esfera não são priorizados em ambiente externo, inclusive no foro de países em desenvolvimento citado.

Um quarto estudo acerca da Política Externa de Jair Bolsonaro é produzido pela pesquisadora francesa Matilde Chatin (2019). Segundo ela, a orientação internacional do país reflete uma mudança em relação ao período anterior do PT:

A principal característica de orientação da diplomacia de Bolsonaro é uma reaproximação com os Estados Unidos, que não deixar de ter um impacto direto sobre os diferentes assuntos externos. Embora, a posição independente do Brasil em vários temas chaves da agenda internacional constituíram um dos grandes aspectos da sua diplomacia, o alinhamento com a visão política de Donald Trump está deixando de lado esse legado diplomático. Esta perda de independência corre o risco de perer a margem de manobra do Brasil frente os seus parceiros, além de prejudicar seus status no cenário internacional. (CHATIN, 2019, p. 115, tradução nossa)²⁰

A orientação diplomática brasileira do governo Bolsonaro apresenta uma mudança significativa para a pesquisadora, já que propõe uma aproximação com os Estados Unidos desconsiderando os efeitos e as consequências para outros vetores da política exterior. Neste caso, os problemas dizem respeito a outros sócios importantes como a China e os países árabes, principais compradores dos produtos brasileiros.

Apesar das análises da autora que versam acerca de uma mudança radical na Política Externa Bolsonarista em relação à tradição diplomática, algo que em grande medida colide com aspectos compreendidos nessa monografia, ainda existe espaço para algumas coincidências argumentativas. Por exemplo, quando Chatin (2019, p. 116) fala que o novo presidente pretende libertar o MRE do “biais idéologique” (viés ideológico) mantido nas administrações do PT, e reforçar as relações bilaterais com países desenvolvidos, sobretudo os EUA, aquilo que ela analisando chama-se o processo de desideologização. Esse fenômeno é discutido no trabalho monográfico, entretanto, pretende-se avaliar de que forma se constituiu ainda no governo Michel Temer. Portanto, traços de continuidade entre os dois governos que não são percebidos pela analista, mas sim por esse texto de monografia.

Em seguida, ao apontar de que maneira a administração Bolsonaro pretende agir com seus sócios sul-americanos, no qual Chatin (2019, p. 119) defende que essa administração procura fragilizar as instituições regionais, como o MERCOSUL, aparece mais uma linha

²⁰A passagem original em francês é o seguinte: La principale caractéristique de l’orientation de la diplomatie de Bolsonaro est un rapprochement vis-à-vis des États-Unis, ce qui ne manque pas d’avoir un impact direct sur différents dossiers extérieurs. Alors que la position indépendante du Brésil sur des thèmes clés de l’agenda international constituait un des grands atouts de sa diplomatie, l’alignement sur la vision politique de l’Amérique de Donald Trump l’éloigne de sa tradition diplomatique. Cette perte d’indépendance risque de rogner la marge de manœuvre du Brésil vis-à-vis de ses partenaires, voire de porter atteinte à sa stature sur la scène internationale.

próxima entre os trabalhos. No caso específico do comércio, quando é demonstrada a pretensão da Política Externa Bolsonarista em flexibilizar a Tarifa Externa Comum do bloco sul-americano em favor de negociações bilaterais para a feição de acordos comerciais. Esse ponto coincide com a hipótese do trabalho em revelar a prioridade em temas comerciais da nova administração, ainda que faltem os elementos que liguem com o antecessor, Michel Temer.

Um quinto estudo acerca da Política Externa de Bolsonaro é de Coutinho (2018) em relação ao papel exercido pela internet na eleição do candidato do PSL e as consequências na orientação internacional brasileira. Como defende Coutinho (2018), por meio do dispositivo contemporâneo de internet, Bolsonaro, conseguiu manipular a opinião de diversos eleitores, especialmente pela sua plataforma política frágil. Em termos de orientação externa, no período como candidato, ele deu apontamentos do que poderia fazer caso fosse eleito presidente. A aproximação com os EUA, Israel e Taiwan, foram os primeiros indícios daquilo que chamou de novo formato de parcerias bilaterais. De forma sucinta, Coutinho (2018), aponta para o processo de desideologização, quando mostra que caminhos serão tomados em relação a países como Venezuela e Cuba, um distanciamento de “ditaduras sanguinárias”. Também, há uma menção a pauta comercial, na qual aparecem as ideias bolsonaristas de ampliar os investimentos e de produzir mais acordos comerciais. A percepção da autora vai em direção oposta ao plano de governo de Bolsonaro, como ela própria defende, “Embora o plano de Bolsonaro seja deixar o Brasil mais liberal, suas palavras e atitudes demonstram exatamente o oposto. Sua campanha é baseada no não-liberal, mas opressor, das minorias, dos que tem necessidade dos que foram e são perseguidos até hoje.” (COUTINHO, 2018, p. 13). Após essas palavras fortes, o que se pode dizer é que a análise dessa autora não se encaixa completamente no objetivo do texto monográfico, porquanto ele pretender apontar os elementos de continuidade entre as administrações Temer e Bolsonaro.

O sexto estudo para compreensão da Política Externa de Bolsonaro é feito por Passos e Santana (2018), ainda no momento do segundo semestre de 2018 com as Eleições presidenciais. Segundo eles, a Política Externa de Temer e de Bolsonaro apresentam elementos de continuidade pela opção em mudar os rumos em uma aliança mais próxima dos EUA, na contramão da orientação externa desde o governo Geisel pela autonomia e diversificação de parcerias no mundo. Assim, descrevem o encontro entre as duas administrações:

O governo Temer claramente assumiu em 2016 uma postura muito mais inclinada aos Estados Unidos, aparentemente enfrentando veladas resistências por tal opção no próprio – e conservador, diga-se de passagem – Ministério das Relações Exteriores. A mudança foi muito acentuada e provavelmente decretou o fim da orientação em prol da diversificação referida. Os indícios proporcionados pelas propostas e declarações de Jair Bolsonaro, bem como suas medidas de transição para o seu mandato, certamente corroboram a mesma avaliação a respeito da tendência apresentada no governo Temer de uma aproximação muito maior da hegemonia e imperialismo norte-americanos. (PASSOS; SANTANA, 2018, p. 6)

É interessante notar a ideia de continuação entre os governos assinalados, também, no trabalho monográfico. Entretanto, a diferença básica nas duas análises apresenta mais relação com opções teóricas, já que Passos e Santana optam pela discussão de conceitos *gramscianos* de hegemonia e imperialismo, enquanto que nesse trabalho se opta pela Análise de Política Externa em sentido mais próximo dos programas, princípios e ações da ação externa brasileira nas duas administrações.

Um sétimo estudo que analisa a Política Externa de Bolsonaro é de Rodrigues (2019, p. 1) quando procura caracterizar tal momento como uma mudança profunda na PEB desde os governos civil-militares. Em sua perspectiva, o ponto-chave da compreensão está em descrever o perfil de “ultramoralismo conservador, de perfil autoritário, alinhado e inspirado no trumpismo”. Já nessa perspectiva, esse trabalho se diferencia da monografia proposta, pois destaca as dessemelhanças do atual governo para com seus anteriores, algo não focalizado na hipótese do capítulos posteriores marcada pela noção de semelhança das administrações Temer e Bolsonaro.

As possíveis modificações da PEB de Bolsonaro são analisadas da seguinte forma pelo analista:

Durante os 100 primeiros dias de governo, Bolsonaro optou pelos Estados Unidos, Chile e Israel – países administrados por políticos conservadores – como prioridades de sua PEB. Argentina, principal parceira do Brasil na América do Sul, ficou excluída da agenda, numa clara ruptura com a tradição diplomática das relações bilaterais do país. Os BRICS (fundamental iniciativa global, da qual o Brasil é co-fundador e membro ativo) passou para um segundo plano, e a China – sócio estratégico e principal destino das exportações do agronegócio brasileiro – ficou marginalizada.²¹ (RODRIGUES, 2019, p. 1-2)

²¹Trecho em espanhol no original aqui: Durante los 100 primeros días de gobierno, Bolsonaro escogió a Estados Unidos, Chile e Israel —países liderados por políticos conservadores— como prioridades de su PEB. Argentina, principal socia de Brasil en Sudamérica, quedó excluida de la agenda², en clara ruptura con la tradición diplomática de las relaciones bilaterales del país. Los BRICS (primordial iniciativa global, de la que Brasil es cofundador y miembro activo) han pasado a segundo plano, y China —socio estratégico y principal destino de las exportaciones del agronegocio brasileño— ha quedado marginada.

Em termos de parceiros bilaterais, a escolha por EUA, Israel e Chile em contraponto a China e Argentina. O autor chama para essa ação internacional de “política externa ideológica” (Olavo de Carvalho, Eduardo Bolsonaro, Ernesto Araújo, Felipe Martins, deputados evangélicos) fazendo uma oposição com a “política externa pragmática” de determinados atores internos que orientam a PEB, especificamente o núcleo militar do governo, chefiado por Hamilton Mourão, Augusto Heleno, Carlos Alberto Santa Cruz, Fernando Silva. Portanto, ele procura identificar os personagens de Política Externa para contrapor suas posições a fim de identificar o lugar que ocorreu essa “ruptura” diplomática.

Nessa análise, Rodrigues (2019, p. 9), ainda aponta para o discurso retórico de Bolsonaro acerca do fenômeno da “desideologização”, que na sua argumentação apenas é uma fala sem nexos com a realidade, já que o caminho escolhido pelo grupo Bolsonarista é uma ideologia conservadora, ultraliberal e alinhada ao trumpismo. Apesar de compreender essa perspectiva, a monografia não argumenta sobre esse prisma, porque entende o processo de “desideologização” como mecanismo orientador principiológico da PEB, articulado pelo Chanceler José Serra em 2016. Para além do eixo de axiomas, também, é um caminho de ações práticas que dentre outras coisas possibilita certo distanciamento com países “bolivarianos”, entre eles a Venezuela e Nicarágua. Nesse procedimento, a PEB é uma linha de ação em continuidade entre as administrações Temer e Bolsonaro, e não exatamente um momento de descontinuidades. Por fim, é fundamental ressaltar que a ideologia é um nível de análise no campo da Política Externa, como mostra Mendes (2016), e já discutido pelo texto monográfico na seção 2.1. Logo, os formuladores da ação internacional brasileira são ideológicos, porque optaram por um caminho, o que invalida possíveis neutralidades, de certa forma há nesse ponto concordância argumentativa com Rodrigues.

Um oitavo estudo sobre a Política Externa de Bolsonaro é feito por Caetano, Burian e Luján (2019) em relação ao regionalismo sul-americano na agenda internacional do país a nível metodológico duplo em espaço-tempo de longa duração e curta duração. Em outras palavras, uma compreensão de fatores históricos da integração sul-americana, e fatores conjunturais desse mesmo fenômeno através do ciclo Bolsonaro.

Na primeira perspectiva, destaca-se de Caetano, Burian e Luján (2019, p. 101), o recorte de caracterização da região do Prata marcada pelos “Estados Hegemônicos” (Brasil e Argentina) e os “Estados de Frontera” (Uruguai, Paraguai e Bolívia). Essa dinâmica geopolítica caracteriza esse entorno geográfico desde o século XIX até meados dos anos de 1980.

A chegada dos anos de 1980 representa o final das disputas geopolíticas entre Brasil e Argentina que optam pela aproximação estratégica através do MERCOSUL. Esse momento é descrito por Caetano, Burian e Luján (2019, p. 103), sendo o processo de afirmação da liderança brasileira na região do Prata. Essa assertiva se ampara no domínio brasileiro por meio de estratégia de implantação de infraestrutura e logística com os vizinhos, a menor navegabilidade pelas hidrovias, a influência alternada nos “Estados de Frontera” e a decadência de poder pelo rival argentino. Portanto, o bloco sul-americano é a simbologia da força brasileira pela garantia dos seus interesses no subcontinente.

O avance da estratégia internacional brasileira aumenta e aprofunda com a criação da UNASUL no início do século XXI, como ferramenta complementar ao MERCOSUL, no seu aspecto político e militar. Entretanto, como afirmam Caetano, Burian e Luján (2019, p. 105), ocorre uma mudança significativa na Política Externa brasileira com o governo Temer quando desmobiliza o novo agrupamento, e cria um grupo informal, Grupo de Lima, para tratar da crise da Venezuela. Aqui, há uma concordância argumentativa entre os analistas e esta monografia, apesar de que esta última sinaliza os desdobramentos na região sul-americana ainda no processo de desideologização, algo não percebido pelos autores uruguaios, princípio norteador dos governos Temer e Bolsonaro, que autorizam na sequência ações práticas, tal como, a saída da UNASUL, a suspensão venezuelana do MERCOSUL, a atuação no Grupo de Lima e a criação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL).

Ainda nessa análise da gestão Temer, Caetano, Burian e Luján (2019, p. 111-112), apontam para as escolhas na Política Externa em termos da América do Sul. Dois assuntos se destacam: comércio e segurança nas fronteiras. No processo de integração, existe a necessidade de apontar caminhos mais econômicos e menos políticos. Bem como, nas fronteiras brasileiras são rearticuladas orientações de combate ao narcotráfico, especialmente com a institucionalização do assunto nas Embaixadas brasileiras. Mais uma vez, nesse ponto, essa análise converge com a monografia ao sinalizar as ações internacionais brasileiras para o entorno geográfico, especialmente pela ênfase nos programas de comércio e segurança, eixos analíticos do trabalho de conclusão de curso.

No desenvolvimento das suas análises Caetano, Burian e Luján (2019) tecem considerações mais específicas acerca da administração Bolsonaro em Política Externa. Num primeiro momento, ainda no segundo semestre de 2018, apontam para as propostas do candidato à presidência. Eles dizem o seguinte sobre a ação externa:

La idea de soberanía aparece de forma reiterada, incluso en referencia al fortalecimiento de las Fuerzas Armadas y se encuentra con asuntos variados como **la desideologización** de la política exterior. El comercio aparece como un vector clave, en el que la reducción de aranceles y otras barreras no arancelarias emergen como instrumentos para obtener este resultado. (CAETANO; BURIAN, LUJÁN, 2019, p. 123, **grifo nosso**)

O termo sinalizado em negrito destaca importante princípio de Política Externa da gestão Bolsonaro. Os autores não apontam a linha de continuidade dessa escolha com a administração de Temer, responsável pela implantação desse axioma e das ações práticas nessa linha. Sendo assim, a análise se restringe tão somente ao governo Bolsonarista, o que diminui a percepção do processo em uma metodologia de longa duração, e menos de curta duração.

Para finalizar, em seguida, já na seção de pós-escrita, os analistas Caetano, Burian e Luján (2019) destacam as características da administração Bolsonaro em curso. Nessa perspectiva se destaca as seguintes opções de princípios, programas e ações:

No âmbito da política externa, a dimensão econômica-comercial parecer ter uma menor visibilidade dado o predomínio do conflito venezuelano na agenda. No plano comercial emergem posturas de aproximação com os EUA, seja bilateralmente o no marco de um Mercosul reformulado. No plano político, o inicial alinhamento de Brasil-EUA na sua política externa, em relação com a possibilidade de dar espaço a uma base militar em território brasileiro, na convergência de posições sobre a resolução do conflito na Venezuela e sobre a possível mudança da embaixada de Israel para Jerusalém, gerou tensões dentro do governo, e emergiu a figura do vice-presidente, o general da reserva Hamilton Mourão, como um ator de crescente protagonismo na política externa, ainda que também em outros temas de alta relevância como a relação com a China.²² (CAETANO; BURIAN; LUJÁN, 2019, p. 125-126, tradução nossa)

Nas suas considerações aparece um maior protagonismo da agenda venezuelana sobre o aspecto comercial, além do destaque do conflito entre os formuladores e atores de Política Externa, de Mourão e Araújo, muito próximo à classificação de Rodrigues (2019) entre os “ideológicos” e os “pragmáticos”. Dessas compreensões apontadas, o que não se concorda é a ideia de que o aspecto comercial tenha perdido espaço para o aspecto de “desideologización”, pois são princípios e programas da ação externa brasileira que se conjugam nos discursos de

²²O trecho em espanhol no original a seguir: En el ámbito de la política exterior, la dimensión económica comercial parece tener una menor visibilidad dado el predominio del conflicto venezolano en la agenda. En el plano comercial emergen planteos sobre el acercamiento a ee. uu., sea bilateralmente o en el marco de un Mercosur reformulado. En lo político, el inicial alineamiento de Brasil a ee. uu. en su política exterior, en relación con la posibilidad de dar espacio a una base militar en territorio brasileño, en la convergencia de posiciones sobre la resolución del conflicto en Venezuela y sobre el posible traslado de la embajada en Israel a Jerusalén, generó tensiones dentro del gobierno, y emergió la figura del vicepresidente, el general reservista Hamilton Mourão, como un actor de creciente protagonismo en la política exterior, aunque también en otros temas de alta relevancia como la relación con China.

Bolsonaro. Em verdade, mais uma vez, esses dois planos são elementos de continuidade com o governo Temer, não destacado e percebido pelos analistas uruguaios.

Um nono estudo acerca da Política Externa do governo Bolsonaro é a análise de Prinsloo (2019) em relação à postura brasileira e aos BRICS, especificamente com apontamentos e conselhos para a postura da África do Sul perante esse novo contexto do bloco. Em relação ao Brasil, ela defende uma orientação moderada em sua ação internacional. Mas, Prinsloo identifica três eixos que sofreram alterações a seguir:

Prioridade nacional - Sob Bolsonaro, os compromissos estrangeiros provavelmente estarão subordinados às prioridades da política interna, já que ele procura resolver questões socioeconômicas e institucionais domésticas urgentes para garantir a reeleição em 2022. Na eleição final, ele garantiu a vitória por um pequeno número de margem (10%), admitindo que "se eu cometer um erro, o PT retorna". Sua administração - a pedido de Guedes - buscará alavancar o envolvimento estrangeiro para enfrentar os desafios internos. **Do Sul para o Norte** - Há uma mudança no alinhamento da política externa do Brasil, longe da abordagem de cooperação Sul-Sul adotada pelo governo Lula e subsequente e um alinhamento mais forte com os EUA. Durante a primeira visita oficial de Bolsonaro aos EUA em março de 2019, observou que pretendia melhorar os laços entre o Brasil e os EUA "depois de décadas de fim dos presidentes anti-EUA no Brasil". Algumas das propostas políticas de Bolsonaro - como a mudança da embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém, um anúncio inicial sobre a retirada do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, e rejeitar o regime de Maduro - emular de perto as posições da administração Trump. **Diplomacia moral recalibrada** - Há uma expectativa de que, em função de uma influência ideológica significativa, o envolvimento estrangeiro do Brasil terá uma base moral diferente. Araújo melhor capta essa divergência de administrações passadas, observando que "a principal [ameaça] vem de regimes não democráticos que exportam crime, instabilidade e opressão", e afirmando que "um Brasil muito mais assertivo, um país falando com sua própria voz e não apenas dublar a de outra pessoa, será um parceiro [global] muito melhor."²³ (PRINSLOO, 2019, p. 6, **Grifo nosso**)

Dos três centros apontados em negrito, destacam-se os últimos dois enquanto aspectos mais ligados à ação externa brasileira no período Bolsonaro. Para Prinsloo (2019), há

²³O trecho original em inglês está aqui: **Domestic prioritisation** – Under Bolsonaro, foreign engagements will likely be subordinate to domestic policy priorities as he looks to address urgent domestic socioeconomic and institutional issues to secure re-election in 2022. In the final run-off election, he secured victory by a small margin (10%), admitting ‘[that] if I make a mistake, the PT returns’.¹⁰ His administration – at the behest of Guedes – will look to leverage foreign engagement to address domestic challenges. **From South to North** – There is a shift in Brazil’s foreign policy alignment, away from the South–South cooperation approach espoused under the Lula and subsequent PT administrations and a stronger alignment with the US.¹¹ During Bolsonaro’s first official state visit to the US in March 2019 he noted that he aimed to improve Brazil– US ties ‘after decades on end of anti-US presidents in Brazil’.¹² Some of Bolsonaro’s policy proposals – such as moving Brazil’s embassy in Israel to Jerusalem, an initial announcement on withdrawal from the Paris Agreement on climate change, and rejecting the Maduro regime – closely emulate the positions of the Trump administration. **Recalibrated moral diplomacy** – There is an expectation that, on the back of significant ideological influence, Brazil’s foreign engagement will have a different moral grounding. Araújo best captures this divergence from past administrations by noting that ‘the main [threat] comes from non-democratic regimes that export crime, instability and oppression’, and asserting that ‘a much more assertive Brazil, a country speaking with its own voice and not just dubbing in someone else’s, will be a much better [global] partner’.

mudança de orientação das parcerias estratégicas do Sul Global para o Norte, no qual aparecem os EUA como aliado. Ademais, uma “Diplomacia Moral” em que existe certa ideologia de distanciamento com países considerados “antidemocráticos”. Apesar de não citar o princípio de “desideologização”, percebe-se nesse ponto que a sua análise coincide com a monografia, pois ambas entendem as alterações principiológicas e práticas nas relações bilaterais brasileiras. Entretanto, os trabalhos divergem no sentido de que nessa pesquisa entende-se que essa modificação não é iniciada na gestão atual, mas sim na anterior, no governo Temer, como mostrará o capítulo seguinte deste trabalho.

No que concerne à relação do Brasil de Bolsonaro e os BRICS, Prinsloo (2019) aponta que haverá certa convergência de posturas na presidência brasileira em especial nos temas de comércio e investimento, cooperação regional e a crise da Venezuela, e financiamento do desenvolvimento do país através do Banco de Desenvolvimento do grupo. Portanto, uma análise menos alarmista que percebido nos trabalhos de Libânio (2019) e Popova (2018) analisados nessa seção, e com tom mais otimista e moderado das possibilidades de cooperação com os países do Sul. Dos três temas em que são apontados caminhos para a parceria, o menos possível de ser realizado é acerca da Venezuela. Segundo Prinsloo (2019), faz-se necessário os países acertarem pronunciamento coletivo para diminuir as tensões naquele país, a fim de aumentar a sua postura em assuntos políticos. Entretanto, é desconsiderado o papel que o governo Bolsonaro percebe nesse tema, já que existe uma postura de alinhamento com os EUA, o que dificulta a cooperação política dentro do agrupamento. Portanto, a cooperação deve ser restrita a pontos mais econômicos na busca de investimentos e de financiamento para o desenvolvimento brasileiro.

Um décimo estudo sobre a administração de Jair Bolsonaro em Política Externa analisa o papel das alianças cristãs e judias em torno do presidente e seus efeitos para a política interior e exterior, como defendem Grin, Gherman e Caraciki (2019). Esses autores caracterizam a ação internacional brasileira para Israel como ponto central da agenda Bolsonarista, especialmente pela aliança desse líder para com a base descrita acima entre evangélicos e judeus conservadores. Eles dizem o seguinte:

Disputas em relação à política externa brasileira também provocam divergências na comunidade judaica brasileira. Além da divergência sobre os debates ideológicos sionistas, as diretrizes relacionadas ao Estado de Israel também são uma característica fundamental deste debate. Entidades representativas da comunidade judaica são tradicionalmente a favor de Israel e não estão comprometidas com o criticismo público de suas políticas. Portanto, a comunidade judaica tornou-se uma espécie de campo de batalha entre direita e esquerda, tanto interna como externamente. Além disso, Israel passou a ser o epicentro dos debates políticos

nacionais. Por mais que tradicionalmente tenha sido um problema com relativamente pouca ressonância pública no Brasil, a política externa em relação a Israel tornou-se recentemente uma questão central. A proposta de Bolsonaro de transferir a embaixada brasileira para Jerusalém é uma evidência dessa tendência (Tharoor 2018).²⁴ (GRIN; GHERMAN; CARACIKI, 2019, p. 11)

Assim, há uma clara diferença da Política Externa de Bolsonaro e das gestões petistas (2003-2016). O primeiro utiliza a parceria com Israel como parte das suas promessas de campanha para a sua base de apoio político, no caso, os evangélicos e judeus conservadores. Ele aproveita, inclusive, os diversos problemas que Lula e Dilma tiveram com a comunidade judaica desde pelo menos 2008, para ganhar mais apoios e adeptos para sua plataforma política. Portanto, pode-se dizer que existe uma inédita aproximação entre Brasil e Israel, liderada pelos grupos políticos que representam as comunidades judaico-cristãs.

Em termos de análise, o trabalho apresentado no parágrafo anterior converge em muitos sentidos com essa monografia, também, em alguns momentos destaca as novas prioridades de parceiros do Brasil, menos focada em países ditos “ideológicos” (Venezuela, Bolívia, Nicarágua, etc.), e mais centradas em países chamados “ocidentais” (EUA, Israel, Itália, Chile, dentre outros). Entretanto, no texto monográfico, percebe-se que essa mudança de parceiros se inicia já no governo Michel Temer, inclusive com aproximações estratégicas com Israel. Ela é aprofundada pelo governo Bolsonaro, que em muitos momentos chama aquele país de aliado. Portanto, a percepção geral é que existe uma continuidade entre a escolha dos parceiros, algo não analisado por Grin, Gherman e Caraciki (2019), em verdade, o período temerista é sequer citado no estudo deles.

Um décimo primeiro trabalho sobre a Política Externa do Governo Bolsonaro faz uma análise dos meandros desse novo período a partir de Almeida (2019)²⁵, diplomata de carreira,

²⁴O trecho original em inglês está aqui: Disputes regarding Brazilian foreign policy are also a motive of disagreement within the Brazilian Jewish community. In addition to divergence on Zionist ideological debates, guidelines related to the State of Israel are also a key feature in this debate. Representative entities of the Jewish community are traditionally in favor of Israel and are not committed to public criticism of its policies. Therefore, the Jewish community ended up turning into a sort of battlefield between right and left, both internally and externally. Moreover, Israel has turned into the epicenter of national political debates. Even though it had traditionally been an issue with relatively little public resonance in Brazil, foreign policy towards Israel recently became a central issue. Bolsonaro’s proposal of transferring of the Brazilian embassy to Jerusalem is evidence of this trend (Tharoor 2018).

²⁵O diplomata Paulo Roberto de Almeida é conhecido pelas críticas às administrações petistas no Itamaraty escritas no seu blog pessoal, diplomatzando. Após intenso período de marginalização na carreira, em agosto de 2016 é escolhido para o cargo de Diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), na administração Michel Temer (2016-2018). Em fevereiro de 2019, é exonerado desse cargo pela administração Bolsonaro (2019-) ao tecer críticas à Política Externa e Diplomacia, especificamente, aos personagens políticos e teias de relações que conformam os atuais formuladores, com destaque para o filósofo, Olavo de Carvalho, o assessor da presidência da República para assuntos internacionais, Filipe Martins, e o próprio Chanceler, Ernesto Araújo. Atualmente, está lotado no Arquivo de Documentação do Itamaraty em Brasília.

e opositorista as ações praticadas pela atual administração. Na sua concepção não existem ideias, princípios e programas da ação internacional brasileira, pois segundo ele:

[...] **onde está a política externa do Brasil? Confesso que não sei.** Nas horas e dias seguintes à minha exoneração do cargo de diretor do IPRI, vários jornalistas quiseram saber os motivos da demissão e a minha opinião sobre a política externa do Itamaraty. Tive de perguntar a eles: vocês conhecem alguma? Digam-me qual é, para que eu possa avaliar. Passados três meses, desde então, já existem algumas luzes, onde antes só havia frases em latim, grego e alemão, nenhuma muito esclarecedora sobre a política externa enquanto tal. Essas poucas luzes resultam apenas da necessidade de fazer ou falar algumas coisas, em função da agenda externa, não que tenhamos tido uma exposição clara, abrangente, sobre quais são, ou deveriam ser, as prioridades da política externa – além de lutar contra o marxismo cultural e a ideologia de gênero – em relação aos grandes itens da agenda internacional, dos compromissos regionais ou das oportunidades bilaterais. (ALMEIDA, 2019, p. 18-19, **grifo nosso**)

A política externa na visão de Almeida é inexistente, pois carece de instrumentos e de suportes próprios do linguajar diplomático. A novidade em sua perspectiva é a introdução de assuntos inovadores para a ação internacional brasileira tais como o Globalismo, a luta contra a ideologia de gênero, o marxismo cultural, dentre outros.

A partir dessa perspectiva, carregada de disputas internas, políticas e poder no Itamaraty²⁶, essa monografia compreende ser necessário fazer certo distanciamento sobre essas posições, já que diferente do diplomata de carreira em questão, o texto monográfico entende que existe Política Externa organizada e pensada, especialmente ao perceber determinadas linhas de continuidade entre os governos Temer e Bolsonaro em programas e princípios como a desideologização, o comércio e a segurança. Enquanto Almeida argumenta pela negacionismo da PEB em consonância com uma profunda ruptura das posturas externas brasileiras, em sentido contrário, acredita-se que a Política Externa existe, inclusive ancorada

²⁶Ao longo do tempo, construiu-se uma imagem do corpo diplomático brasileiro homogeneizada em torno dos valores profissionais e interesses brasileiros no exterior. Entretanto, esse desenho não evita que existam disputas internas entre os próprios funcionários do Itamaraty. Assim, classificam-se em dois grupos: os autonomistas e os institucionalistas pragmáticos. O primeiro grupo, cerca do PT, analisa-se a inserção internacional do país a partir de uma lógica Sul-Sul, com mais visão universalista e diversas nas parcerias internacionais, ademais de um foco no projeto desenvolvimentista econômico. Nesse grupo, destacam-se Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães, etc; O segundo grupo, próximos de FHC e das legendas políticas do PSDB e DEM, identifica-se com uma inserção internacional liberalizante e manutenção da participação nos foros multilaterais de forma prática, além de em termos principiologicos não descartarem o universalismo, autonomia e ideia de grandeza. Nesse agrupamento, os nomes de destaque são os de Celso Lafer, Nelson Barbosa, Paulo Roberto de Almeida, Luiz Felipe Lampreia, dentre outros. Para maiores detalhes, consultar a seguinte bibliografia: SARAIVA, M. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externo do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**, n. 1, jan./jun. 2010, p. 45-52. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/43601387_A_diplomacia_brasileira_e_as_visoes_sobre_a_insercao_externa_do_Brasil_Institucionalismo_pragmatico_x_autonomistas. Acesso em: 14/07/2019.

em muitas ações, princípios e programas da administração anterior, no qual o diplomata participou ativamente como colaborador do IPRI.

A sua análise da Política Externa do governo Bolsonaro percebe que os EUA é o “parceiro estratégico”, especificamente Donald Trump, figura apreciada por Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo. Essa escolha, na visão de Almeida (2019, p 76), entende que o presidente americano é líder do renascimento do Ocidente, o que o diplomata contesta ao mostrar que em verdade, o chefe do executivo americano pretende resguardar os interesses nacionais americanos. Essa perspectiva tem sentido ao revelar um curto espaço de tempo, no tempo presente, quais são as ligações entre o governo Bolsonaro e seu aliado americano. Se visto em um tempo maior, incluindo o período Temer, há uma perspectiva diferente. Na administração anterior, Temer e seus chanceleres, Serra e Nunes, não percebiam Trump como um salvador ocidental, ainda que o entendimento de uma aproximação com os americanos fosse visto de forma positiva pelas raízes comuns ocidentalistas.

A última análise em ser feita do trabalho de Almeida (2019, p. 132), refere-se a uma comparação entre o que chama de “lulopetismo”, período da Política Externa do PT (2003-2016), e o “bolsonarismo”²⁷, período corrente (2019-). Na sua perspectiva, os dois momentos são similares quando articulam parcerias e programas externos não convencionais à prática diplomática do Itamaraty. Apesar do argumento de um agente da diplomacia brasileira ser carregado de experiência prática, faz-se necessário tecer duas críticas a essa comparação. Em primeiro lugar, em termos metodológicos, a comparação torna-se complexa, devido ao desnivelamento do tempo entre as duas administrações, quer dizer, enquanto a “diplomacia partidária” durou 16 anos subdivididos em dois governos, Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016), a “diplomacia familiar” tem apenas um ano. Depois, em segundo lugar, em termos analíticos, o diplomata não analisou o período Temer (2016-2018), a interseção entre as duas administrações comparadas, momento em que esteve ligado ativamente a funções no IPRI. Qual é a direção do governo Temer? O que fez em sua Política Externa e diplomacia? Quais as semelhanças e diferenças com os outros dois períodos? Questionamentos fundamentais para uma ampla utilização da metodologia comparativa na Política Externa.

²⁷O termo usado pelo diplomata pretende referenciar o fenômeno eleitoral de Jair Bolsonaro em comparação ao ex-presidente, Lula da Silva. Para além dessa evidência, as ciências sociais e política mais contemporâneas vem discutindo diversos aspectos desse processo a fim de entender como se deu a construção da base política, ideológica, econômica do então candidato à presidência da república em 2018. Nessa direção, Machado e Freixo (2018), organizam uma coletânea de autores que versam acerca de várias temáticas, como, a compreensão da mentalidade política e ideológica da Nova direita; a conceitualização de Golpe de Estado e “desdemocratização”, dentre outros. Para consultar a bibliografia citada, ver: MACHADO, R; FREIXO, A (orgs.). **Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Rachel, 2019.

Um décimo segundo trabalho sobre a Política Externa do governo Bolsonaro é dos autores Ribeiro e Milani (2019) no qual discutem as consequências para ação internacional brasileira e a Cooperação Sul-Sul. Eles pretendem responder as seguintes questões:

Quais são os principais objetivos da política externa brasileira (PEB) a partir de 2019? Quais cenários podemos considerar? O que acontecerá mais especificamente à Cooperação Sul-Sul, que foi ativamente desenvolvida pelos governos Lula e, em menor grau, por Dilma Rousseff? Este artigo tenta responder a essas questões apresentando os principais cenários que podem ser atribuídos à política externa no governo Bolsonaro e, em seguida, enfocando as perspectivas de cooperação Sul-Sul.²⁸ (RIBEIRO; MILANI, 2019, p. 1)

Essas problemáticas são respondidas com a hipótese de que a administração Bolsonaro é um momento de mudança na Política Externa brasileira nas “stratégies économiques, commerciales, multilatérales et géopolitiques”. Essas alterações, segundo os autores, correspondem a três aspectos que são: o alinhamento político com os EUA e seus aliados (Israel, Hungria, Itália), as tensões dialéticas com a China e o abandono das agendas multilaterais de meio ambiente.

Em sentido contrário aos autores Ribeiro e Milani (2019), o texto monográfico argumenta que o governo Bolsonaro apresenta elementos de continuidade com a gestão Temer, especificamente em três programas da agenda externa que são “desideologização”, comércio e segurança. No trabalho, a parceria com os EUA é analisada no sentido de visualizar que já na administração dos chanceleres Serra e Nunes há uma predisposição em retomar contatos com os parceiros tradicionais brasileiros como os Estados Unidos, França, Alemanha, etc. Para isso, o princípio da “desideologização”, quer dizer, o distanciamento com países ditos bolivarianos entre eles, Venezuela, Nicarágua, Cuba, dentre outros, tornam-se ponto-chave.

Em relação aos outros dois pontos da agenda, há um sentido de continuidade. Em termos comerciais, há uma aposta na negociação de acordos comerciais (EFTA, Canadá, Chile, México, Singapura, etc.) entre os dois períodos. Já em relação à segurança, ocorre um resgate das ações contra ilícitos transnacionais na fronteira brasileira com criação de setores administrativos, acordos bilaterais (Bolívia) e reuniões bilaterais com os vizinhos. Portanto, o trabalho de monografia defende que o governo Bolsonaro apresenta linhas de continuidade

²⁸Texto original em francês a seguir: Quels sont les principaux objectifs de la politique étrangère brésilienne (PEB) à partir de 2019 ? Quels scénarios peut-on envisager ? Qu’advient-il plus particulièrement de la coopération Sud-Sud, qui avait été activement développée par les gouvernements Lula puis, dans une moindre mesure, sous Dilma Rousseff ? Cet article tente de répondre à ces questions en présentant les principaux scénarios pouvant être attribués à la politique étrangère au sein du gouvernement Bolsonaro, puis en mettant l’accent sur les perspectives de coopération Sud-Sud.

com a gestão Temer, e não é um momento de mudança, ainda que não se oponha a outras análises nesse sentido como de Ribeiro e Milani (2019).

Um décimo terceiro trabalho acerca da Política Externa de Bolsonaro é de Gabriel et al (2019) cujo centro é analisar seu relacionamento com a China, sobretudo pelo seu crescente poderio econômico, e a possível tomada de posição junto aos interesses americanos na região do Indo-Pacífico, área estratégica estadunidense que abrange Japão, Austrália, Índia, e o próprio EUA. Segundo os autores, a tomada de posição da Política Externa de Bolsonaro ocorre pelo seguinte:

No entanto, Bolsonaro prometeu mudar alguns aspectos tradicionais das posições internacionais brasileiras. Na China, o líder brasileiro frequentemente mostrou preocupação com a compra de terras no Brasil, e deixou os investidores preocupados ao considerar uma questão de segurança nacional a participação das empresas estatais chineses no processo de privatização de empresas brasileiras de energias.²⁹ (GABRIEL et al, 2019, p. 4)

A possível mudança de posicionamento da Política Externa brasileira em relação à China é um dos eixos da análise, sobretudo pelo aspecto econômico que as medidas podem causar nos interesses brasileiros. Nessa direção argumentativa, o texto monográfico não possui diálogo acerca da temática, ainda que considere relativamente recente a análise dos autores, já que logo em seguida Bolsonaro realizou seguidas declarações, nas quais recuava de seu posicionamento, inclusive no segundo semestre de 2019 quando faz uma viagem oficial aquele país.

A tomada de posição brasileira junto aos interesses americanos na região do Indo-Pacífico pode ocorrer a partir do mecanismo diplomático Dialogo de Segurança Quadrilateral (QUAD), organizado pelos EUA, Austrália, Índia e Japão a fim de intentar conter os avanços chineses naquela região. Como dizem Gabriel et al (2019, p. 8), em termos qualitativos, essa opção pode gerar problemas para o governo Bolsonaro por dois motivos: a primeira causa é a importância chinesa no comércio brasileiro; e a segunda causa é a possível perda de apoio da base eleitoral do presidente no agronegócio. Portanto, a decisão é altamente arriscada, mas ainda precisa ser concretizada com maior profundidade nos próximos anos da administração *bolsonarista*.

²⁹O trecho em inglês no original aqui: However, Bolsonaro promised to change some traditional aspects of Brazilian international engagement. On China, the Brazilian leader frequently showed concerns about the purchase of lands in Brazil and made investors upset by considering a matter of national security to avoid Chinese state's companies to join the process of privatization of governmental energy companies.

Um décimo quarto trabalho acerca da Política Externa de Bolsonaro é de Takahashi (2019), o qual pretende avaliar as promessas de campanhas eleitorais do então candidato a presidência em 2018, e em seguida comparar com os acontecimentos do primeiro semestre de 2019 com o exercício efetivo da presidência da República.

Na análise da Política Externa de Bolsonaro, Takahashi (2019, p. 36), divide-a em duas partes. A primeira pretende mostrar o pré-candidato à presidência da República como anti-globalista, com declarações fortes contra a China, o Acordo de Paris e a ONU. E a segunda parte após a eleição defende que o presidente eleito continue sua retórica forte contra a China e o Acordo de Paris, além de manter uma aproximação estratégica com os EUA e Israel. E a parte mais interessante dessa análise é aquele que argumenta pelo rompimento da atuação diplomática brasileira quando diz:

A posição anti-globalista é mantida nas relações internacionais multilaterais desde a eleição até o início da nova administração. **Ela se mostrou em uma direção diferente da diplomacia universalista tradicional do Brasil.** Por exemplo, em novembro de 2019 Bolsonaro desistiu de abrigar a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP25), e a administração Temer (2016-2018) levou em conta o pedido solicitado pelo presidente eleito.³⁰ (TAKAHASHI, 2019, p. 37)

O grifo demonstra a posição do autor que percebe uma mudança na postura do governo Bolsonaro perante outras administrações anteriores. Entretanto, apesar dessa assertiva, logo em seguida acaba se contradizendo ao demonstrar que a “posição anti-globalista” do presidente eleito em sair da COP-25 é amplamente aceita pela gestão anterior de Michel Temer, ainda que o primeiro personagem político ainda nem tivesse sido empossado. Como bem levantado pela monografia, as administrações possuem vários elementos de convergência tais como combate à ideologia na ação internacional, utilização da diplomacia para acordos comerciais e combate ao crime organizado através das fronteiras brasileiras. Apesar de possuir outro posicionamento em matérias de meio ambiente, a concessão de Temer a Bolsonaro é um gesto de respeito e certa aceitação das suas possíveis semelhanças.

Um décimo quinto trabalho que analisa a Política Externa do governo Bolsonaro é de Galinari (2019), esse aponta o que chama de “guinada à direita” na ação internacional brasileira desde o processo de impedimento em 2016. Isto quer dizer que na sua perspectiva,

³⁰O trecho em original no japonês a seguir: 選挙後から新政権発足までの間、多国間国際関係に関しても反グローバリズム的な立場が維持され、ブラジルの伝統的な普遍主義外交とは異なる方向性が示された。たとえば、2019年11月に予定されていた気候変動に関する国連会議（COP25）の自国開催については、2018年11月28日、テメル政権（Michel Temer, 任期：2016～2018年）側がボルソナロ次期大統領の意向に配慮してキャンセルを発表した。

muito similar a hipótese da Monografia, o período Temer e Bolsonaro são elementos de continuidade se comparados ao momento anterior de Rousseff e Lula da Silva.

Dessa forma, ele constrói a sua argumentação analisando inicialmente o período petista, no qual considera a Política Externa com “guinada à esquerda”. Em termos de estratégia internacional, o Brasil articulou a seguinte estratégia:

Ao longo das administrações petistas, notamos que, para além da integração regional, o país também empreendeu grandes esforços para se consolidar como um importante *player* nas relações internacionais. A presença militar no Haiti (2004-2017) e a tentativa de modernizar suas forças armadas – a partir da construção do submarino nuclear e da compra dos caças suecos *Gripen*, por exemplo – procuraram, entre outras coisas, justificar a presença do Brasil neste organismo. Já o empenho para a consolidação do BRICS – grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – demonstra o interesse em estabelecer uma Ordem Geopolítica Mundial com uma feição mais multipolar. Como resultado de todos estes esforços, o país passou a ser visto como uma importante liderança do Sul, defendendo pautas importantes para grande parte dos países em desenvolvimento em rodadas da OMC (Organização Mundial do Comércio), em reuniões do G20 e em outros fóruns internacionais. (GALINARI, 2019, p. 194-195)

A perspectiva petista de Política Externa enfoca no relacionamento Sul-Sul com clara intenção de aumentar o protagonismo brasileiro no mundo. Através de iniciativas como BRICS, IBAS, dentre outros, o país busca ampliar sua margem de poder no sistema internacional. De forma diferente, quando esse modelo de inserção internacional entra em crise na segunda década do século XXI, iniciam-se mudanças mais à direita do espectro político.

Essas alterações na Política Externa Brasileira correspondem ao processo de impedimento em 2016 e a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Segundo Galinari, as mudanças aparecem no tema Venezuela:

O fato que mais marcou a “guinada à direita” do governo brasileiro desde o impeachment de Dilma Rousseff foi o afastamento imediato do país em relação à Venezuela, cujo governo é visto como um aliado ideológico do PT. De fato, o presidente venezuelano, o chavista Nicolás Maduro, se posicionou publicamente contra o impeachment, chamando-o de golpe de Estado. Seja como for, em dezembro de 2016 e com forte apoio do governo brasileiro, a Venezuela foi suspensa do Mercosul. Apesar das argumentações técnicas (de não cumprimento dos compromissos assumidos com o bloco), a verdade é que dificilmente a Venezuela teria sido suspensa se não tivesse ocorrido esta “guinada à direita” no continente, com a eleição de Mauricio Macri na Argentina e o impedimento de Dilma Rousseff no Brasil. Assim, da mesma forma que o empenho brasileiro para a entrada da Venezuela no Mercosul, em 2012, possuía motivações ideológicas, a sua suspensão, em 2016, também estava repleta de motivações ideológicas. No final de 2017, as relações entre Brasil e Venezuela se tornaram ainda piores. Depois de os governos destes países trocarem muitas críticas, o governo venezuelano expulsou o embaixador brasileiro e em resposta o governo brasileiro fez o mesmo. Já em maio de 2018, os quatorze países do Grupo de Lima não reconheceram a vitória de

Nicolás Maduro na eleição presidencial venezuelana, o que aumentou as tensões entre Brasil e Venezuela. O agravamento da crise política, econômica e humanitária na Venezuela e a vitória de Jair Bolsonaro no Brasil complicaram ainda mais as relações entre os dois países. Ao ser reconduzido ao cargo em janeiro de 2019 (depois da contestada eleição de maio de 2018), parte da comunidade internacional – encabeçada pelos EUA e seguido pelo Brasil – não reconheceu a legitimidade do governo Maduro e, ainda, passou a reconhecer o presidente da assembleia nacional venezuelana, Juan Guaidó, como presidente interino da Venezuela. (GALINARI, 2019, p. 200-201)

O que o autor Galinari chama como continuidade no espectro à direita da Política Externa, na Monografia se analisa através dos princípios, programas e agendas. Nesse caso específico, a coincidência de posições ocorre no princípio de desideologização, articulado e construído pelos Chanceleres Serra e Nunes, e mantidos pelo Ministro de Relações Exteriores de Bolsonaro, Araújo.

Entretanto, não é apenas nesse ponto que há similaridade, em outros campos como o comércio e a segurança, os dois governos procuram articular ações e estratégias muito similares. Por exemplo, a crescente preocupação em fomentar negociações comerciais bilaterais, ou a luta contra os ilícitos transnacionais nas fronteiras. No capítulo 3, esses aspectos serão melhores trabalhados e analisados a partir dos discursos e posicionamentos dos presidentes e Chanceleres.

Um décimo sexto trabalho sobre a Política Externa de Bolsonaro é de Casarões e Fledes (2019) em relação ao papel da agenda ambiental nos assuntos internacionais do novo governo brasileiro. Na perspectiva dos autores, a chave explicativa da ação internacional brasileira é perceber que o agronegócio ganhou importância, sobretudo na defesa dos seus interesses pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), responsável por criar um setor administrativo no seu organograma para cuidar desse aspecto. O apoio a essa agenda, em certa medida, enfraquece as posições na agenda ambiental, por consequência, diminui sua proximidade com a Alemanha, França, e demais estados nacionais engajados em avançar no assunto.

Ao analisar a Política Externa, Casarões e Fledes (2019) apontam três (3) eixos que explicam a formulação dos assuntos internacionais pelo governo Bolsonaro. Em primeiro lugar, uma crescente raiva ao PT, possibilita que seja construída a narrativa de mudar os rumos do que fora construído no período anterior, sobretudo em se distanciar do eixo Sul-Sul e dos países considerados bolivarianos (Venezuela, Cuba, etc.). Segundo, o papel das camadas religiosas judaico-cristãs que pediam pela aproximação com Israel, além da mudança na Embaixada brasileira naquele país. Terceiro, a perspectiva anti-globalista, com discurso

crítico ao multilateralismo e suas instituições (ONU, OMC, etc.), a fim de agregar os espectros políticos de sua campanha próximos a Olavo de Carvalho.

A partir dessas considerações, entende-se que o trabalho de Casarões e Fledes (2019), possuem uma boa perspectiva de análise do momento atual. Entretanto, eles carecem de aprofundamento das razões que levaram esse novo governo a tomar certas posições, como o combate aos países aliados ao PT. Como se percebe na hipótese dessa Monografia, esse procedimento é anterior, construído na administração Temer, que já possui uma retórica crítica ao seu antigo aliado. Portanto, o que se chama no trabalho de princípio de desideologização, são axiomas, ações e estratégias inauguradas no país em 2016, o que nos possibilita perceber a similaridade das administrações.

No que diz respeito à relação do governo Bolsonaro com a Alemanha e a União Europeia, Casarões e Fledes mostram as zonas de conflito, especificamente em termos de meio ambiente, direitos Humanos e populações originárias. Eles dizem o seguinte:

No entanto, o debate interno entre as diferentes facções do governo acabou sendo que a Alemanha perdeu um importante parceiro de coalizão global. Brasil e Alemanha estão agora posicionados em campos opostos em questões-chaves da governança global como mudança climática, migração, direitos humanos e conflito no Oriente Médio. A falta de objetivos estratégicos comuns está fazendo com que a parceria estratégica Brasil-Alemanha, criada em 2008, e as consultas intergovernamental desde 2015, estejam em dúvida.³¹ (CASARÕES; FLEMES, 2019. p. 7)

Esse distanciamento nos temas globais suscita reações contrárias a iniciativas entre os dois países, inclusive, na recente negociação comercial finalizada entre MERCOSUL e União Europeia. A depender dos acontecimentos, o acordo comercial pode ser cancelado, ou ainda, importantes recursos financeiros alemães serem perdidos pelas condicionantes colocadas nos temas de mudanças climáticas, direitos humanos, etc.

³¹O trecho original em inglês a seguir: However the internal debate between the different government factions ultimately plays out, Germany has lost an important global coalition partner. Brazil and Germany are now positioned in opposing camps on key global governance issues such as climate change, migration, human rights, and conflict in the Middle East. The lack of common strategic goals is calling the Brazilian–German strategic partnership since 2008 and the intergovernmental consultations since 2015 into question.

3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE TEMER E BOLSONARO: A CONTINUIDADE

Esta seção procura analisar a Política Externa das administrações Temer e Bolsonaro a fim de encontrar a continuidade entre elas através dos temas de agenda em ideologização, comércio e segurança. Na primeira seção secundária, 3.1, intitulada, Serra e a Nova Política Externa Brasileira, são debatidos os principais eixos do discurso de posse e notas do Itamaraty em que o Chanceler destaca suas ações de PEB, especialmente nas áreas sublinhadas anteriormente. Na seção secundária, 3.2, chamada, Nunes e o aprofundamento da Nova Política Externa Brasileira, são analisados os pontos centrais do discurso de posse e notas do Itamaraty no qual o Ministro de Exteriores aumenta as atividades, reuniões e ações de PEB no mesmo sentido de seu antecessor. Finalmente, na seção secundária, 3.3, chamada, Araújo e a continuidade da Nova Política Externa Brasileira, são investigados, os aspectos chaves do discurso de posse e as notas do Itamaraty, nos quais o Embaixador articula nexos de continuidades nos programas, objetivos e ações de PEB, sobretudo em temas como Ideologização, Comércio e Segurança.

3.1 Serra e a Nova Política Externa Brasileira

O afastamento da presidente, Dilma Rousseff, após o processo de *Impeachment* em maio de 2016, possibilita a assunção em seu lugar do então vice-presidente, Michel Temer.³² Ao assumir, o novo presidente, começa delimitar a Política Externa em seu discurso de posse no Congresso Nacional. Para o público seletivo de Deputados e Senadores, inicia com uma arguição acerca dos princípios constitucionais de relações internacionais do país.³³ Para logo

³²O uso do termo *Impeachment* é mera construção argumentativa do trabalho, que não propõe a discussão conceitual dos motivos e finalidades desse acontecimento, tais como, alguns termos que surgiram como: *Golpe*, *Impeachment*, *Golpeachment*. Em relação ao uso do termo *Golpe*, ver os seguintes autores: GUERRA, A. et al. **Brasil 2016: recessão e golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/brasil-2016-recessao-e-golpe/>. Acesso em: 05/01/2016; SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe: entenda como e porque você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016; Acerca do uso da terminologia *Impeachment*, analisar: BRASIL. **Impeachment: o julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, SAJS, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/13/livro-sobre-o-processo-de-impeachment-esta-disponivel-em-formato-digital>. Acesso em: 05/01/2019. E por fim, do debate sobre o conceito *Golpeachment*, olhar: PASSOS, R; FRANCO, T. Capítulo 7 – A mudança na política externa brasileira no governo Temer ou o mito da interrupção da luta contra-hegemônica e anti-imperialista brasileira. In: CORSI, F; SANTOS, A; CAMARGO, J. (orgs.). *A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise*. Bauru: Canal 6, 2017. p. 150-221. Disponível em: http://www.canal6.com.br/livros_loja/Ebook_Conjuntura_brasileira.pdf. Acesso em: 03/01/2019; PRADO, C. **O Golpe na Presidenta Dilma Rousseff: Golpeachment**. Amazon, 2017. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Golpe-Presidenta-Dilma-Rousseff-Golpeachment/dp/1542760933>. Acesso em: 05/01/2019.

³³Os princípios de relações internacionais do Brasil estão presentes no artigo 4 da Constituição Federal de 1988, são os seguintes: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da

em seguida, repetir o mesmo discurso na cerimônia de posse dos novos Ministros em 12 de maio de 2016. Importante destacar a seguinte passagem:

[...] São, meus amigos, esses elementos de consenso que nos permite estabelecer bases sólidas para a política externa que volte a representar os valores e interesses permanentes no nosso País. A recuperação do prestígio do País e da confiança em seu futuro serão tarefas iniciais e decisivas para o fortalecimento da inserção internacional da nossa economia. [...] (TEMER, 2016)

Após intentar dar um ar de legitimidade à condução externa citando os princípios constitucionais e a sua própria participação na feitura na Assembleia Constituinte, o responsável pela implementação da PEB defende que o Estado brasileiro deve recuperar os valores e interesses nacionais. Nessa ideia, ainda que embrionária, já existe uma necessidade para se diferenciar das administrações anteriores que com a fala de José Serra logo abaixo, solidifica-se pela ideia de “desideologização” da PEB. Ademais, o então presidente, dá mais uma pista para a prioridade da sua ação externa, quer dizer, pensar de que maneira o país pretende levar sua economia ao mundo. Aqui, através da prioridade na pauta comercial, o Brasil *temerista* busca acertar parcerias externas que tragam benefícios econômicos.

Essas duas estratégias possibilitam muitas críticas, em primeiro lugar, como dito no primeiro capítulo dessa monografia, a retórica da neutralização da PEB é pensada para reposicionar as prioridades estratégicas e parcerias do país. Elas, nas administrações petistas, davam amplo foco à prioridade regional na América do Sul, pois não impunham condicionantes aos países da região. Com Temer, os Estados nacionais considerados bolivarianos e ideológicos como Venezuela, Nicarágua, Bolívia, começam a perder espaço para outros países do continente, entre eles Chile, Colômbia, Peru, Paraguai, etc. Qual a motivação dessa escolha? Segundo os formuladores da Nova Política Externa, além da neutralização e da busca pelos “verdadeiros” valores nacionais, esses novos parceiros possuem uma dinâmica comercial mais forte com o Pacífico. Em segundo lugar, aproveita-se o argumento anterior, para reduzir o espaço da agenda de PEB, especialmente com foco em Economia e Comércio. Essa redução de prioridades atinge outras áreas como Cultura,

humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Esses axiomas aparecem pela primeira vez em uma Carta Constitucional brasileira, pois em outros momentos aparecem de forma secundária, como aponta Tiburcio (2014). Ver: BRASIL. Constituição de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de out. de 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05/01/2019; TIBURCIO, C. Constituição e relações internacionais. **Universita JUS**, v. 25, n. 1, 2014, p. 1-24. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/2889/2313>. Acesso em: 05/01/2019.

Educação, Sociedade, visto que essas perdem a garantia de prioridade, salvo se souberem trazer dividendos econômicos e comerciais.

Após seus primeiros discursos, o presidente em exercício, Michel Temer, designa para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), José Serra. A escolha em seu início já é uma mudança em relação às administrações de Lula da Silva (2003-2010) e Rousseff (2010-2016), pois aponta para o cargo uma pessoa que não é do quadro da carreira do Itamaraty, algo impensado nas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em seu primeiro pronunciamento oficial, José Serra, intitula a PEB como “A Nova Política Externa Brasileira”. Ele tece dez diretrizes para que a recém administração empossada se diferencie da gestão anterior com “[...] olhos voltados para o futuro e não para os desacertos do passado.” (SERRA, 2016). No conglomerado de princípios, destaca-se a primeira, a décima e a “décima primeira”, como caminhos de continuidade com a nova administração de Jair Bolsonaro. Essa opção, desde já, não indica uma completa continuação entre os estilos de PEB, mas sim define um prisma a ser observado, inclusive, existem espaços de análise para apresentar as possíveis diferenças entre os períodos.

3.1.1 A Desideologização

O primeiro axioma é simbólico ao apontar na direção da “desideologização” da Política Externa praticada pelas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT). Em uma tentativa de se diferenciar, sobretudo da gestão Amorim (2003-2010), caracterizada pela alcunha de “Política Externa Ativa e Altiva”.³⁴ O novo chanceler diz o seguinte:

[...] A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior. A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e jamais de um partido. Essa nova política não romperá com as boas tradições do Itamaraty e da diplomacia brasileira, mas, ao contrário, as colocará em uso muito melhor. Medidas que, em outros momentos, possam ter servido ao interesse nacional, quero dizer, podem não ser mais compatíveis com as novas realidades do país e com as profundas transformações em curso no cenário internacional. (SERRA, 2016)

A marca dessa diretriz é apontar para os desvios de conduta do PT, quanto da gestão de Política Externa, já que nessa ótica existe uma apropriação dos interesses nacionais por interesses do partido. A “desideologização”, portanto, é a ação política de trazer os rumos da

³⁴A alcunha de Política Externa Ativa e Altiva é impressa pelo próprio chanceler Celso Amorim em seus livros *Conversas com jovens diplomatas* (2011). Os analistas de Política Externa, também, utilizam esse nome para fazer as suas considerações sobre o período. Ver: AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.

PEB para um caminho apolítico, no sentido da tradição implantada pelo Barão do Rio Branco no início do século XX. Em termos discursivo é uma estratégia para modificar os rumos das parcerias internacionais do país, especialmente por escolher o afastamento de países, entre eles a Venezuela, ao passo que esse vácuo é ocupado por Colômbia, Chile, Argentina, Peru, etc. São atores estatais, que possuem maiores afinidades com a administração Temer e no desdobramento de futuras ações, o governo Bolsonaro os toma como importantes parceiros. Porém, essa possível ideologia na PEB, também, justifica a ênfase em parcerias tradicionais como os Estados Unidos, Europa Ocidental, dentre outros. Conforme dito mais acima, essa nova guinada internacional apresenta como foco a busca em aprofundar relações comerciais com esses países.

O caso da Venezuela é sintomático da nova orientação de Política Externa. Desde o começo, o período Serra impõe uma nova forma de dialogar com esse país. Em forma menos diplomática e mais agressiva que os momentos petistas, são emitidas notas e orientações para pressionar o governo de Nicolás Maduro. Em total foram catalogadas 22 declarações em relação a esse ente estatal, sob diversas facetas e modelos, de maio de 2016 a março de 2017 quando o chanceler esteve conduzindo o MRE.

Algumas notas iniciais se mostraram contrárias ao pronunciamento dos governos venezuelanos, bolivianos, nicaraguense, cubano e equatoriano em contestar o procedimento de destituição de Dilma Rousseff. Elas pretendem defender o governo estabelecido por Temer, já com vistas a praticar o distanciamento com esses países considerados ideológicos e bolivarianos.³⁵

Outras notas debatem a situação interna da Venezuela, com ênfase para os seguintes argumentos: crise política, econômica, humanitária e violação dos direitos humanos. Aqui, o Brasil, enquanto ator estatal solitário reivindica alterações no país vizinho.³⁶ Nesses discursos oficiais, o MRE intenta refletir acontecimentos que não estejam dentro da normalidade democrática, como ações do governo de Maduro contra Parlamentares venezuelanos.³⁷ Esse

³⁵Acerca desse assunto, ver a nota: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 176 - Manifestações sobre a situação interna do Brasil.** Publicado em 13 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14023-manifestacoes-sobre-a-situacao-interna-no-brasil>. Acesso em: 05/01/2019.

³⁶Sobre essa reivindicação solitária brasileira ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 204 – Situação na Venezuela.** Publicado em 06 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14145-situacao-na-venezuela-2>. Acesso em: 05/01/2019.

³⁷Verificar a seguinte nota: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 213 – Incidente na Venezuela.** Publicado em 09 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14201-incidente-na-venezuela>. Acesso em: 05/01/2019.

passo brasileiro é uma ação racional a fim de justificar o distanciamento do vizinho, outrora considerado parceiro estratégico.

A estratégia não se limita a posição brasileira, pois ela por si não possui força suficiente para modificar os rumos da crise na Venezuela. Em ações concertadas com a vizinhança aliada, os Chanceleres de Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, condenam os atos de violência governamentais contra os manifestantes da oposição e os parlamentares venezuelanos.³⁸ Logo, essas ações começam a se tornar mais corriqueira por outros países, especialmente no âmbito regional em mecanismos como MERCOSUL, UNASUL e OEA.³⁹

Por fim, essas estratégias de “desideologização” criadas ao longo do ano de 2016, frutificam como consequência mais nítida na exclusão da Venezuela do MERCOSUL, sob a justificativa do rompimento da cláusula democrática do bloco em 1 de Dezembro de 2016, no qual a Venezuela ainda perdeu a presidência do bloco, exercida de forma conjunta por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.⁴⁰

Em pouco tempo, a gestão Serra imprime novos caminhos na PEB, em discurso não ideológica, mas na realidade possui a intencionalidade de retirar parceiros estratégicos das administrações petistas, e aproximar-se de outros vizinhos sul-americanos. Essas ações de Política Externa, baseadas no princípio basilar de “desideologização”, continuam a serem articuladas pelos chanceleres Nunes e Araújo, ambos, usam o Grupo de Lima para aumentar a pressão sobre o governo de Maduro. Inclusive, como mostra essa simbologia de continuidade, o atual Ministro de Exteriores, Ernesto Araújo, no quarto dia no posto articula um

³⁸Para ler na íntegra o comunicado, clicar: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 216 – Comunicado Conjunto dos Chanceleres de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai sobre a situação na Venezuela.** Publicado em 12 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14209-comunicado-conjunto>. Acesso em: 05/01/2019.

³⁹Em relação a dinâmica da Organização dos Estados Americanos (OEA), tem-se as seguintes notas e manifestações coletivas dos países, a ver: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 290 – Comunicado Conjunto de estados-membros da OEA sobre os acontecimentos recentes na República Bolivariana da Venezuela.** Publicado em 11 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14578-comunicado-conjunto-de-estados-membros-da-oea-sobre-os-acontecimentos-recentes-na-republica-bolivariana-da-venezuela>. Acesso em: 05/01/2019; **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 412 - Comunicado conjunto de Estados Membros da OEA sobre os acontecimentos recentes na República Bolivariana da Venezuela.** Publicado em 22 de Outubro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15017-comunicado-conjunto-dos-estados-membros-da-oea-sobre-os-acontecimentos-recentes-na-republica-bolivariana-da-venezuela>. Acesso em: 05/01/2019.

⁴⁰Sobre o processo de suspensão da Venezuela do Mercosul ver as notas: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 296 – Estado da Implementação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.** Publicado em 13 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14596-estado-da-implementacao-do-protocolo-de-adesao-da-venezuela-ao-mercosul>. Acesso em: 05/01/2019; **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES (MRE). Nota 337 - Aprovação da "Declaração Relativa ao Funcionamento do Mercosul e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela".** Publicado em 13 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14727-aprovacao-da-declaracao-relativa-ao-funcionamento-do-mercosul-e-ao-protocolo-de-adesao-da-republica-bolivariana-da-venezuela>. Acesso em: 05/01/2018.

comunicado coletivo de 13 países (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia) que não reconhecem o novo governo eleito da Venezuela para o período (2019-2025).⁴¹

3.1.2 O Comércio

Além desse primeiro tema, em que há convergência com os Ministros posteriores, Serra centraliza suas ações na atuação comercial do Itamaraty. O segundo axioma da “Nova Política Externa Brasileira”, é dar prioridade aos temas comerciais dito na quinta diretriz do discurso de posse em maio de 2016. Segundo Serra, o caminho é esse:

O Brasil não mais restringirá sua liberdade e latitude de iniciativa por uma adesão exclusiva e paralisadora aos esforços multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, como aconteceu desde a década passada, em detrimento dos interesses do país. Não há dúvida de que as negociações multilaterais da OMC são as únicas que poderiam efetivamente corrigir as distorções sistêmicas relevantes, como as que afetam o comércio de produtos agrícolas. Mas essas negociações, infelizmente, não vêm prosperando com a celeridade e a relevância necessárias, e o Brasil, agarrado com exclusividade a elas, manteve-se à margem da multiplicação de acordos bilaterais de livre comércio. O multilateralismo que não aconteceu prejudicou o bilateralismo que aconteceu em todo o mundo. Quase todo mundo investiu nessa multiplicação, menos nós. Precisamos e vamos vencer esse atraso e recuperar oportunidades perdidas. (SERRA, 2016)

A quinta diretriz da “Nova Política Externa Brasileira” apresenta como finalidade diminuir a dependência multilateral da Organização Mundial do Comércio (OMC) nos temas de Comércio, da mesma forma que defendeu as administrações anteriores de Lula e Rouseff. Nessa margem, para superar essa visão, existe uma ênfase nas negociações bilaterais com os parceiros, especialmente aqueles que ocupam o espaço dos países bolivarianos, entre eles a Venezuela. É o caso do Chile, Colômbia, México, dentre outros.

Ao longo da sua gestão, Serra fomenta diversas estratégias para captar e ampliar o comércio com os parceiros do país. Uma das primeiras articulações foi a viagem de promoção comercial e investimentos do MRE em junho de 2016. O diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, Rodrigo de Azeredo Santos, intenta impulsionar as relações entre os dois países, “[...] conforme orientação do ministro José Serra.”⁴² A nota é clara em dizer que o centro da PEB são as relações comerciais e econômicas, portanto,

⁴¹Na seção secundária, 3.3, esses aspectos serão melhores abordados. Mas para verificar a nota, ver: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19913-declaracao-do-grupo-de-lima-4>.

⁴²A nota completa está no seguinte endereço: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 202 - Missão do Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos ao Irã – 10 a 13 de junho de 2016**. Publicado em 04 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14141-missao-do-diretor-do-departamento-de-promocao-comercial-e-investimentos-ao-ira-10-a-13-de-junho>. Acesso em: 07/01/2019.

deixam-se de lado outras potencialidades do relacionamento, como tecnologia, cultura, dentre outros.

Logo em seguida, uma segunda articulação, é com o México na busca por um Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE 53), iniciado ainda no segundo mandato Rouseff em 2015. Esse acordo procura a inclusão de bens agrícolas e industriais entre os dois países. O Chanceler brasileiro visita o México em Julho de 2016, a fim de manter “[...] a ampliação do comércio e dos investimentos entre os dois países [...]”⁴³ Outra vez, com um foco no relacionamento bilateral, e através dos temas de comércio e econômicos, a ação externa brasileira se produz com um grau de distanciamento grande de outros aspectos de PEB.

No mês de Outubro, há uma visita do presidente, Michel Temer, ao Japão. Ali, é firmado um Memorando de Cooperação para a promoção de investimentos e cooperação econômica no setor de infraestrutura. Esse documento apresenta a finalidade de “[...] fortalecer a cooperação bilateral na promoção de oportunidades de investimento entre os Participantes, por meio da implementação conjunta de ações, a serem decididas pelos Participantes, para o desenvolvimento de infraestrutura [...]”⁴⁴ Esse instrumento jurídico, inclusive, prevê suporte em setores de transporte e logística, tecnologia de informações e comunicações e energia. Mais uma vez, é dada a prioridade bilateral ao tema comercial e econômico, especialmente com a assinatura de um documento jurídico entre os países. Conforme dito mais acima, no outro princípio, o da ideologização, a saída dos países bolivarianos abre espaço para parcerias mais tradicionais da PEB, uma delas é o Japão. Seguindo o espírito de buscar tanto a aproximação econômica quanto os aliados nos países do Ocidente, o país faz uma escolha por um caminho, algo que não neutraliza de ideologia a PEB como prometido no discurso de posse, mas sim lhe possibilita novas escolhas.

⁴³Para saber mais informações sobre o ACE Nº 53, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 248 - IV Reunião Negociadora para a Ampliação e Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE 53) entre o Brasil e o México – Brasília, 7 de julho de 2016.** Publicado em 7 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14391-iv-reuniao-negociadora-para-a-ampliacao-e-aprofundamento-do-acordo-de-complementacao-economica-n-53-ace-53-entre-o-brasil-e-o-mexico-brasilia-7-de-julho-de-2016>. Acesso em: 07/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 271 - Visita do ministro José Serra ao México – Cidade do México, 25 de julho de 2016. Publicado em 22 de julho de 2016.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14487-visita-do-ministro-jose-serra-ao-mexico-cidade-do-mexico-25-de-julho-de-2016>. Acesso em: 07/01/2019.

⁴⁴Para consultar o documento na íntegra, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 408 - Visita do Presidente da República ao Japão – Tóquio, 18 e 19 de outubro de 2016 – Ato assinado.** Publicado em 20 de Outubro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14988-visita-do-presidente-da-republica-ao-japao-toquio-18-e-19-de-outubro-de-2016-ato-assinado>. Acesso em: 07/01/2018.

Em novembro, há um encontro com a Espanha em busca da centralidade das ações em comércio e nos temas econômicos, conforme bem destaca a declaração conjunta assinada no qual as dois estados nacionais articulam a chegada de investimentos, pois o país europeu é um dos maiores investidores do Brasil. Inclusive, nessa declaração, há uma saudação ao aprofundamento do diálogo após a assunção de Michel Temer a presidência.⁴⁵

Em janeiro de 2017, o Chanceler José Serra, articula negociações regionais do MERCOSUL e o EFTA para a produção de acordo de livre comércio. Esse encontro iniciado em junho de 2015 pelo governo Rousseff, vai seguir com Aloysio Nunes.⁴⁶

E por último, com o fim da sua gestão em março, José Serra participa de um importante encontro com a Argentina em formato bilateral em relação aos temas de comércio, investimentos e segurança nas fronteiras. Dessa reunião entre os presidentes Michel Temer e Mauricio Macri são firmados documentos jurídicos, um em especial é acerca da área assinalada, o “Convênio de Cooperação entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e a Fundação Argentina para a promoção de Investimentos e Comércio Internacional”. Esse instrumento possui a finalidade de alavancar o comércio e o investimento entre as empresas brasileiras e argentinas.⁴⁷

⁴⁵Para ver a visita de Serra a Espanha e a comunicação de ambos países: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 453 - Viagem do ministro José Serra à Espanha – Madri, 21 a 23 de novembro de 2016.** Publicado em 18 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15281-viagem-do-ministro-jose-serra-a-espanha-madri-21-a-23-de-novembro-de-2016>. Acesso em: 12/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 457 - Comunicado de Imprensa dos Ministros de Assuntos Exteriores e de Cooperação do Reino da Espanha e das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.** Publicado em 23 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15293-comunicado-de-imprensa-dos-ministros-de-assuntos-exteriores-e-de-cooperacao-do-reino-da-espanha-e-das-relacoes-exteriores-da-republica-federativa-do-brasil>. Acesso em: 12/01/2019.

⁴⁶Sobre o encontro realizado em Davos entre MECOSUL e EFTA, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 20 - Reunião ministerial entre os países do Mercosul e da Associação Europeia de Livre Comércio – EFTA.** Publicado em 19 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15636-reuniao-ministerial-entre-os-paises-do-mercosul-e-da-associacao-europeia-de-livre-comercio-efta>. Acesso em: 12/01/2019.

⁴⁷Para ver as notas referentes ao encontro de Brasil e Argentina em fevereiro: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 35 – Visita de Estado do Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil – Brasília, 7 de fevereiro de 2017.** Publicado em 06 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15700-visita-de-estado-do-presidente-da-republica-argentina-mauricio-macri-ao-brasil-brasilia-7-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 12/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 36 - Declaração conjunta presidencial por ocasião da visita de Estado do Presidente Mauricio Macri a Brasília – 7 de fevereiro de 2017.** Publicado em 07 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15709-declaracao-conjunta-presidencial-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-mauricio-macri-a-brasilia-7-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 12/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 37 – Atos assinados por ocasião da visita de Estado do Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil – Brasília, 7 de fevereiro de 2017.** Publicado em 07 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15713-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-da-republica-argentina-mauricio-macri-ao-brasil-brasilia-7-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 12/01/2019.

As ações e estratégias demonstradas em termos comerciais indicam que o assunto ganhou uma centralidade na “Nova Política Externa Brasileira” implementada por José Serra. Na tentativa de diminuir a dependência do multilateralismo, muitas ações são encaminhadas em formato bilateral, tal postura é vista em países como, Japão, Argentina, Espanha, etc. Porém, sem deixar de buscar a criação de acordos comerciais, conforme os tentados em formato MERCOSUL-EFTA. Esse princípio se mantém nos chanceleres seguintes, Nunes e Araújo, corroborando para demonstrar as continuidades da PEB no período 2016-2019. Nos próximos parágrafos, a temática de segurança, encerra o ciclo de semelhanças.

3.1.3 A Segurança

Para finalizar a análise das continuidades entre as administrações Temer e Bolsonaro, o último aspecto é a diretriz “onze” da “Nova Política Externa Brasileira”. Ela reforça o tema de Segurança nas fronteiras brasileiras com centro no combate ao narcotráfico. Diz assim, José Serra:

Aqui encerro as diretrizes, mas se eu tivesse que acrescentar uma a mais, me alongar, que valeria a pena se alongar, eu citaria uma que temos que cumprir, colaborando com os ministérios da Justiça, da Defesa e da Fazenda, no que se refere à Receita Federal: a proteção das fronteiras, hoje o lugar geométrico do desenvolvimento do crime organizado no Brasil, vamos ter isso claro, que se alimenta do contrabando de armas, contrabando de mercadorias, que é monumental, e do tráfico de drogas. Em especial, nos empenharemos em mobilizar a cooperação dos países vizinhos para uma ação conjunta contra essas práticas criminosas que tanto dano trazem ao nosso povo e à nossa economia. (SERRA, 2016)

A agenda de combate ao crime organizado nas díades brasileiras é algo apontado pelo então chanceler de Temer. Algo pouco visualizado nas administrações de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Esse assunto é amplamente defendido pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, sobretudo quando alia essa agenda entre os ambientes internos e externos. Esse Presidente possui uma estratégia central em seu governo, o combate às organizações criminosas como PCC no país, a fim de reduzir os números elevados de homicídios anuais. Entretanto, essa posição só consegue o êxito se for feita de forma conjunta com ações nas fronteiras brasileiras, sobremaneira aquelas em que há ligações entre as organizações criminosas brasileiras e sul-americanas por meio do tráfico de armas e de drogas.

Logo, o Chanceler, Serra, articula ações e estratégias para que esse tema seja parte da agenda da nova administração. Em novembro de 2016, é proposta uma reunião em nível ministerial com países vizinhos, especificamente, os países do Cone Sul, no caso, Argentina,

Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai. A finalidade desse encontro é “[...]Trata-se de esforço inédito para dotar de maior coerência e efetividade as ações regionais voltadas para o combate aos ilícitos transnacionais, sobretudo o narcotráfico, o tráfico de armas, o contrabando, o tráfico de pessoas e a lavagem de dinheiro. [...]” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE), 2016).

Após essa primeira reunião, os países envolvidos lançam uma declaração conjunta no qual são diagnosticados os problemas fronteiriços para segurança. Assim, define-se que o tráfico ilegal de armas, munições e drogas geram dificuldades na economia dessa região, com crescente desemprego e lavagem de dinheiro. Para combater isso, os países devem cooperar de forma bilateral, regional e multilateral. Os caminhos para estratégias na agenda de segurança são criados a partir desse documento jurídico entre os países do Cone Sul, sendo que três eixos são fundamentais: 1) Fortalecimento da Cooperação; 2) Consolidação da Cooperação Regional Contra o Crime Transnacional; e 3) Conhecimento da Fronteira.⁴⁸

Em seguida, em âmbito bilateral, no ano de 2017, o Brasil e Argentina se reúnem para tratar de segurança nas fronteiras, com a visita da Ministra de Segurança da Argentina, Patricia Bullrich. Essa ação é uma proposição dos presidentes Michel Temer e Mauricio Macri, que pretendem ampliar a cooperação bilateral e regional com combate ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas.⁴⁹

Nesse tema, a luta contra o crime organizado nas díades fronteiriças é o foco das ações de PEB. É o primeiro passo para que o sucessor, Aloysio Nunes, mantenha e aprofunde as estratégias de atuações em Segurança. Conforme proposto em seu discurso de posse com a diretriz número onze, José Serra começa a criar condições para que a agenda tenha espaço sobre esse assunto na Nova Política Externa Brasileira.

3.2 Nunes e o aprofundamento da Nova Política Externa Brasileira

Em março de 2017, o presidente Michel Temer designa a escolha de um novo Chanceler. Com a mesma atuação parlamente e política que Serra, Aloysio Nunes é escolhido

⁴⁸Para ler a declaração, clicar no link a seguir: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 449 – Declaração de Brasília – Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras – Brasília, 16 de novembro de 2016.** Publicado em 16 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15247-declaracao-de-brasilia-reuniao-ministerial-do-cone-sul-sobre-seguranca-nas-fronteiras-brasilia-16-de-novembro-de-2016>. Acesso em: 12/01/2019.

⁴⁹Acerca da visita mencionada nesse parágrafo, visualizar: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 50 - Visita da Ministra da Segurança da República Argentina, Patricia Bullrich, ao Brasil – Brasília e São Paulo, 16 e 17 de fevereiro de 2017. Publicado em 16 de fevereiro de 2016.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15763-visita-da-ministra-da-seguranca-da-republica-argentina-patricia-bullrich-ao-brasil-brasilia-e-sao-paulo-16-e-17-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 12/01/2019.

para diminuir as críticas ao antecessor, sobretudo referente aos problemas técnicos de conhecimento em assuntos de Política Externa.

O novo ministro possui uma atuação destacada nos últimos anos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CREDN), pois exerceu a presidência no biênio 2015-2016. Nesse espaço teve conhecimento de muitos temas que cercam a PEB, especialmente a relação com os EUA, a China, o MERCOSUL e a Venezuela.⁵⁰

3.2.1 A Desideologização

Ao receber o cargo de José Serra, o novo Chanceler aponta as linhas maestras de sua condução na PEB que coincidem com seu antecessor. Em termos de desideologização, reafirma as ideias de Nova Política Externa Brasileira ao dizer que:

[...] Reafirmo o que tem sido dito desde o início do governo Temer: a política externa tem que estar a serviço do País e não dos objetivos de um partido, qualquer que seja ele. Não posso deixar de lembrar a preocupação, cada vez mais presente, com a escalada autoritária do governo venezuelano, que nos últimos anos esteve presente entre os grandes temas em debate. [...] (NUNES, 2017)

Ele deixa claro que a continuidade é uma marca da sua gestão ao alinhar o princípio de “desideologização” ao caso da Venezuela, sendo esse tema um protagonismo crescente na agenda de PEB.

Depois do prazo estabelecido na gestão anterior para que a Venezuela cumprisse a cláusula democrática do MERCOSUL, o país perde a presidência tempore do bloco, também é suspensa até uma decisão definitiva. Na administração de Nunes, a estratégia externa para esse assunto é uma constante condenação das ações do governo de Nicolás Maduro.

Em março de 2017, é articulado uma declaração coletiva de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Esses países mandam um aviso à Venezuela de que podem suspender o país da OEA, caso não cumpra o acordo estabelecido com a Santa Sé, ademais, libertem os presos políticos.⁵¹ Essa ação em âmbito regional, soma-se as individuais do Brasil,

⁵⁰Para conhecimento do momento da escolha de Aloysio Nunes para a CREDN, clicar: ULHOA, R. **Aloysio Nunes vai comandar a Comissão de Relações Exteriores no Senado**. Publicado em 10 de março de 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/3946554/aloysio-nunes-vai-comandar-comissao-de-relacoes-exteriores-no-senado>. Acesso em: 13/01/2019.

⁵¹Para consultar a nota coletiva dos países da OEA, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 91 - Declaração sobre a Venezuela**. Publicado em 23 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15957-declaracao-sobre-a-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

no qual condena a atuação do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) daquele estado ao retirar as competências da Assembleia Nacional venezuelana.⁵² Por fim, no âmbito regional, ainda através da UNASUL, os seguintes países Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai, também seguem a perspectiva brasileira em condenar o principal órgão judiciário venezuelano.⁵³

As articulações descritas acima, no mês da posse do novo chanceler, enfatizam a prioridade dada ao tema desideologização na PEB. Aloysio Nunes cria atuações em âmbito individual e regional, por meio da OEA e UNASUL, a fim de conquistar mais adeptos para distanciar a Venezuela na região. É interessante para o Brasil que haja uma mudança no governo daquele país, para que então possam manter relações bilaterais e multilaterais outra vez.

No mês de abril, essa dinâmica continuou com pelo menos seis notas condenando o governo venezuelano. No âmbito regional do MERCOSUL, os países membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), imitem uma declaração na qual rogam pela independência dos três poderes venezuelanos, ainda sob o caso do TSJ.⁵⁴ Somado a isso, o Brasil de forma individual não concorda com a decisão venezuelana de retirar os direitos políticos por 15 anos do governador do Estado de Miranda, Henrique Capriles.⁵⁵ Também, sozinho, o país defende as manifestações de opositores ao regime Nicolás Maduro, sobretudo enfatizando a violência desse governo para com a população.⁵⁶

No âmbito coletivo, alguns países, como, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Uruguai, condenam a morte de seis

⁵²Acerca da nota individual brasileira, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 98 - Sentenças do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela**. Publicado em 30 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16001-sentencas-do-tribunal-superior-de-justica-da-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

⁵³Em relação ao comunicado de alguns países da UNASUL, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 101 - Comunicado conjunto sobre a situação na Venezuela**. Publicado em 31 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16011-comunicado-sobre-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

⁵⁴Para ver o comunicado do MERCOSUL sobre a Venezuela: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 104 - Declaração dos Estados Partes do Mercosul sobre a República Bolivariana da Venezuela – Buenos Aires, 1 de abril de 2017**. Publicado em 01 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16021-declaracao-dos-estados-partes-do-mercosul-sobre-a-republica-bolivariana-da-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

⁵⁵A nota individual do Brasil é a seguinte: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 118 - Cassação de direitos do governador de Miranda (Venezuela)**. Publicado em 07 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16076-inabilitacao-do-governador-de-miranda-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

⁵⁶Para ver a postura brasileira em relação as manifestações na Venezuela: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 129 - Violência na Venezuela**. Publicado em 20 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16158-violencia-na-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

pessoas durante os eventos de manifestações na Venezuela.⁵⁷ Logo em seguida, mais um arranjo coletivo de entes estatais (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai) lamentam “energicamente” mais falecimentos de pessoas e o aumento da violência contra os protestos.⁵⁸ Finalmente, o Brasil e outros países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Peru, Paraguai e Uruguai), emitem um novo comunicado, dessa vez em concordância ao que a Santa Sé defende para a Venezuela, quer dizer, uma garantia constitucional das liberdades por meio do final da violência contra manifestantes, restituição das funções da Assembleia Nacional venezuelana e um cronograma das eleições.⁵⁹

As estratégias de PEB em relação à Venezuela no mês de abril, mais uma vez, amparam-se em articulações individuais, coletivas e regionais. O Brasil, portanto, na gestão Nunes aprofunda o processo de “desideologização” de sua atuação internacional. O isolamento do país vizinho é maior à medida que o tempo passa, com a clara e lógica compensação de parceiros no chamado círculo do Ocidente, na própria região, a aproximação com o Chile, Peru e Colômbia são marcas dessa trajetória externa.

No mês seguinte, maio, a situação continuou se aprofundando com mais duas notas acerca da Venezuela. A primeira, em caráter coletivo (Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Paraguai) condena a violência excessiva do governo Maduro contra as manifestações do dia 6 de abril.⁶⁰ E na segunda, em âmbito regional na OEA, o Brasil participa de uma Reunião de Consultas para tratar do caso venezuelano.⁶¹

⁵⁷O primeiro comunicado coletivo de países latino-americanos acerca da Venezuela é o seguinte: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 125 - Comunicado sobre a Venezuela**. Publicado em 17 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16124-comunicado-sobre-a-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

⁵⁸O segundo comunicado coletivo dos países latino-americanos sobre a Venezuela, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 130 - Comunicado sobre a Venezuela**. Publicado em 21 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16152-20170421>. Acesso em: 17/01/2019.

⁵⁹Para o terceiro comunicado coletivo de alguns países latino-americanos sobre a Venezuela, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 141 - Comunicado sobre a Venezuela**. Publicado em 30 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16211-comunicado-sobre-a-venezuela-1>. Acesso em: 17/01/2019.

⁶⁰Para ler o comunicado coletivo clicar: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 144 - Comunicado sobre a situação na Venezuela**. Publicado em 04 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16229-comunicado-sobre-a-situacao-na-venezuela>. Acesso em: 21/01/2019.

⁶¹ Para ver o comunicado sobre a reunião da OEA ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 165 - 29ª Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores da OEA – Washington, 31 de maio de 2017**. Publicado em 29 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16356-29-reuniao-de-consultas-de-ministros-das-relacoes-exteriores-da-oea-washington-31-de-maio-de-2017>. Acesso em: 21/01/2019.

As conclusões dessa reunião são emitidas no mês seguinte, em junho, com um comunicado conjunto de alguns países da OEA (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai), no qual pedem sete medidas para restaurar a democracia na Venezuela.⁶² Essa ação regional é complementada mais uma vez pela estratégia individual do país que publica duas declarações, que condenam o governo venezuelano, referente à agressão policial contra parlamentares venezuelanos em 4 de junho, e condena, também, a atuação do que chama “grupo paramilitares” contra o Parlamento venezuelano.⁶³

Em julho, mais três notas são emitidas contra a Venezuela dentro do processo de desideologização da PEB. A primeira delas refere-se a um comunicado coletivo dos países do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), no momento em que a Venezuela já estava suspensa. Nele, é rechaçada a atuação policial venezuelana contra membros da Assembleia Nacional daquele país.⁶⁴ Na segunda nota, o Brasil apoia a ação do governo de Maduro em soltar o parlamentar de oposição, Leopoldo López, para prisão domiciliar.⁶⁵ Em seguida, a terceira nota, é um comunicado coletivo dos membros do MERCOSUL e os estados associados na figura de Chile, Colômbia, Guiana, além do México. Eles pedem para que o governo venezuelano restaure a democracia.⁶⁶

Com a chegada de agosto, o assunto Venezuela ganha novas ações e estratégias brasileiras. Em primeiro lugar, ocorre uma reunião dos Chanceleres do MERCOSUL, cuja

⁶²Para ver a declaração conjunta de alguns países da OEA na íntegra, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 199 - Comunicado conjunto dos países afins sobre os resultados da XXIX reunião de consulta de ministros das Relações Exteriores da OEA.** Publicado em 20 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16609-comunicado-conjunto-dos-paises-afins-sobre-os-resultados-da-xxix-reuniao-de-consulta-de-ministros-das-relacoes-exteriores-da-oea>. Acesso em: 21/01/2019.

⁶³Para ver as duas notas, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 177 - Agressão policial contra manifestações pacíficas na Venezuela.** Publicado em 06 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16428-agressao-policial-contramanifestacoes-pacificas-na-venezuela>. Acesso em: 21/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 211 – Situação na Venezuela.** Publicado em 28 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16710-venezuela-situacao>. Acesso em: 21/01/2019.

⁶⁴Para ler a mensagem dos membros do MERCOSUL, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 214 – Comunicado dos países do Mercosul sobre Venezuela.** Publicado em 05 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16710-venezuela-situacao>. Acesso em: 21/01/2019.

⁶⁵Sobre a nota individual brasileira verificar: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 222 – Conversão da condenação de Leopoldo López em prisão domiciliar.** Publicado em 09 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16801-conversao-da-condenacao-de-leopoldo-lopez-em-prisao-domiciliar>. Acesso em: 21/01/2019.

⁶⁶Acerca da nota coletiva do MERCOSUL e Estados associados, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 242 – Declaração sobre a situação na República Bolivariana da Venezuela.** Publicado em 21 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16903-declaracao-sobre-a-situacao-na-republica-bolivariana-da-venezuela>. Acesso em: 21/01/2019.

finalidade é a suspensão da Venezuela com base no protocolo de Ushuaia.⁶⁷ O que ocorre conforme a emissão de uma nota do bloco oficializando esse acontecimento. Em segundo lugar, em nota individual, o Brasil lamenta a destituição da procuradora-geral daquele país, Luisa Ortega, pelo governo de Maduro.⁶⁸ Em terceiro lugar, no dia 8 de agosto, Nunes participa de uma reunião, em Lima, com os chanceleres da região para tratar da situação venezuelana. Ao término disso, é emitida a primeira nota do intitulado “Grupo de Lima”, composto por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru.⁶⁹

É importante fazer uma observação sobre o Grupo de Lima, já que é uma estratégia da PEB que no futuro ganha muito destaque no assunto Venezuela. Essa ação é uma particularidade de Nunes, no qual articula com 12 países da região uma pressão ao governo de Nicolas Maduro. O Chanceler seguinte, Ernesto Araújo, em seus primeiros passos na administração adota essa estratégia, portanto, mais uma vez apontando para o processo de continuidade no sentido da desideologização. Além disso, vale recordar que se Nunes articula o Grupo de Lima, o antecessor, José Serra, responde pela estratégia da suspensão da Venezuela do MERCOSUL, iniciada em sua gestão e finalizada na atual.

O tema continua ativo no mês de agosto, com frentes coletivas e individuais de estratégia de PEB. Através do MERCOSUL, são emitidas mais duas declarações, as quais condenam a repressão do governo Maduro a Assembleia Nacional.⁷⁰ Essa primeira frente coletiva é corroborada pelo Grupo de Lima que, também, rechaça as intervenções do Poder

⁶⁷Para ver o encontro dos chanceleres do MERCOSUL e a nota suspendendo a Venezuela, visualizar: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 253 – Reunião de chanceleres do Mercosul.** Publicado em 04 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17039-reuniao-de-chanceleres-do-mercosul>. Acesso em: 28/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 255 – Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul.** Publicado em 05 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>. Acesso em: 28/01/2019.

⁶⁸Acerca da declaração individual brasileira no caso da procuradora, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 256 – Destituição da procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega.** Publicado em 06 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17053-destituicao-da-procuradora-geral-da-venezuela-luisa-ortega>. Acesso em: 28/01/2019.

⁶⁹Para ler a primeira declaração do Grupo de Lima, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 259 – Declaração de Lima.** Publicado em 08 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>. Acesso em: 28/01/2019.

⁷⁰Para ler na íntegra as duas notas coletivas do MERCOSUL: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 262 – Venezuela: o Mercosul rejeita o uso da força para restabelecer a ordem democrática.** Publicado em 12 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17155-venezuela-o-mercosul-rejeita-o-uso-da-forca-para-restabelecer-a-ordem-democratica>. Acesso em: 28/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 274 – Usurpação das atribuições do Legislativo na Venezuela.** Publicado em 18 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17219-usurpacao-de-atribuicoes-do-legislativo-na-venezuela>. Acesso em: 28/01/2019.

Executivo sobre o Poder Legislativo venezuelano, no qual há um conflito entre a Assembleia Nacional e a Assembleia Nacional Constituinte. Eles recusam o segundo órgão judiciário citado, pois é feito pelo chefe do Executivo daquele país.⁷¹

No mês de setembro há certa diminuição do processo de desideologização em relação à Venezuela. Apenas uma nota é emitida após a segunda reunião do Grupo de Lima desde sua criação no mês anterior. Em Nova Iorque, os países reafirmam o compromisso contra “a ruptura da ordem democrática” naquele país, com apoio a Assembleia Nacional.⁷²

Essa estratégia se mantém em Outubro, quando são emitidos alguns pareceres do Grupo de Lima sobre a Venezuela. O primeiro deles é uma nota pedindo que as eleições regionais naquele país aconteçam com maior respeito à lei.⁷³ O segundo deles, após o pleito eleitoral, considera que houve problemas nesse pleito, então expressam a necessidade de uma auditoria independente sobre o resultado.⁷⁴ E finalmente, o terceiro deles, é a terceira reunião do agrupamento, no qual emitem comunicado condenando os problemas da eleição, pedem pela liberação de presos políticos, defendem a força da Assembleia Nacional sobre a Assembleia Nacional Constituinte, dentre outros pedidos.⁷⁵

No mês seguinte, as ações arrefecem com apenas um comunicado através do Grupo de Lima sobre a Venezuela. Nele, os países condenam a atitude do Tribunal Superior de Justiça

⁷¹Sobre o comunicado do Grupo de Lima, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 276 – Comunicado do Grupo de Lima sobre a usurpação das competências funcionais da Assembleia Nacional da Venezuela.** Publicado em 18 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17223-comunicado-del-grupo-de-lima-sobre-la-usurpacion-de-las-competencias-funcionales-de-la-asamblea-nacional-de-venezuela>. Acesso em: 28/01/2019.

⁷²Para ler a declaração do Grupo de Lima em sua segunda reunião, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 324 – Declaração da segunda reunião do Grupo de Lima sobre a situação na Venezuela – Nova York, 20 de setembro de 2017.** Publicado em 23 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17482-declaracao-da-segunda-reuniao-do-grupo-de-lima-sobre-a-situacao-na-venezuela-nova-york-20-de-setembro-de-2017>. Acesso em: 28/01/2019.

⁷³O comunicado do Grupo de Lima acerca das Eleições regionais: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 331 – Comunicado do Grupo de Lima sobre as eleições regionais na Venezuela – Brasília, 5 de outubro de 2017.** Publicado em 05 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17536-comunicado-do-grupo-de-lima-sobre-as-eleicoes-regionais-na-venezuela-brasilia-5-de-outubro-de-2017>. Acesso em: 28/01/2019.

⁷⁴O segundo comunicado do Grupo de Lima após as Eleições, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 347 – Comunicado do Grupo de Lima sobre a realização das eleições regionais na Venezuela.** Publicado em 17 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17625-comunicado-do-grupo-de-lima-sobre-a-realizacao-das-eleicoes-regionais-na-venezuela>. Acesso em: 28/01/2019.

⁷⁵O comunicado do Grupo de Lima após o terceiro encontro: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 356 – Declaração da terceira reunião do Grupo de Lima sobre a situação na Venezuela.** Publicado em 26 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17704-nota-356-declaracao-da-terceira-reuniao-do-grupo-de-lima-sobre-a-situacao-na-venezuela>. Acesso em: 28/01/2019.

de retirar a imunidade parlamentar do vice-presidente da Assembleia Nacional, Freddy Guevara.⁷⁶ Apesar disso, mais uma vez o tema aparece na agenda de PEB como algo central.

Finalmente, em dezembro, ocorrem mais duas notas, de caráter individual do Brasil. Na primeira, há um rechaço à dissolução dos governos municipais de Caracas e Alto Apure.⁷⁷ Na segunda, o país recrimina declarações de uma ex-chanceler venezuelana na possibilidade de tornar “persona non grata” o Embaixador brasileira na Venezuela.⁷⁸

Com o novo ano, 2018, as estratégias de PEB em relação à desideologização sobre a Venezuela continuam por meio do Grupo de Lima em janeiro. No quarto comunicado desde a sua criação, o coletivo de países, agora com 14 países (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia), discorda do governo venezuelano por convocar eleições presidenciais para o primeiro semestre, além de defenderem a participação de todos os atores políticos no processo.⁷⁹

Em fevereiro, as ações continuam em relação à Venezuela. De forma individual, o Brasil lança nota contra Maduro acerca do cancelamento das inscrições nas Eleições “[...] do partido Primer Justicia soma-se à inabilitação das agremiações Mesa de la Unidad Democrática e Voluntad Popular [...]”.⁸⁰ Além dessa frente, um modo coletivo pelo Grupo de Lima condena a ação do Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela por convocar eleições presidenciais para o dia 22 de abril de 2018, especialmente porque não houve um acordo com a oposição.⁸¹

⁷⁶Para ver o comunicado do Grupo de Lima: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 367 – Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 04 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17771-comunicado-do-grupo-de-lima>. Acesso em: 28/01/2019.

⁷⁷Acerca do comunicado contra a dissolução dos governos municipais, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 421 – Situação na Venezuela – Dissolução dos governos municipais de Caracas e Alto Apure**. Publicado em 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18109-situacao-na-venezuela-dissolucao-dos-governos-municipais-de-caracas-e-alto-apure>. Acesso em: 28/01/2019.

⁷⁸Para ver a nota individual em relação ao Embaixador brasileiro: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 423 – Nota à imprensa**. Publicado em 23 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18113-nota-a-imprensa-venezuela>. Acesso em: 28/01/2019.

⁷⁹Sobre a IV Declaração do Grupo de Lima, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 12 - IV Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 23 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18196-iv-declaracao-do-grupo-de-lima>. Acesso em: 28/01/2019.

⁸⁰Para ler na íntegra a declaração individual brasileira: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 19 - Situação na Venezuela**. Publicado em 06 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18244-situacao-na-venezuela-2018>. Acesso em: 28/01/2019.

⁸¹Em relação ao comunicado do Grupo de Lima ler: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 24 - Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 14 de fevereiro de 2018. Disponível em:

No mês de março, quando Nunes cumpre um ano no cargo de Ministro das Relações Exteriores, não ocorrem pronunciamentos em relação à Venezuela. Entretanto, no mês posterior, em abril, ocorrem duas articulações em âmbito coletivo e regional, através do Grupo de Lima e da OEA. No primeiro caso, 11 países (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Guatemala, México, Paraguai e Peru), apoiam o Panamá contra a decisão do governo venezuelano de criar uma represália às empresas e às autoridades panamenhas, como revide pela lista do Panamá de indivíduos venezuelanos de alto risco.⁸² No segundo caso, em decorrência da VIII Cúpulas das Américas em Lima, os países (Argentina, Bahamas, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia e o vice-presidente dos Estados Unidos) emitem uma declaração na qual pedem para as Eleições presidências serem transparentes.⁸³

No mês de maio, o Brasil volta a utilizar o princípio da desideologização em sua Política Externa Brasileira. Na estratégia coletiva, via Grupo de Lima, são feitos três comunicados. No primeiro comunicado, além dos países da região (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia), participam a Espanha e os Estados Unidos, para condenar a Venezuela e pedem pela não realização das eleições em 20 de maio.⁸⁴

No segundo comunicado, os países contestam o presidente Nicolas Maduro em relação a seu comunicado de não reconhecer que há crise em seu país, com a apresentação de números de refugiados venezuelanos próximos de 1,5 a 1,6 milhões desde o fim de 2017 para os países vizinhos segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados(ACNUR).⁸⁵

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18268-declaracao-do-grupo-de-lima>. Acesso em: 28/01/2019.

⁸²Para ver a declaração do Grupo de Lima sobre o caso do Panamá-Venezuela: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 83 - Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 07 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18604-comunicado-do-grupo-de-lima-7-de-abril-de-2019>. Acesso em: 28/01/2019.

⁸³Sobre a Declaração no âmbito da OEA ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 98 - Declaração sobre a situação na Venezuela adotada na VIII Cúpula das Américas – Lima, 14 de abril de 2018**. Publicado em 14 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18659-declaracao>. Acesso em: 28/01/2019.

⁸⁴Para ver o primeiro comunicado do Grupo de Lima, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 147 - Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 14 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18847-comunicado-do-grupo-de-lima-2>. Acesso em: 06/02/2019.

⁸⁵O segundo comunicado do Grupo de Lima, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 157 - Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 18 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18898-comunicado-do-grupo-de-lima-3>. Acesso em: 06/02/2019.

No terceiro comunicado, os países (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia), não reconhecem o pleito e o resultado eleitoral naquele país, além de defender a diminuição das relações diplomáticas com o mesmo.⁸⁶

Além disso, em estratégia individual, ainda em maio, o Brasil não reconhece a legitimidade e a credibilidade das eleições venezuelanas realizadas em 20 de maio. Segundo o comunicado, o não reconhecimento ocorre em virtude de não haver a participação de todos os setores políticos, haja vista que alguns presos, outros sem habilitação para disputar o pleito.⁸⁷ Mais uma vez, o processo de desideologização contra a Venezuela é aprofundado na gestão Nunes a frente do Itamaraty, além dos princípios, as ações de PEB são percebidas nesses documentos analisados acima.

Em junho, as atividades do procedimento de desideologização continuam nos âmbitos individuais e coletivos, via OEA e MERCOSUL. Em relação à postura brasileira, há um rechaço ao governo venezuelano sobre o caso do atentado militar contra Nicolas Maduro, no qual esse político intenta culpar a líder da oposição, María Machado.⁸⁸

No caso do ambiente coletivo, o país participa da 48ª reunião da Assembleia-Geral da OEA, em que o principal tema é a situação da Venezuela.⁸⁹ Ademais, já no âmbito do MERCOSUL, são lançados três comunicados com a participação dos estados-membros e a Bolívia, salvo quando em um deles, a questão dos refugiados venezuelanos aparece. Sem a participação boliviana, então os países ratificam o direito de refúgio, ao passo que exortam o governo daquele país a deixar que sejam feitas ajudas humanitárias ao país, a fim de aliviar a condição complexa a que está submetido social e economicamente.⁹⁰

⁸⁶O terceiro comunicado do Grupo de Lima, visualizar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 159 - Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 21 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18900-declaracao-do-grupo-de-lima-2>. Acesso em: 06/02/2019.

⁸⁷Para acessar o posicionamento individual brasileiro em relação as eleições na Venezuela, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 158 - Eleições na Venezuela**. Publicado em 21 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18899-eleicoes-na-venezuela-2>. Acesso em: 06/02/2019.

⁸⁸Para acessar o posicionamento brasileiro em relação ao atentado contra Nicolas Maduro, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 209 - Assédio do governo de Nicolás Maduro à oposição venezuelana**. Publicado em 20 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19059-assedio-do-governo-de-nicolas-maduro-a-oposicao-venezuelana>. Acesso em: 06/02/2019.

⁸⁹Em relação a reunião da OEA, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 174 - Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos – Washington, Estados Unidos, 4 e 5 de junho de 2018**. Publicado em 04 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19059-assedio-do-governo-de-nicolas-maduro-a-oposicao-venezuelana>. Acesso em: 06/02/2019.

⁹⁰Sobre o comunicado do MERCOSUL e os refugiados venezuelanos ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 202 - Comunicado dos Estados Partes do MERCOSUL sobre a Situação Humanitária e Migratória na Venezuela – Assunção, 18 de junho de 2018**. Publicado em 18 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19042-comunicado-dos-estados->

Em julho, não são lançadas notas e comunicados acerca da Venezuela, um dos poucos meses em que a Gestão Nunes não o fez. No mês seguinte, existe um retorno ao assunto da desideologização e da Venezuela. Em formato individual, o Brasil não concorda com as ordens de captura dos opositores deputados Juan Carlos Resquesens e Julio Borges, ambos da Assembleia Nacional.⁹¹ Sobre o mesmo tema, em formato coletivo via Grupo de Lima, há o pedido dos países (Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru) para que seja feita uma investigação independente em relação aos atos do governo Nicolas Maduro e a oposição venezuelano em 4 de agosto.⁹²

Em setembro, as ações perdem vigor com apenas uma nota em relação ao processo de desideologização e à Venezuela. Através do Grupo de Lima, os participantes (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Santa Lúcia), defendem uma saída negociada da situação venezuelana, na qual haja respeito à democracia, à separação dos três poderes, aos direitos humanos e à oposição, além de rechaçar qualquer tipo de intervenção ou violência militar naquele país.⁹³

Em outubro ocorrem as últimas ações em relação à Venezuela da Gestão Nunes, sem notas individuais ou coletivas em novembro e dezembro. Em âmbito individual, o Brasil se expressa pelo falecimento do vereador Fernando Albán na sede do Serviço Bolivariano de Inteligência (SEBIN), no qual põe em dúvida a responsabilidade do governo sobre o ocorrido.⁹⁴ Por fim, de forma diferente, em âmbito bilateral, o Brasil e a Espanha discutem o contexto venezuelano, sendo que ambos apresentam coincidências de posições sobre a

partes-do-mercosul-sobre-a-situacao-humanitaria-e-migratoria-na-venezuela-assuncao-18-de-junho-de-2018. Acesso em: 06/02/2019.

⁹¹Para ler a posição individual brasileira sobre as prisões de opositores venezuelanos, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 275 - Parlamentares Venezuelanos**. Publicado em 10 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19277-parlamentares-venezuelanos>. Acesso em: 06/02/2019.

⁹²Para ver o posicionamento do Grupo de Lima sobre a prisão de opositores venezuelanos: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 277 - Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 13 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19280-declaracao-do-grupo-de-lima-3>. Acesso em: 06/02/2019.

⁹³Em relação a declaração do Grupo de lima ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 320 - Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 15 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19506-declaracao-do-grupo-de-lima-setembro2018>. Acesso em: 06/02/2019.

⁹⁴Acerca da declaração individual brasileira pelo falecimento do político venezuelano ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 349 - Falecimento do vereador venezuelano Fernando Albán**. Publicado em 09 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19611-falecimento-do-vereador-venezuelano-fernando-alban>. Acesso em: 06/02/2019.

necessidade de separação dos três poderes, respeito aos direitos humanos, liberdade de manifestação e libertação dos presos políticos.⁹⁵

O processo analisado acima em relação à desideologização, em específico sobre a Venezuela, foi iniciado na gestão Serra em maio de 2016. Mas como percebido, na gestão Nunes, o procedimento é aprofundado com reiteradas estratégias individuais e coletivas (MERCOSUL, OEA, Grupo de Lima) entre março de 2017 e dezembro de 2018. Ela, também, é responsável pela finalização da suspensão daquele país do MERCOSUL, passo começado no período anterior. Ademais, é inovadora, ao criar a concertação política do Grupo de Lima em agosto de 2017, reunindo ao menos 12 países das Américas, nalguns caso até 14. Portanto, como defendido nessa monografia, a atual chancelaria continua as ideias da anterior, com mais fôlego e vigor no distanciamento do país venezuelano.

Por fim, encerrando as ações do procedimento de desideologização, Aloysio Nunes, começa uma inovação, o distanciamento do Brasil em relação à Nicarágua, algo não iniciado por seu antecessor, mas que pretende ser seguido pelo sucessor na gestão Bolsonaro, conforme disse o próprio em mensagem ao Congresso em fevereiro de 2019, na seção Brasil: Nação Forte, do tópico 3 Integração Regional, “[...] Em outra frente de trabalho, o Governo irá lutar para assegurar o fortalecimento da democracia e das liberdades individuais na região, com particular atenção às situações na Venezuela, na Nicarágua e em Cuba. [...]” (BOLSONARO, 2019c, p. 116)

Então, o processo de afastamento da Nicarágua, inicia-se no ano de 2018, com estratégias similares as ações de distanciamento da Venezuela, quer dizer, tanto em notas individuais quanto coletivas. Em abril, os países (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai e Peru) condenam os “atos de violência” que ocorreram naquele país.⁹⁶ Nesse mesmo âmbito, mais de forma individual, o Brasil rechaça a violência policial contra

⁹⁵Sobre o comunicado conjunto de Brasil-Espanha em relação ao contexto venezuelano, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 351 - Comunicado dos ministros de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação do Reino da Espanha e das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil – Madrid, 11 de outubro de 2018**. Publicado em 11 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19622-comunicado-dos-ministros-de-assuntos-exteriores-uniao-europeia-e-cooperacao-do-reino-da-espanha-e-das-relacoes-exteriores-da-republica-federativa-do-brasil-madrid-11-de-outubro-de-2018>. Acesso em: 06/02/2019.

⁹⁶Para acessar a nota coletiva sobre a situação na Nicarágua ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 112 - Situação de violência na Nicarágua**. Publicado em 23 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18715-situacao-de-violencia-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

manifestantes no mês de maio, além de defender o diálogo entre o governo e a sociedade civil via igreja católica.⁹⁷

Em junho são feitas duas notas em relação à situação na Nicarágua. A primeira delas, de forma individual, o governo brasileiro condena o uso da força policial contra a população na “Marcha das mães” ocorrida em 30 de maio.⁹⁸ A segunda delas, de forma coletiva, via MERCOSUL, os países do Cone Sul, também, rechaçam o aumento da violência na Nicarágua e defendem que o diálogo entre os setores governamentais e civis sejam feitos.⁹⁹

No mês seguinte, julho, novos pronunciamentos são feitos sobre a Nicarágua. O primeiro é feito pelo Brasil contra o ataque das forças policiais aos estudantes na Universidad Nacional Autónoma da Nicarágua nesse mês.¹⁰⁰ Depois, o segundo comunicado é através de uma Declaração Especial de um grupo de países da região latino-americana (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai) que se pronunciam contra a violação dos direitos humanos e das liberdades, a violência e repressão estatal, além de defenderem a retomada do diálogo entre governo e sociedade civil.¹⁰¹

E por terceiro, são emitidos mais dois comunicados em julho acerca da morte de uma estudante brasileira de medicina da Universidade Americana em Manágua na Nicarágua. No primeiro, de forma individual, o Brasil se posiciona contrário a escalada de violência naquele ente estatal, especialmente porque aconteceu o falecimento em “circunstâncias desconhecidas”. O tom do pronunciamento é mais crítico pelo reconhecimento do governo

⁹⁷A nota individual brasileira sobre a Nicarágua: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 166 - Situação na Nicarágua**. Publicado em 28 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18946-situacao-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

⁹⁸Para ver a nota individual brasileira de junho: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 184 - Situação na Nicarágua**. Publicado em 08 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19005-situacao-na-nicaragua-2>. Acesso em: 07/02/2019.

⁹⁹A nota coletiva do MERCOSUL sobre a Nicarágua: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 203 - Comunicado dos Estados Partes do MERCOSUL sobre fatos de violência na Nicarágua – 18 de junho de 2018**. Publicado em 18 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19045-comunicado-de-estados-partes-do-mercosul-sobre-fatos-de-violencia-na-nicaragua-18-de-junho-de-2018>. Acesso em: 07/02/2019.

¹⁰⁰Acerca da posição individual brasileira no ataque aos estudantes ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 242 – Situação na Nicarágua**. Publicado em 15 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19158-situacao-na-nicaragua-julho>. Acesso em: 07/02/2019.

¹⁰¹Para olhar a Declaração Especial do conjunto de países da região sobre a situação na Nicarágua: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 245 – Declaração Especial sobre a situação na República da Nicarágua**. Publicado em 16 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19164-declaracao-especial-sobre-a-situacao-na-republica-da-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

brasileiro de grupos paramilitares atuando em consonância as equipes de segurança estatais.¹⁰² Como consequência do evento, o Brasil emite mais uma nota chamando o Embaixador nicaraguense para consultas, com a finalidade de intentar compreender a situação da universitária naquele país.¹⁰³

Após o arrefecimento da questão acima, em outubro, o Brasil mais uma vez se pronunciou sobre a Nicarágua. Por meio do MERCOSUL, os países exortam o governo nicaraguense a diminuir a violência contra os manifestantes opositores e a detenção de defensores dos direitos humanos no país.¹⁰⁴

Para finalizar, no último mês da gestão Nunes são lançados mais dois comunicados sobre o assunto. O primeiro, de forma individual, o Brasil denuncia o cancelamento pela Assembleia Nacional da Nicarágua da personalidade jurídica de várias instituições, entre elas o Centro Nicaraguense dos Direitos Humanos (CENIDH), o Instituto de Estudos Estratégicos e de Políticas Públicas (IEEPP) – instituições fundamentais para as atividades do Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes (GIEI) e do Mecanismo Especial de Acompanhamento para a Nicarágua (MESENI). Além de pedir para diminuir as restrições ao trabalho da imprensa e jornalistas.¹⁰⁵ No mesmo sentido, de forma coletiva, via OEA, o grupo de Trabalho sobre a Nicarágua, composto pelos países (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guiana, México, Panamá e Peru) condenam a ação do Poder Legislativo nicaraguense sobre instituições ligadas à organização internacional americana.¹⁰⁶

¹⁰²Sobre a nota individual do Brasil e o caso do falecimento da estudante brasileira ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 252 – Morte de cidadã brasileira na Nicarágua.** Publicado em 24 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19185-morte-de-cidada-brasileira-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

¹⁰³O pronunciamento para consultas do Embaixador nicaraguense ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 255 – Chamada para consultas do embaixador do Brasil na Nicarágua.** Publicado em 24 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19188-chamada-para-consultas-do-embaixador-do-brasil-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

¹⁰⁴Para ver o pronunciamento do bloco regional: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 355 – Comunicado dos Chanceleres dos Países do Mercosul sobre os novos episódios de violência registrados na Nicarágua.** Publicado em 15 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19639-comunicado-dos-chanceleres-dos-paises-do-mercosul-frente-aos-novos-episodios-de-violencia-registrados-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

¹⁰⁵A nota individual brasileira ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 417 – Situação na Nicarágua.** Publicado em 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19857-situacao-na-nicaragua-3>. Acesso em: 07/02/2019.

¹⁰⁶Para visualizar o pronunciamento do Grupo de Trabalho sobre Nicarágua na OEA ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 423 – Comunicado do Grupo de Trabalho sobre a Nicarágua do Conselho Permanente da OEA.** Publicado em 21 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19870-grupo-de-trabalho-condena-a-decisao-do-governo-da-nicaragua-de-suspender-a-presenca-de-mecanismos-da-cidh-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

Portanto, com as notas analisadas acima, percebe-se que o processo de desideologização começado por Serra se amplia, para além do assunto Venezuela, chega à Nicarágua. Ações individuais e coletivas são iniciadas contra aquele país na gestão Nunes, de forma bem similar ao ocorrido com o país venezuelano. Como já apontado acima, a próxima gestão, Araújo, pretende manter as estratégias em relação a esses dois estados nacionais, também, aprofundando para chegar à Cuba. No parágrafo a seguir, analisa-se outro ponto da agenda de Nunes acerca do comércio.

3.2.2 *O Comércio*

Um segundo assunto em que os chanceleres Serra e Nunes coincidem é em priorizar temas econômicos no centro da agenda de Política Externa, especificamente com o comércio, cuja ampliação de investimentos, abertura de mercados e assinaturas de acordos são os pilares da estratégia seguida. Em seu discurso de posse ao receber o cargo do antecessor, Nunes diz sobre essa área:

[...] O Brasil anseia por seu desenvolvimento pleno e os brasileiros demandam a aceleração desse processo. Encaramos a interação com os demais povos e com as economias de todo o mundo como veículo para o nosso progresso. Estamos, pois, determinados a ampliar e aprofundar nossa participação integrada na economia mundial, por meio de negociações que produzam resultados equilibrados e atendam aos interesses de todas as partes. Não podemos, porém, fazer prova de ingenuidade voluntarista e de curto prazo das concessões unilaterais: a regra do jogo é e deve continuar a ser a da reciprocidade – particularmente, mas não somente, na frente econômico-comercial. Ainda nesse terreno, a intensificação do trabalho de promoção comercial e promoção de investimentos, reforçado pela vinculação da APEX ao Itamaraty, foi uma prioridade central da gestão de José Serra que tenciono manter intacta e levar adiante com todo empenho. [...] (NUNES, 2017)

O destaque ao comércio dado em sua fala vai percorrer boa parte de sua gestão (2017-2018) com proposições de encontros bilaterais para a captação de investimentos, assim como as negociações regionais para a criação de acordos de livre comércio via MERCOSUL.

Em relação à postura bilateral, sem dúvida o grande destaque em relação a Serra é ter conseguido avançar no acordo com o Chile. Os contatos começaram em abril de 2018, quando o novo presidente chileno, Sebastián Piñera, visitou o Brasil para encontrar seu semelhante, Michel Temer. Nesse contato, foram assinados três documentos: uma declaração conjunta, acordo de contratação pública e um protocolo de investimentos em instituições financeiras. No primeiro documento, os dois países “1. Decidiram lançar negociações para a conclusão, durante o presente ano, de Acordo de Livre Comércio [...]”.¹⁰⁷

¹⁰⁷Para verificar todos os documentos assinados entre Brasil e Chile: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 119 – Documentos adotados por ocasião da visita de Estado do presidente do Chile, Sebastián Piñera – Brasília, 27 de abril de 2018.** Publicado em 29 de abril de 2018. Disponível em:

O lançamento de negociações ocorre em quatro rodadas entre Brasil e Chile. Na primeira delas, em junho, houve avanço nos seguintes temas: comércio de serviços; comércio eletrônico; telecomunicações; medidas sanitárias e fitossanitárias; facilitação de comércio; micro, pequenas e médias empresas; dentre outras temáticas.¹⁰⁸ Depois, em agosto, na segunda rodada de negociação, os países finalizaram mais detalhes do acordo, entre eles Política de Concorrência, Boas Práticas Regulatórias e Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores.¹⁰⁹ Em seguida, em setembro, na terceira rodada de negociação, Brasil e Chile acertaram capítulos sobre comércio e gênero, telecomunicações e cadeias regionais e globais de valor.¹¹⁰ Por fim, em outubro, na quarta e última rodada de negociação, os dois estados finalizam o novo acordo de livre comércio em 17 temas de natureza não tarifária, como comércio de serviços; comércio eletrônico; telecomunicações; medidas sanitárias e fitossanitárias; obstáculos técnicos ao comércio; facilitação de comércio; propriedade intelectual; e micro, pequenas e médias empresas.¹¹¹

Após esse longo processo de negociação, aproximadamente sete meses até a assinatura do instrumento jurídico internacional, em novembro, os países oficializam tal proposição. O foco desse acordo “[...] estabelece normas que facilitarão o comércio e os investimentos entre ambos os países, tanto no setor de bens quanto no setor de serviços, em consonância com as dinâmicas atuais da economia internacional.”¹¹² A gestão Nunes vai além do seu antecessor,

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18748-documentos-adotados-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-do-chile-sebastian-pinera-brasilia-27-de-abril-de-2018#DC1>. Acesso em: 08/02/2019.

¹⁰⁸Sobre a primeira rodada de negociação Brasil-Chile: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 183 – I Rodada Negociadora do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile – Brasília, 6 a 8 de junho de 2018**. Publicado em 08 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19004-i-rodada-negociadora-do-acordo-de-livre-comercio-brasil-chile-brasilia-6-a-8-de-junho-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

¹⁰⁹Acerca da segunda rodada de negociação Brasil-Chile ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 280 – II Rodada Negociadora do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile – Santiago, 7 a 10 de agosto de 2018**. Publicado em 13 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19289-ii-rodada-negociadora-do-acordo-de-livre-comercio-brasil-chile-santiago-7-a-10-de-agosto-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

¹¹⁰A terceira rodada de negociação entre Brasil e Chile: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 319 – III Rodada de Negociações do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile – Brasília, 12 a 14 de setembro de 2018**. Publicado em 14 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19505-iii-rodada-de-negociacoes-do-acordo-de-livre-comercio-brasil-chile-brasilia-12-a-14-de-setembro-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

¹¹¹A quarta rodada de negociação Brasil-Chile ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 360 – Conclusão das Negociações do Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile – Santiago, 16 a 19 de outubro de 2018**. Publicado em 20 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19656-conclusao-das-negociacoes-do-acordo-de-livre-comercio-entre-o-brasil-e-o-chile-santiago-16-a-19-de-outubro-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

¹¹²Sobre o Acordo de livre comércio ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 389 – Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile [Declaração à imprensa]**. Publicado em 21 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19769-acordo-de-livre-comercio-brasil-chile>. Acesso em: 08/02/2019.

pois consegue efetivar uma ação concreta em termos econômicos e comerciais, ainda que, cabe destacar, dentro dos princípios da Nova Política Externa Brasileira.¹¹³

Além do Chile, o período Nunes investiu em formato bilateral na parceria com o México. Nesse caso, herdeiro das ações do PT, que começou as negociações para um acordo de complementação econômica ainda em 2015. Foram feitas aproximadamente três rodadas negociadoras durante o mandato do então chanceler. Na primeira delas, em junho de 2017, a chamada VI rodada, debateu os seguintes assuntos: acesso a mercados, serviços, facilitação do comércio, regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio e solução de controvérsias.¹¹⁴ Em seguida, em agosto de 2017, a denominada VII rodada, analisou os seguintes assuntos: acesso a mercados, regras de origem, serviços, medidas sanitárias e fitossanitárias, facilitação do comércio, barreiras técnicas ao comércio, propriedade intelectual e solução de controvérsias.¹¹⁵ Depois, em novembro de 2017, a intitulada VIII rodada, finalizou os temas de facilitação de comércio e coerência regulatória.¹¹⁶

Após o avanço das negociações em 2017, houve uma retração das ações com as mudanças e o processo eleitoral mexicano no seguinte ano, quando Lopez Obrador assume a presidência daquele país. Assim, o Brasil chama para consultas o México sobre o acordo de Complementação Econômica, com a finalidade de retomar as rodadas negociadoras.¹¹⁷ Esse

¹¹³Uma sugestão de pesquisa é analisar o documento “in natura” com convergência de áreas entre Comércio Exterior, Direito Internacional e Política Externa. O Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile é profundo com vários aspectos e termos técnicos para ser explorados, com 647 páginas de tamanho entre capítulos e anexos. Para ver o documento na íntegra, visitar: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/12226>. Acesso em: 08/02/2019.

¹¹⁴Em relação a VI rodada negociadora entre Brasil e México ver: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 186 – VI Reunião Negociadora para a Ampliação e o Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53) Brasil e México – Brasília, 12 a 14 de junho de 2017.** Publicado em 14 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16563-vi-reuniao-negociadora-para-a-ampliacao-e-o-aprofundamento-do-acordo-de-complementacao-economica-n-53-ace-53-brasil-e-mexico-brasilia-12-a-14-de-junho-de-2017>. Acesso em: 08/02/2019.

¹¹⁵Sobre a VII rodada negociadora entre Brasil e México visualizar: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 294 – VII Reunião Negociadora para a Ampliação e o Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53) Brasil-México – Cidade do México, 29 a 31 de agosto de 2017.** Publicado em 01 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17369-vii-reuniao-negociadora-para-a-ampliacao-e-o-aprofundamento-do-acordo-de-complementacao-economica-n-53-ace-53-brasil-e-mexico-cidade-do-mexico-29-a-31-de-agosto-de-2017>. Acesso em: 08/02/2019.

¹¹⁶Para ver a VIII rodada negociadora entre Brasil e México clicar em: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 389 – VIII Reunião Negociadora para Ampliação do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53) entre o Brasil e o México.** Publicado em 20 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17904-viii-reuniao-negociadora-para-ampliacao-do-acordo-de-complementacao-economica-n-53-ace-53-entre-o-brasil-e-o-mexico>. Acesso em: 08/02/2019.

¹¹⁷Em relação as consultas entre Brasil e México para retomar as rodadas negociadoras ver: **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota 378 – Consultas com o México sobre acordos de complementação econômica.** Publicado em 12 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17904-viii-reuniao-negociadora-para-ampliacao-do-acordo-de-complementacao-economica-n-53-ace-53-entre-o-brasil-e-o-mexico>

processo é feito em novembro, o que na prática deixa para gestão Bolsonaro o papel de finalizar essa iniciativa.

Entretanto, não foi apenas esse elemento na estratégia comercial, em negociações coletivas pelo MERCOSUL, o país estabeleceu, também, contatos com países como o Canadá, Singapura Coreia do Sul, Colômbia e EFTA. Ademais, manteve-se atento à procura de acelerar o fechamento de instrumento jurídico com a União Europeia.

Em relação ao EFTA, o Brasil liderou o processo negociador junto ao MERCOSUL, iniciou contatos para a feição de um acordo de livre comércio ainda em 2015. Entretanto, o processo perdeu fôlego, apenas retomado em janeiro de 2017, quando os contatos se aceleraram entre os blocos na reunião de Davos, sob a gestão Serra. Em junho de 2017, ocorreu a primeira rodada negociadora entre as partes, quando os blocos trocaram informações sobre os seguintes temas: comércio de bens; regras de origem; dentre outras questões.¹¹⁸ Eles deixaram encaminhada uma nova rodada para agosto, algo que não ocorreu. Assim, houve um entrave no encaminhamento do ato jurídico internacional, o que deixa para a nova gestão solucionar com Ernesto Araújo.

Com a Colômbia, os países do MERCOSUL assinaram um novo tratado de complementação econômica em junho de 2017, com a finalidade de ampliar a liberalização comercial através da mudança da tarifa de 84% para 97% em setores como têxtil, siderurgia e automobilístico.¹¹⁹ Com a entrada em vigor em janeiro de 2018, mais uma vez, a gestão Nunes aprofunda o tema comercial-econômico na PEB, ao expandir as ações e estratégias de Serra para a região da América do Sul próximo ao Pacífico.

Outro país que a gestão Nunes intenta acertar um acordo de livre comércio é com a Coreia do Sul. Em maio de 2018, o bloco e o país asiático lançam negociações para a feição desse ato internacional econômico nos seguintes setores: bens, serviços, compras governamentais, propriedade intelectual, comércio eletrônico, investimentos,

imprensa/19726-consultas-com-o-mexico-sobre-acordos-de-complementacao-economica. Acesso em: 08/02/2019.

¹¹⁸Para ver a primeira rodada negociadora entre MERCOSUL e EFTA ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 193 – 1ª Rodada de Negociações entre os estados da EFTA e do MERCOSUL sobre um Acordo de Livre Comércio**. Publicado em 16 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16580-1-rodada-de-negociacoes-entre-os-estados-da-efta-e-do-mercosul-sobre-um-acordo-de-livre-comercio>. Acesso em: 08/02/2019.

¹¹⁹Sobre o acordo de complementação econômica entre MERCOSUL e Colômbia: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 239 – Novo Acordo de Complementação Econômica entre os países signatários do Tratado de Assunção e a Colômbia**. Publicado em 21 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16894-novo-acordo-de-complementacao-economica-entre-os-paises-signatarios-do-tratado-de-assuncao-e-a-colombia>. Acesso em: 08/02/2019.

desenvolvimento sustentável e competição.¹²⁰ Ao final do encontro, eles lançam um comunicado conjunto no qual agradecem o diálogo exploratório e mandam começar as negociações de fato.¹²¹ Essas negociações só acontecem na nova gestão de Ernesto Araújo no Itamaraty.

Também foram articuladas aproximações com a Singapura, outro país da região do Sudeste asiático. Em maio de 2018, o MERCOSUL e a Singapura iniciaram um diálogo inicial, com a abordagem de temas como comércio de bens e serviços, investimentos, facilitação de comércio, propriedade intelectual e compras governamentais. Em julho do mesmo ano, eles lançaram oficialmente as rodadas de negociações.¹²² Essa ação de Nunes não foi finalizada, cabendo ao seu sucessor, Ernesto Araújo, tomar a frente do processo negociador para a criação do ato internacional.

Ademais, foram articuladas estratégias e ações para a criação de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o Canadá. O diálogo iniciado ainda em 2017, pelo chanceler Nunes, junto ao homologado canadense marca os primeiros contatos para iniciar a rodada negociadora.¹²³ Em março de 2018, os países lançam as negociações com uma declaração conjunta entre os ministros do bloco sul-americano e o canadense, quando sinalizam os seguintes temas: acesso a mercados de bens e de serviços, trabalho, meio ambiente, comércio e gênero, micro, pequenas e médias empresas, entre outros.¹²⁴ Depois disso, foram feitas

¹²⁰Para ver a nota sobre o lançamento das negociações entre MERCOSUL e Coreia do Sul ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 163 – Lançamento das negociações de um Acordo de Comércio entre o Mercosul e a República da Coreia – 25 de maio de 2018.** Publicado em 21 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18932-lancamento-das-negociacoes-de-um-acordo-de-comercio-entre-o-mercosul-e-a-republica-da-coreia-25-de-maio-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

¹²¹Para ler o comunicado conjunto entre MERCOSUL e Coreia do Sul ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 167 – Declaração conjunta por ocasião do lançamento das negociações para um acordo de comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados Membros do Mercosul, e a Coreia do Sul. Publicado em 28 de maio de 2017.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18948-declaracao-conjunta-por-ocasio-do-lancamento-das-negociacoes-para-um-acordo-de-comercio-entre-a-republica-argentina-a-republica-federativa-do-brasil-a-republica-do-paraguai-e-a-republica-e-a-republica-oriental-do-uruguai-os-estados-membros-do-mercosul-e-a-republica-da-coreia-seul-25-de-maio-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

¹²²Para ver a nota sobre o lançamento das negociações MERCOSUL e Singapura ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 250 – Lançamento das negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a República de Singapura.** Publicado em 23 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19181-lancamento-das-negociacoes-do-acordo-de-livre-comercio-entre-o-mercosul-e-a-republica-de-singapura>. Acesso em: 08/02/2019.

¹²³Para ver os contatos iniciais entre Brasil e Canadá à margem da OMC: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 337 – Declaração conjunta sobre um possível acordo abrangente de livre comércio entre os estados-membros do Mercosul e o Canadá.** Publicado em 09 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17559-declaracao-conjunta-sobre-um-possivel-acordo-abrangente-de-livre-comercio-entre-os-estados-membros-do-mercosul-e-o-canada>. Acesso em: 08/02/2019.

¹²⁴Para ler a declaração conjunta entre o MERCOSUL e o Canadá ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 52 – Reunião dos ministros dos Estados Partes do Mercosul e o ministro de**

quatro rodadas negociadoras, com um avance rápido dos temas entre o bloco e o país da América do Norte. Na última rodada, em dezembro, foram abordados os temas de ofertas de acesso a mercados e, também, definiram estratégias para a conclusão dos capítulos do acordo e para o aprofundamento dos compromissos de abertura comercial.¹²⁵ O desenrolar das negociações ficaram para março de 2019, quando Ernesto Araújo assume as ações para intentar fechar o acordo de livre comércio.

Após as estratégias e ações em âmbito coletivo, via MERCOSUL, mais alguns pontos merecem destaque, como por exemplo, a atuação em mecanismos como G-20 e OCDE. No primeiro deles, o país manteve reunião com os países do agrupamento para tratar de comércio e investimentos.¹²⁶ No segundo deles, houve nova adesão a 31 instrumentos jurídicos da organização internacional econômica, aproximando ainda mais a adesão do país como membro, ação iniciada na gestão Serra. Esse processo, tais quais os acordos de livre comércio em desenvolvimento, ficarão a cargo da nova gestão.¹²⁷

Por fim, foi dado amplo apoio à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e investimentos (APEX), à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) sobretudo na busca de acordos internacionais com alguns países para a facilitação comercial em seus mercados e a captação de investimentos.

Com a CAMEX, criaram-se ações de estímulo entre elas o lançamento do novo site da Secretária-Executiva da Câmara da instituição e reunião do Comitê Nacional de Investimentos no ano de 2017. O primeiro mecanismo intenta melhorar as informações da atuação do governo federal em comércio exterior para a sociedade e empresas.¹²⁸ E o segundo

Comércio Internacional do Canadá, François-Philippe Champagne – Assunção, 9 de março de 2018. Publicado em 09 de março de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18421-reuniao-dos-ministros-dos-estados-partes-do-mercosul-e-o-ministro-de-comercio-internacional-do-canada-francois-philippe-champagne-assuncao-9-de-marco-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

¹²⁵Para ver a IV rodada negociador entre MERCOSUL e Canadá: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 400 – IV Rodada de Negociações Mercosul-Canadá.** Publicado em 05 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19810-iv-rodada-de-negociacoes-mercosul-canada>. Acesso em: 08/02/2019.

¹²⁶Em relação ao encontro do G-20 ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 315 – Reunião Ministerial sobre Comércio e Investimentos do G20 – Mar del Plata, 14 de setembro de 2018.** Publicado em 13 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19481-reuniao-ministerial-sobre-comercio-e-investimentos-do-g20-mar-del-plata-14-de-setembro-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

¹²⁷Em relação a adesão do Brasil a instrumentos da OCDE clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 302 – Adesão do Brasil a novos instrumentos da OCDE.** Publicado em 06 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17401-adesao-do-brasil-a-novos-instrumentos-da-ocde>. Acesso em: 08/02/2019.

¹²⁸Para ver o novo site da Secretária-Executiva da CAMEX ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 69 - Lançamento do novo portal da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior – SE-CAMEX.** Publicado em 09 de março de 2017. Disponível em:

mecanismo apresenta a finalidade de criar propostas e recomendações voltadas ao fomento e à facilitação de Investimentos Estrangeiros Diretos no país e de Investimentos Brasileiros Diretos no Exterior.¹²⁹ Essas ações fazem parte da estratégia da gestão Nunes em procurar meios para conseguir captar investimentos ao país.

Ademais, foram assinados instrumentos jurídicos internacionais para a cooperação e facilitação de investimentos. Em âmbito coletivo, via MERCOSUL, no ano de 2017, foi assinado o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (PCFI) com vistas a estimular investimentos recíprocos entre os estados-partes do bloco regional.¹³⁰ Por outro lado, em âmbito bilateral, Brasil e Guiana assinaram acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos em 2018. Essa norma jurídica internacional pretende estimular o ambiente de negócios entre os dois países. Para mostrar que essa estratégia é importante na agenda de PEB, esse tipo de acordo abrange no total 13 países, sendo que o Brasil produziu esse formato de instrumento jurídico para os investimentos, dessa forma além da Guiana, os seguintes países firmaram: Angola, Chile, Colômbia, Etiópia, Maláui, México, Moçambique, Peru, Suriname e os países do MERCOSUL como acima analisado.¹³¹

Assim, fecha-se a análise do segundo ponto da agenda de PEB na gestão Aloysio Nunes sobre a centralidade do comércio e os temas econômicos. Como demonstrado e defendido, o Chanceler aprofunda a Nova Política Externa Brasileira, ao assinar diversos acordos, tanto de livre comércio, quanto de facilitação de investimentos. Ademais, ele institui muitos flancos de negociações em caráter coletivo, via MERCOSUL, para a criação de outros atos internacionais para o comércio, no caso com Canadá, Coreia, Singapura, Colômbia e EFTA. Em seguida no próximo parágrafo, reflete-se acerca do último ponto de convergência entre Serra e Nunes, a temática de Segurança.

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15848-lancamento-do-novo-portal-da-secretaria-executiva-da-camara-de-comercio-exterior-se-camex>. Acesso em: 08/02/2019.

¹²⁹Sobre a reunião do Comitê Nacional de Investimentos ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 87 - Comitê Nacional de Investimentos**. Publicado em 22 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15943-comite-nacional-de-investimentos>. Acesso em: 08/02/2019.

¹³⁰Para verificar o protocolo internacional de facilitação comercial entre os países do MERCOSUL, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 112 - Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul (PCFI)**. Publicado em 07 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16067-protocolo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-do-mercossul-pcfi>. Acesso em: 08/02/2019.

¹³¹Para ver o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Guiana: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 412 - Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Guiana – 13 de dezembro de 2018**. Publicado em 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19836-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-brasil-guiana-13-de-dezembro-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

3.2.3 A Segurança

Por fim, o terceiro tema em que Aloysio Nunes aprofunda a “Nova Política Externa” é em relação à Segurança. Em seu discurso de posse ele pretende:

[...] As ações com nossos vizinhos para garantir a segurança e o desenvolvimento na faixa de fronteira são uma das importantes iniciativas do ministro Serra. A explosão de violência criminosa em nossas cidades, em nossos presídios, está intimamente ligada ao que se passa – literalmente – ao que passa por nossas fronteiras, nos dois sentidos. Amanhã me reunirei com o ministro da Defesa, Raul Jungmann, para debatermos formas de aprofundar a cooperação entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa. Se o crime é crescentemente transnacional, também o combate que lhe damos há de sê-lo. [...] (NUNES, 2017)

Se José Serra é o pioneiro em destacar a temática na agenda internacional brasileira, Nunes é o responsável pela sua continuação. Nesse aspecto, a estratégia é articular o tema em âmbitos bilaterais e regionais com os países fronteiriços.

No âmbito bilateral, são realizadas muitas reuniões com os países vizinhos, no intuito de ampliação das ações de Serra, visto que esse chanceler iniciou o assunto apenas com a Argentina. Em março de 2017, há um encontro com o Uruguai para tratar de vários temas, também, de segurança nas fronteiras.¹³²

Em julho do mesmo ano, o homólogo da Argentina encontra Nunes para discutir “[...] o tema da segurança nas fronteiras e as medidas que dão seguimento à Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras, realizada em Brasília, em novembro passado.”¹³³ Esse encontro dá prosseguimento ao que já foi discutido por José Serra.

No mês seguinte, são tratados esses assuntos com Paraguai, nesse encontro é assinado um comunicado conjunto, o qual reitera o combate aos crimes transnacionais na fronteira, especialmente em relação às drogas.¹³⁴

¹³²Para ver a visita do Uruguai ao país em 2017, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 95 - Visita ao Brasil do Ministro de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa – Brasília, 29 de março de 2017.** Publicado em 27 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15985-visita-ao-brasil-do-ministro-de-relacoes-exteriores-da-republica-oriental-do-uruguai-rodolfo-nin-novoa-brasilia-29-de-marco-de-2017>. Acesso em: 22/01/2019.

¹³³Sobre a visita do Chanceler argentino ao Brasil, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 226 Visita do ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, embaixador Jorge Faurie, ao Brasil – Brasília, 14 de julho de 2017.** Publicado em 12 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16827-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-e-culto-da-republica-argentina-embaixador-jorge-faurie-ao-brasil-brasilia-14-de-julho-de-2017>. Acesso em: 22/01/2019.

¹³⁴Para ver as notas acerca da visita do presidente paraguaio e o comunicado conjunto, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 272 Visita de Estado ao Brasil do presidente da República do Paraguai, Horacio Cartes – Brasília, 21 de agosto de 2017.** Publicado em 18 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17211-visita-de-estado-ao-brasil-do-presidente-da-republica-do-paraguai-horacio-cartes-brasilia-21-de-agosto-de-2017>. Acesso em: 22/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 279 Comunicado Conjunto por ocasião da Visita de Estado do Presidente Horacio Cartes ao Brasil.** Publicado em 21 de agosto de 2017. Disponível em:

Entre novembro e dezembro, são acertadas parcerias com a Bolívia, ao receber em visita o presidente Evo Morales. Além de discutir “a luta contra o crime transnacional”, é assinado um acordo interinstitucional internacional acerca de cooperação policial entre o Ministério de Segurança Pública do Brasil e o governo boliviano em matéria de combate ao crime organizado transnacional e outras manifestações criminosas.¹³⁵

Em agosto de 2018, são articuladas discussões com o Equador e Bolívia sobre “cooperação em matéria de defesa e segurança pública” e “cooperação fronteiriça e o combate aos ilícitos transnacionais”, respectivamente. No caso boliviano, aprofundam-se as ações articuladas no ano anterior quando foram assinados acordos internacionais.¹³⁶

E finalizando, em setembro desse ano, o Brasil se encontra com o Paraguai para ampliar a cooperação fronteiriça e o combate ao crime transfronteiriço, especialmente às drogas.¹³⁷ Novamente, com esse país é a continuação das articulações impetradas no ano de 2017. Portanto, no relacionamento bilateral, Nunes se encontra com a maioria dos países vizinhos, e não apenas com a Argentina, como ocorreu com seu antecessor. Mais uma vez, destaca-se o aprofundamento da agenda anterior, mantendo-se o marco da continuidade em relação à matéria de Segurança na PEB.

No âmbito individual, em maio de 2018, é feita uma ação administrativa no Itamaraty por ordem do Chanceler, que cria um setor dedicado aos assuntos de segurança e defesa em todas as embaixadas do país na América do Sul. Como diz a nota, além de destacar a

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17238-comunicado-conjunto-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-horacio-cartes-ao-brasil>. Acesso em: 22/01/2019.

¹³⁵Para consultar os documentos da visita do presidente Evo Morales e o acordo interinstitucional internacional, visualizar: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 398 Visita do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales – 27 de novembro de 2017**. Publicado em 24 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17949-visita-do-presidente-do-estado-plurinacional-da-bolivia-evo-morales-27-de-novembro-de-2017>. Acesso em: 22/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 406 Atos assinados por ocasião da visita do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales**. Publicado em 05 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17996-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-presidente-do-estado-plurinacional-da-bolivia-evo-morales>. Acesso em: 22/01/2019.

¹³⁶Acerca dos encontros com Equador e Bolívia em 2018, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 287 Visita do ministro das Relações Exteriores e Mobilidade Humana do Equador, José Valencia, ao Brasil – Brasília, 17 de agosto de 2018**. Publicado em 16 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19316-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-e-mobilidade-humana-do-equador-jose-valencia-ao-brasil-brasilia-17-de-agosto-de-2018>. Acesso em: 22/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 290 Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Bolívia – La Paz, 20 de agosto de 2018**. Publicado em 17 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19324-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-aloyisio-nunes-ferreira-a-bolivia-la-paz-20-de-agosto-de-2018>. Acesso em: 22/01/2019.

¹³⁷Para visualizar a visita do Paraguai no ano de 2018, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 310 Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores da República do Paraguai, Luis Alberto Castiglioni – Brasília, 11 de setembro de 2018**. Publicado em 10 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19471-visita-ao-brasil-do-ministro-de-relacoes-exteriores-da-republica-do-paraguai-luis-alberto-castiglioni-brasilia-11-de-setembro-de-2018>. Acesso em: 22/01/2019.

prioridade dada no combate aos crimes transnacionais, aponta que é uma exigência da sociedade o fortalecimento da segurança pública.¹³⁸ Nesse sentido, em junho de 2018, é articulada a I Reunião com adidos brasileiros na América do Sul sobre segurança nas fronteiras, a fim de tratar do combate aos crimes transnacionais. No encontro, diversos agentes governamentais se fazem presentes, entre eles representantes do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa, do Gabinete de Segurança Institucional, do Ministério da Segurança Pública, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal, dentre outros.¹³⁹

3.3 Araújo e a continuidade da Nova Política Externa Brasileira

Mesmo antes de assumir, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, já tem condicionado os relacionamentos internacionais brasileiros. O caso emblemático é do Programa Mais Médicos articulado, em mecanismos de Cooperação Internacional, com Cuba em 2013. Após a vitória nas Eleições presidenciais, Jair Bolsonaro concedeu entrevista ao Correio Braziliense em 02/11, na qual afirma que pretende “romper relações diplomáticas com Cuba”, além de tecer críticas ao Programa Mais Médicos em relação ao pagamento dos salários para os cubanos, e tentar impor o Revalida para os profissionais de saúde (JORNAIS, 2018). A reação cubana a essa fala veio com o cancelamento da parceria com o Brasil em nota oficial do Ministério da Saúde:

[...] O presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, com referências diretas, depreciativas e ameaçantes à presença dos nossos médicos, declarou e reiterou que modificará os termos e condições do Programa Mais Médicos, com falta de respeito à Organização Pan-americana da Saúde e ao acertado por esta com Cuba, ao questionar a preparação de nossos médicos e condicionar sua permanência no programa ao título de revalida e como única via a contratação individual. As modificações anunciadas impõe condições inaceitáveis e não cumprem as garantias acordadas desde o início do Programa, que foram ratificadas no ano de 2016 com a renegociação do Termo de Cooperação entre a Organização Pan-americana de Saúde e o Ministério de Saúde do Brasil e o Convênio de Cooperação entre a Organização Pan-americana de Saúde e o Ministério de Saúde Pública de Cuba. Essas inadmissíveis condições fazem impossível manter a presença de profissionais cubanos no Programa. Portanto, ante esta lamentável realidade, o Ministério de Saúde Pública de Cuba tomou a decisão de não continuar participando no Programa Más Médicos e assim comunicou a Diretora da Organização Pan-americana de

¹³⁸Para ler a medida administrativa do Chanceler sobre segurança e defesa ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 138 Cooperação em segurança e defesa na América do Sul**. Publicado em 07 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18795-cooperacao-em-seguranca-e-defesa-na-america-do-sul>. Acesso em: 22/01/2019.

¹³⁹Para visualizar a I Reunião citada, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 214 I Reunião com adidos brasileiros na América do Sul sobre segurança nas fronteiras**. Publicado em 21 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19078-i-reuniao-com-adidos-brasileiros-na-america-do-sul-sobre-seguranca-nas-fronteiras>. Acesso em: 22/01/2019.

Saúde e aos líderes políticos brasileiros que fundaram e defenderam esta iniciativa. [...] (tradução nossa, AIN/ACN, 2018)¹⁴⁰

A saída cubana do Programa Mais Médicos é uma ação direta das ações do novo presidente eleito, Jair Bolsonaro. O que de certa forma está em consonância com a sua proposta no Plano de Governo de “desideologizar” a Política Externa Brasileira. Os efeitos dessa conduta são sentidos no governo Temer, pois esse foi acusado de responsável pela criação dos axiomas defendidos pelo novo presidente. Assim, defende-se que os dois governos são marcas de continuidade em PEB, devido à ideia de não possuir ideologias na agenda externa. O que é em verdade, certa ilusão, pois quando esses governos apontam/selecionam um caminho/parceiro estão fazendo uma opção ideológica.

Nesse mesmo sentido, em forma prospectiva, o documento de Plano de governo da campanha de Jair Bolsonaro, também, prevê uma centralidade do processo de negociações bilaterais. Como diz na seguinte seção, o Novo Itamaraty, que o Brasil vai atuar com “[...] Ênfase nas relações e acordos bilaterais.” (BOLSONARO, 2018, p. 79). A frase não demonstra quais caminhos ou estratégias deverão ser tomados em termos de bilateralismo na PEB, o que demonstra de certa forma uma visão ainda em construção dos caminhos a serem escolhidos. Porém, essa frase já indica certa aproximação com a ideia posta por José Serra, inclusive, ambos atuam na mesma direção em termos de parceiros comerciais. A administração Temer (2016-2018) consegue sair da retórica para a realidade em Política Externa, ao concluir o Acordo de Livre Comércio com o Chile. Por outro lado, como a administração Bolsonaro (2019-) ainda não começou, pode-se compreender que a continuidade entre eles está, por enquanto, nos discursos. Embora tenha sido divulgado, após a vitória nas Eleições de 2018, que Bolsonaro recebeu a ligação do presidente chileno, Sebastián Piñera, parabenizando-o pelo ocorrido. Como se visualiza nas redes sociais dos presidentes, em especial, do chileno, publicada no dia 29 de Outubro do ano corrente:

¹⁴⁰A tradução foi feita pelo autor, a original é o seguinte: [...] *El presidente electo de Brasil, Jair Bolsonaro, con referencias directas, despectivas y amenazantes a la presencia de nuestros médicos, ha declarado y reiterado que modificará términos y condiciones del Programa Más Médicos, con irrespeto a la Organización Panamericana de la Salud y a lo convenido por esta con Cuba, al cuestionar la preparación de nuestros médicos y condicionar su permanencia en el programa a la reválida del título y como única vía la contratación individual. Las modificaciones anunciadas imponen condiciones inaceptables e incumplen las garantías acordadas desde el inicio del Programa, que fueron ratificadas en el año 2016 con la renegociación del Término de Cooperación entre la Organización Panamericana de la Salud y el Ministerio de Salud de Brasil y el Convenio de Cooperación entre la Organización Panamericana de la Salud y el Ministerio de Salud Pública de Cuba. Estas inadmisibles condiciones hacen imposible mantener la presencia de profesionales cubanos en el Programa. Por tanto, ante esta lamentable realidad, el Ministerio de Salud Pública de Cuba ha tomado la decisión de no continuar participando en el Programa Más Médicos y así lo ha comunicado a la Directora de la Organización Panamericana de la Salud y a los líderes políticos brasileños que fundaron y defendieron esta iniciativa. [...].*

Imagem 1 – Twitter de Sebastián Piñera sobre a vitória de Bolsonaro



Fonte: PIÑERA, 2018.

Essa ligação revela algo interessante, ela foi feita antes mesmo do que tem sido convencional na vizinhança sul-americana que é a Argentina, principal parceiro comercial, aparecer como o primeiro país a conversar com o recém-vencedor no pleito presidencial brasileiro. Apesar de ser cedo para maiores conclusões sobre as semelhanças entre os governos no aspecto comercial, já há uma coincidência de posições ao visualizarem o Chile como alternativa para a agenda comercial em dois sentidos: o primeiro é ampliar o comércio em si e ao mesmo tempo, diversificar os mercados na América do Sul; e o segundo é conseguir acesso à região do Pacífico, sobretudo aos países da Aliança do Pacífico e do Acordo Transpacífico.

Com a assunção do presidente Bolsonaro em primeiro de janeiro de 2019, a Política Externa Brasileira inicia um novo percurso, mas com alguns apontamentos de suas posições e estratégias analisadas nos parágrafos anteriores. Assim, o novo chefe do Executivo defende em seu discurso para o Congresso Nacional sobre a PEB: “[...] A política externa retomará o seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil. [...]” (BOLSONARO, 2019a). Na sua fala, ele apenas revela alguns princípios de orientação do seu programa de ação externa como a soberania, sem levar em conta os assuntos trabalhados nessa monografia. Porém, em um momento anterior desse mesmo recado aos Parlamentares, Jair Bolsonaro, agrega duas facetas já percebidas na Gestão Temer: Economia e Ideologização. Ele diz assim: “[...] Precisamos criar um círculo virtuoso para **a economia** que traga a confiança necessária para permitir **abrir nossos mercados para o comércio internacional**, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, **sem o viés ideológico**. [...]” (**grifo nosso**, idem, ibidem). Nessa passagem de sua primeira mensagem oficial, o responsável constitucional pela PEB aponta a finalidade de priorizar os temas comerciais, o acesso a mercados no mundo, inclusive no diálogo com os parceiros. Também, tão importante quanto a assertiva anterior, marca a busca por países “sem viés ideológico”, que em outras palavras é o afastamento de países considerados bolivarianos, nessa lista temos

Venezuela, Bolívia, Cuba, assim como a ocupação desse espaço por países ocidentais, sobretudo, EUA, Chile, Colômbia, etc.

Mais à frente, em uma segunda mensagem, o presidente empossado, Jair Bolsonaro, reafirma a condição de argumentação expressa no parágrafo anterior sobre a ideologização. Para as Relações Internacionais do país diz que: “[...] Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais [...]” (BOLSONARO, 2019b). Dessa maneira, em sentido similar a administração de Temer (2016-2018), através dos seus Chanceleres Serra e Nunes, o país caminha para uma continuidade na orientação de PEB. No discurso de posse de Ernesto Araújo, no dia posterior, alguns apontamentos superficiais são abordados nessa direção.

3.3.1 A *Desideologização*

Em relação ao primeiro princípio de ideologização, o Chanceler empossado não explicitou em seu discurso, mas deixou claro quais países serão os parceiros prioritários do Brasil, no caso EUA, Israel, Itália, Hungria, Polônia e “[...] países que se libertaram do Foro de São Paulo [...]” (ARAÚJO, 2019a), no caso, Argentina, Paraguai, Colômbia, Chile, etc. Portanto, de alguma forma, a ideia de “desideologização” percebidas em Serra e Nunes estão presentes em Araújo para manter algumas parcerias estabelecidas nos períodos anteriores, além de ampliar esse escopo com os países afins politicamente ao novo governo entre eles italianos, poloneses e húngaros. Para comprovar que sua PEB não é mera palavra ao ar, entre os dias 01 e 02 de janeiro, o Ministro de Exteriores participou de reuniões com EUA, Hungria, Polônia, Japão, Singapura, Chile, Portugal e Angola. Em todos os casos, em formato bilateral, houve diálogo acerca de potencializar o comércio.

Em sentindo muito próximo as ações de Serra e Nunes em relação à Venezuela, além de se posicionar claramente em rechaço aos “países do Foro de São Paulo”, uma das suas primeiras concertações regionais foi a articulação de um comunicado coletivo com mais 12 países (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia), através do Grupo de Lima instituído na gestão Temer, com vistas a não reconhecer o novo governo de Nicolás Maduro (2019-2025).¹⁴¹ Essa ação se torna emblemática, pois é um dos primeiros atos do Ministro Exteriores empossado. Em consonância com a suspensão da Venezuela do MERCOSUL, é um dos

¹⁴¹Para consultar o comunicado na íntegra, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 1 - Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 04 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19913-declaracao-do-grupo-de-lima-4>. Acesso em: 08/01/2019.

momentos mais incisivos do distanciamento do Brasil com o país considerado ideológico pelas administrações Temer e Bolsonaro.

Após essas primeiras ações, o Chanceler assina um artigo, no qual explicita com maior clareza o que chama de uma “mudança na Política Externa”. Em termos de desideologização, discute os aspectos de segurança, paz e democracia ao se referir aos casos dos países em distanciamento: Venezuela e Cuba. Ele diz que:

[...] Também queremos promover a paz e a segurança em nossa região e em toda parte. Mas não se promove a paz e a segurança fingindo que elas não sofrem ameaças e que não há nada que se possa realmente fazer a respeito. **É preciso enfrentar as ameaças, e a maior delas vem de regimes não-democráticos que exportam o crime, a instabilidade e a opressão. Ditaduras como Venezuela e Cuba não desaparecerão pelo simples desejo de que sumam.** Ainda mais quando alguns nem desejam. Ainda mais quando alguns as deixam manter e ampliar seu poder, com a desculpa de que isso seja "o mundo tal como o encontramos" ou "o caminho natural das coisas". [...] (**grifo nosso**, ARAÚJO, 2019b)

Segundo a passagem destacada, a Política Externa busca apresentar os regimes considerados não democráticos como uma ameaça à paz e à segurança na região. Apesar do título do artigo ser uma referência à situação de mudança, percebe-se que no aspecto acima, o princípio de ideologização lançado por Serra atua da mesma forma que uma marca de continuidade. Porém com uma diferença, pois neste último a ênfase é maior na Venezuela, já naquele, além desse país, agrega-se Cuba, de acordo com nossas pesquisas no início dessa seção no caso Mais Médicos.

Depois desse artigo, o presidente, Nicolas Maduro, é empossado para um novo mandato no período 2019-2025. Segundo informações da mídia local, TeleSur, o país recebeu apoio de diversos países como Irã, Palestina, Rússia, Cuba, Bolívia, dentre outros.¹⁴² Apesar desse apoio, o Brasil não reconhece o novo governo empossado, inclusive, defende que o Poder Executivo seja responsabilidade da “Assembleia Nacional”. O presidente do Poder Legislativo, Juan Gaidó, é apoiado para receber o cargo de presidente no lugar de Maduro.¹⁴³ Essas ações individuais do Brasil somam-se as articulações regionais através do Grupo de

¹⁴²A matéria acerca dos países que apoiaram o novo governo a seguir: TELESUR – MA. **Venezuela refuerza lazos de cooperación con países de Asia y Medio Oriente**. Publicado em 11 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.telesurtv.net/news/venezuela-diplomacia-paz-lazos-cooperacion-paises-20190111-0018.html?fbclid=IwAR3sxtv3qGOBIIIP-eAqr2f3_qilyEOYzZnoQk2G9Jp20o3gRfd6mgvdEiRA. Acesso em: 12/01/2019.

¹⁴³Em relação ao apoio brasileiro ao representante do legislativo venezuelano ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 2 – Situação na Venezuela**. Publicado em 10 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19942-situacao-na-venezuela-4>. Acesso em: 12/01/2019; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 4 – Evolução da situação na Venezuela**. Publicado em 11 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19947-evolucao-da-situacao-na-venezuela>. Acesso em: 12/01/2019.

Lima, e extrarregional, por meio do apoio dos EUA, também, outro país que não reconhece oficialmente o novo governo.¹⁴⁴ Mais uma vez, a partir dessas opções, a PEB impressa no governo Bolsonaro necessita de manter o axioma de “desideologização” da administração anterior, quiçá, com maior densidade nas ações em relação à Venezuela.

As posições perante a Venezuela continuam, inclusive, com o Brasil emitindo parecer acerca do conflito fronteiriço entre Guiana e Venezuela, no qual se aproveita para repetir o apoio ao presidente da Assembleia Nacional como governo reconhecido frente a Nicolás Maduro.¹⁴⁵ Essa posição individual brasileira, soma-se a nota dois do Grupo de Lima, contra a “detenção arbitrária” de Juan Guaidó por parte do Serviço Nacional de Inteligência Bolivariano.¹⁴⁶ Finalmente, essas ações se encerram com uma reunião do Chanceler brasileiro, de representantes do Grupo de Lima e dos EUA, com forças políticas de oposição ao governo venezuelano. A nota reconhece o governo Maduro ligado ao tráfico de pessoas, ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro, à corrupção e ao terrorismo. Ao passo que assume a intenção do governo Bolsonaro em intentar de todas as formas a fazer o povo venezuelano voltar a ter liberdade.¹⁴⁷

A assunção de Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional venezuelana em 23 de janeiro de 2019, ao cargo de “presidente encarregado”, é defendida pelo Brasil que reconhece oficialmente esse ator político frente ao governo de Nicolas Maduro. Mais uma vez, a Política Externa, mantém o seu distanciamento do país vizinho, dessa vez com uma ênfase ainda maior, já que houve a discussão da legalidade nas administrações venezuelanas.¹⁴⁸

¹⁴⁴O posicionamento do governo americano não reconhecendo o governo venezuelano está na nota a seguir: U.S DEPARTMENT OF STATE. **Actions Against Venezuela's Corrupt Regime Share**. Publicado em 10 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.state.gov/secretary/remarks/2019/01/288409.htm?fbclid=IwAR25jnO-4nsnG_3YXs_6XVfI6y69fDALOwkGRLBeGgXFB-VWSWeG39vsQTs. Acesso em: 12/01/2019.

¹⁴⁵Sobre a posição brasileira da disputa fronteiriça Venezuela-Guiana, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 5 – Diferendo Venezuela-Guiana**. Publicado em 12 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19948-diferendo-venezuela-guiana>. Acesso em: 21/01/2019.

¹⁴⁶Acerca do segundo comunicado do Grupo de Lima, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 7 – Declaração do Grupo de Lima 2/2019**. Publicado em 13 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19950-declaracao-do-grupo-de-lima-2-2019>. Acesso em: 21/01/2019.

¹⁴⁷A reunião do Chanceler brasileiro, Grupo de Lima e EUA, com forças de oposição venezuelana, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 15 – Reunião com forças políticas democráticas venezuelanas**. Publicado em 17 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19970-reuniao-com-forcas-politicas-venezuelanas>. Acesso em: 21/01/2019.

¹⁴⁸A nota que reconhece o novo presidente da Venezuela é a seguinte: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 20 – Nota à imprensa**. Publicado em 23 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19993-nota-a-imprensa-venezuela-guaido>. Acesso em: 23/01/2019.

E encerrando as ações no primeiro mês de Chancelaria, via Grupo de Lima, os países (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Peru), reafirmam sua postura em reconhecer o Juan Guaidó como presidente interino até o processo de novas eleições. Além de rechaçar o governo de Nicolas Maduro e as ações de “violência” contra as manifestações da oposição.¹⁴⁹

As ações e estratégias articuladas nos trinta dias do governo Bolsonaro estão de acordo com as suas promessas eleitorais. Ademais, estão amparadas no processo de continuidade da desideologização do governo de Temer. Com uma forma ainda mais incisiva de atuar conta a Venezuela, no caso, não reconhecendo seu governo eleito e passando essa função para o Parlamento venezuelano. Portanto, o Brasil se articula como líder do processo de retirada da administração de Maduro, algo que não foi feito pelo governo anterior, apesar de conseguir a suspensão desse país do MERCOSUL.

Em fevereiro, nova nota é lançada em formato coletivo, via Grupo de Lima após reunião dos países (Argentina, do Brasil, do Canadá, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, da Guatemala, de Honduras, do Panamá, do Paraguai e do Peru) no Canadá. Ela expressa uma série de posições na qual perpassam desde o reconhecimento de Juan Guaidó, do pedido pela liberdade de imprensa, da condenação ao governo de Nicolas Maduro, da violação de direitos humanos, dentre outras propostas que somam 17 orientações.¹⁵⁰

Nesse mês, também, ocorre uma reunião do Chanceler com a representante diplomática da Venezuela no Brasil.¹⁵¹ É mais uma ação brasileira no sentido de reconhecer a legitimidade de Juan Guaidó como presidente naquele país, pois é uma funcionária estatal sob a autoridade daquele político e não de Nicolas Maduro.

A crise venezuelana continua ativa no mês de fevereiro. A partir da segunda quinzena, tenta-se uma reunião dos chanceleres e do Vice-Presidente, Hamilton Mourão, em

¹⁴⁹Para ver o terceiro comunicado do Grupo de Lima: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 22 – Declaração do Grupo de Lima - 003-19**. Publicado em 25 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19997-declaracao-do-grupo-de-lima-003-19>. Acesso em: 06/02/2019.

¹⁵⁰Para consultar o quarto comunicado do Grupo de Lima: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 33 – Declaração do Grupo de Lima – 4 de fevereiro de 2019**. Publicado em 04 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20031-declaracao-do-grupo-de-lima-4-de-fevereiro-de-2019>. Acesso em: 06/02/2019.

¹⁵¹O encontro do Chanceler e a representante diplomática ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 36 – Encontro do Ministro de Estado das Relações Exteriores com a Representante Diplomática da Venezuela no Brasil – 11 de fevereiro de 2019**. Publicado em 11 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20055-encontro-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-com-a-representante-diplomatica-da-venezuela-no-brasil-11-de-fevereiro-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

Pacaraima.¹⁵² Esse encontro demonstra a proatividade daquele personagem na questão assinalada, inclusive é o responsável pelo discurso brasileiro perante os aliados sul-americanos.

Para finalizar, ainda em fevereiro, o Grupo de Lima se posiciona mais uma vez acerca do problema venezuelano.¹⁵³ Nesse novo documento, assinado por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela (Guaidó), no qual esses países condenam a postura de impedimento da entrada de ajuda humanitária na fronteira de Venezuela e Brasil.

Em março, outra vez o assunto Venezuela é discutido pelo Brasil. Primeiro, lança nota individual pedindo pela volta de Juan Guaidó ao seu país sem nenhum tipo de problemas.¹⁵⁴ Em seguida, via Grupo de Lima, e assinado o documento pelos seguintes países Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Peru; destaca-se a falta de energia elétrica por mais de 50 horas em solo venezuelano, no qual responsabiliza-se o governo de Nicolas Maduro pelo ocorrido.¹⁵⁵

Depois, ainda em Março, o governo brasileiro confirma a decisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Interamericana de Investimentos (CII) em reconhecer representante diplomático de Guaidó naquelas instituições.¹⁵⁶ Essa ação individual se complementa em uma coletiva, outra vez com o Grupo de Lima, assinado pelos membros Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana,

¹⁵²O chanceler concedeu a seguinte entrevista em Pacaraima: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 42 – Entrevista coletiva do Ministro Ernesto Araújo – Pacaraima, 23 de fevereiro de 2019.** Publicado em 23 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20086-entrevista-coletiva-do-ministro-ernesto-araujo-pacaraima-23-de-fevereiro-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁵³O novo comunicado do Grupo de Lima ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 45 – Declaração do Grupo de Lima em apoio ao processo de transição democrática e à reconstrução da Venezuela – Bogotá, 25 de fevereiro de 2019.** Publicado em 27 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20097-declaracao-do-grupo-de-lima-em-apoio-ao-processo-de-transicao-democratica-e-a-reconstrucao-da-venezuela-bogota-25-de-fevereiro-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁵⁴Para verificar a nota individual brasileira: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 50 – Retorno à Venezuela do Presidente Encarregado Juan Guaidó.** Publicado em 02 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20112-retorno-a-venezuela-do-presidente-encarregado-juan-guaido>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁵⁵A nota do Grupo de Lima acerca do problema elétrico na Venezuela: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 53 – Situação na Venezuela – Comunicado do Grupo de Lima.** Publicado em 10 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20124-comunicado-do-grupo-de-lima-4>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁵⁶A nova nota individual brasileira consultar: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 67 – Aprovação do nome do representante da Venezuela no BID e na CII indicado pelo Presidente Encarregado Juan Guaidó.** Publicado em 16 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20172-aprovacao-do-nome-do-representante-da-venezuela-no-bid-e-na-cii-indicado-pelo-presidente-encarregado-juan-guaido>. Acesso em: 23/06/2019.

Honduras, Panamá, Paraguai e Peru, dessa vez condenando a prisão do Deputado Marrero e a entrada “ilegal” na casa do parlamentar Vergara.¹⁵⁷

No mês seguinte, abril, mais algumas ações de “desideologização” são praticadas na situação da Venezuela. De forma específica e coletiva, são emitidos dois comunicados pelo Grupo de Lima no qual reafirmam alguns pontos da sua postura nos últimos meses. Do primeiro documento, destaca-se a postura dos membros, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela (Guaidó), em pedir que países como “Rússia, China, Cuba e Turquia” revejam sua atuação em apoiar Maduro, também “México, Uruguai e Bolívia” a aprofundarem a convergência de posturas com o agrupamento.¹⁵⁸

No segundo documento, percebem-se novos pedidos dos países, entre eles, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Peru, que o papel das Forças Armadas venezuelanas seja em reconhecer o político Juan Guaidó como presidente da Venezuela. Ademais, reafirma o processo de responsabilização de Maduro dos problemas venezuelanos.¹⁵⁹

No mês de maio, outros dois comunicados produzidos pelo Grupo de Lima tentam manter a pressão diplomática contra o governo de Maduro. A primeira nota assinada por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, defende as manifestações lideradas por Juan Guaidó na Venezuela.¹⁶⁰

No segundo comunicado, os países Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela (Guaidó), contestam a decisão da Assembleia Nacional Constituinte em retirar a imunidade parlamentar de políticos venezuelanos de oposição. Além de rejeitarem a prisão do deputado, Edgar Zambrano.¹⁶¹

¹⁵⁷Para ver o novo comunicado do Grupo de Lima: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 71 – Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 21 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20192-comunicado-grupo-lima>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁵⁸A primeira nota do Grupo de Lima, clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 89 – Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 15 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20293-declaracao-do-grupo-de-lima-vnz>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁵⁹A segunda nota do Grupo de Lima ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 107 – Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 30 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20346-declgrupolimaabr19>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁶⁰O primeiro comunicado do Grupo de Lima: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 110 – Declaração do Grupo de Lima – 3 de maio de 2019**. Publicado em 03 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20353-declaracion-del-grupo-de-lima-3-de-mayo-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁶¹O segundo comunicado do Grupo de Lima: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 123 – Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 09 de maio de 2019. Disponível em:

Como última ação em maio, o governo brasileiro em nota individual apoia a atuação de Juan Guaidó em conversas com o governo da Noruega em busca de apoio político para a “transação democrática”.¹⁶²

Por fim, em junho, acontece mais um encontro do Grupo de Lima, a reunião XV na Guatemala. Os países reunidos, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela (Guaidó), defendem o mandato de Juan Guaidó, e “Condenam energicamente os sistemáticos ataques do regime ilegítimo e ditatorial de Nicolás Maduro contra a Assembleia Nacional da Venezuela, rejeitam o anúncio de convocação de eleições legislativas antecipadas e reiteram seu mais firme apoio ao fim da usurpação [...]”.¹⁶³

Ainda nesse mês, alguns membros do Grupo de Lima fazem nova declaração, dessa vez em reunião do G-20 que ocorre em Osaka no Japão. Eles (Argentina, Brasil, Canadá e Chile) voltam a pedir pela “[...] restauração pacífica da democracia constitucional na Venezuela [...]”, via posse de Juan Guaidó. Ademais, o núcleo reduzido de países chama atenção para a violação dos direitos humanos.¹⁶⁴

Em prosseguimento, agora com todos os membros do Grupo de Lima (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia e Venezuela), os países rejeitam o assassinato do capitão de corveta venezuelano, Rafael Arevalo, que segundo a nota do Itamaraty 174 culpa o regime de Nicolas Maduro por “[...] contínua prática de detenções arbitrárias e torturas [...]” contra os opositores ao governo.¹⁶⁵

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20374-comunicado-do-grupo-de-lima-5>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁶²A nota individual brasileira apoiando Juan Guaidó na Noruega: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 147 – Apoio à transição democrática venezuelana**. Publicado em 30 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20464-apoio-a-transicao-democratica-venezuelana>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁶³O comunicado do Grupo de Lima na Assembleia XV: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 150 – Declaração da XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima – Guatemala, 6 de junho de 2019**. Publicado em 06 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20482-declaracao-da-xiv-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-grupo-de-lima-guatemala-6-de-junho-de-2019-em-espanhol>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁶⁴Para ver a Declaração do Grupo de Lima em Osaka no G-20, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 173 – Declaração dos Membros do Grupo de Lima – Osaka, Japão**. Publicado em 30 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20565-declaracao-dos-membros-do-grupo-de-lima-osaka-japao>. Acesso em: 18/08/2019.

¹⁶⁵A nova Declaração do Grupo de Lima em junho, clicar no link: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 174 – Nota do Grupo de Lima**. Publicado em 30 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20570-nota-do-grupo-de-lima-30-6-2019>. Acesso em: 18/08/2019.

No mês de julho, ocorre a XV reunião do Grupo de Lima em Buenos Aires, cujos membros (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru e Venezuela) lançam Declaração oficial no sentido de apoiar Juan Guaidó, como presidente Encarregado, além de outras pautas relevantes como a violação dos direitos humanos e novas formas de pressão ao governo Maduro.¹⁶⁶

Em agosto, o Grupo de Lima volta à cena para tratar do assunto Venezuela. No seu primeiro comunicado, os membros (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia e Venezuela) rejeitam a ação de Nicolas Maduro em convocar eleições antecipadas para a Assembleia Nacional Constituinte. Eles consideram ilegítima essa atitude, além de julgarem o legislativo venezuelano sem autoridade, pois na sua visão a instituição oficial é a Assembleia Nacional da Venezuela ligada a Juan Guaidó. A pressão diplomática desse agrupamento sobre o país sul-americano é recorrente e sistemática a cada mês, o que demonstra uma estratégia racional e pensada pelo Brasil, seu criador ainda na gestão passada, Michel Temer. Portanto, o processo de desideologização, com o distanciamento sobre o governo Maduro, no governo Bolsonaro é aprofundado para definitivamente retirar aquele ator político do poder político em solo venezuelano.¹⁶⁷

No segundo comunicado emitido no mês de Agosto, o Grupo de Lima respalda a decisão do presidente encarregado, Juan Guaidó, em apontar como Comissário Presidencial para Assuntos Exteriores, Júlio Boreges. Segundo o documento, essa ação é uma forma de emitir pressão diplomática ao governo de Nicolás Maduro, além de aumentar a representatividade internacional. A estratégia articulada pelo Governo Bolsonaro junto aos aliados americanos mais uma vez busca coincidir com as posições anteriores do país na administração Temer. Portanto, a pressão diplomática é um instrumento metodológico para isolar a Venezuela.¹⁶⁸

¹⁶⁶A nova declaração do Grupo de Lima, visualizar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 191 – Declaração da XV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima [português]**. Publicado em 23 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20663-declaracao-da-xv-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-grupo-de-lima-portugues>. Acesso em: 18/08/2019.

¹⁶⁷O comunicado do Grupo de Lima contra as eleições antecipadas no poder legislativo venezuelano, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 215 – Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 15 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20719-comunicado-do-grupo-de-lima-15ag19>. Acesso em: 18/08/2019.

¹⁶⁸O segundo comunicado do Grupo de Lima em Agosto: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 223 – Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 29 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20745-comunicado-do-grupo-de-lima-7>. Acesso em: 22/09/2019.

Outro assunto que mantém a estratégia do processo de “desideologização” e do distanciamento com países “ideologizados”, é o caso da Nicarágua. Em 2018, o ex-Chanceler, Nunes, inicia ações individuais e coletivas para condenar o regime interno do país da centro-américa. Em abril de 2019¹⁶⁹, Araújo, segue essa linha de continuidade ao reconhecer que nos

[...] últimos 12 meses, o Brasil associou-se à comunidade internacional para condenar, de modo veemente, a violência oficial contra a população civil, que resultou em mais de 300 vítimas fatais; a restrição das liberdades individuais, de expressão e de associação, com os mais de 600 presos políticos dela decorrentes; as medidas discricionárias contra meios de comunicação e organizações de defesa dos direitos humanos; bem como a suspensão da presença, no terreno, do Mecanismo Especial de Seguimento para a Nicarágua e do Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). [...] (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019)

Nesse momento, essa nota do Itamaraty mantém o tom de apelo ao diálogo entre governo e oposição nicaraguenses. Mas nitidamente é um tom de cobrança individual do estado brasileiro para aquele estado soberano, conforme vem ocorrendo há mais de um ano nas gestões Temer e Bolsonaro. Portanto, mais uma vez as linhas de continuidade e semelhanças seguem na PEB.

Nesse mesmo sentido, em julho de 2019, o Brasil lança nota no Itamaraty no qual rejeita o fim do diálogo do governo da Nicarágua com a oposição, além das “limitações a manifestações pacíficas”.¹⁷⁰ O documento brasileiro segue a diretriz da OEA, via Grupo de Trabalho para a Nicarágua do seu Conselho Permanente, onde o país é membro, e também, lançou uma nota de repúdio à decisão do presidente Ortega em 19 de julho do ano corrente. Nessa ação, o estado brasileiro age de forma coletiva em organismo regional com a finalidade de pressionar a decisão da administração federal nicaraguense.

No mês de Setembro, outra vez o Brasil se posiciona na direção de “ideologizar” a Nicarágua. Em outras palavras, utilizar a estratégia de isolamento e pressão diplomática para ações do governo atual naquele país. Assim, o país condena a proibição de entrada dos integrantes da Comissão sobre a Nicarágua, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Esse mecanismo jurídico, criado no seio do organismo internacional dos países americanos, encontra amplo apoio do Brasil, no processo de contribuição para a “restauração

¹⁶⁹Para consultar a nota individual brasileira sobre a crise da Nicarágua clicar em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 93 – Crise na Nicarágua**. Publicado em 16 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20299-crise-na-nicaragua>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁷⁰Para acessar a nota brasileira sobre a Nicarágua, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 201 – Fim do diálogo com a oposição e limitações a manifestações pacíficas na Nicarágua**. Publicado em 30 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20686-fim-do-dialogo-com-a-oposicao-e-limitacoes-a-manifestacoes-pacificas-na-nicaragua>. Acesso em: 18/08/2019.

da ordem democrática e das garantias individuais naquele país”.¹⁷¹ Vale mais uma vez lembrar que essa articulação está em pleno desenvolvimento no governo Bolsonaro, mas foi pensada na gestão anterior em Temer, especificamente com a chancelaria de Aloysio Nunes. O que se busca desde então é alterar as dinâmicas internas da Nicarágua, tendo em vista governos mais afins ideologicamente ao Brasil e aos demais estados nacionais da região.

3.3.2 O Comércio

No segundo axioma, no tema de Comércio, o Chanceler já em seu discurso de posse defende a necessidade da construção de parcerias comerciais específicas para cada país, através de um plano de trabalho direcionado. Apesar de não mencionar, mas fica evidente que esses países são aqueles destacados como o “Novo Ocidente, no caso, os estados nacionais que já tiveram reuniões em seus primeiros dias no cargo, tais como, EUA, Japão, Singapura, Chile, Polônia, Hungria, etc.”¹⁷² Com a intenção de se distanciar dos antecessores, diz que é preciso fazer acordos comerciais que não estejam sobre as bases dos anos de 1990, mas sim atualizados a realidade do século XXI. Nesse caso, ele omite o acerto comercial com o Chile, feito na gestão Nunes em que houve um recebimento em que se destaca a modernidade do referido instrumento jurídico.¹⁷³

Dias depois, no artigo pessoal assinalado por Araújo, a pauta comercial é vista como um ponto de mudança na Política Externa *bolsonarista*. Ele defende o seguinte ponto:

[...] E queremos, é claro, fazer comércio. A política comercial brasileira, como parte de nossa política externa, ficou adormecida por muito tempo. Estamos determinados a negociar acordos de comércio, de investimentos e de tecnologia com todos os nossos parceiros, de forma ambiciosa e criativa, explorando diferentes modelos com diferentes parceiros, tendo sempre em mente as necessidades concretas do setor produtivo. [...] (ARAÚJO, 2019b)

Segundo suas palavras a política comercial estava “adormecida”. Essa maneira de abordar o assunto é do interesse do Chanceler para justificar o ponto de vista, no qual suas

¹⁷¹Para visitar o comunicado brasileiro condenando o governo nicaraguense: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 237 – Proibição de entrada da Comissão da OEA sobre a Nicarágua**. Publicado em 17 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20871-proibicao-de-entrada-da-comissao-da-oea-sobre-a-nicaragua-2>. Acesso em: 22/09/2019.

¹⁷²Para verificar no discurso de posse o tema comércio, ver o documento a seguir: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2019**. Publicado em 03 de janeiro de 2019a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 08/01/2019.

¹⁷³O Jornal Estadão opinou da seguinte forma, ver: ACORDO comercial com o Chile. Publicado em 23 de Outubro de 2018. Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,acordo-comercial-com-o-chile,70002558838>. Acesso em: 09/01/2019.

ações externas são novos tempos. Mas, ao verificar as gestões de Serra e Nunes, os sinais de prioridade da pauta comercial sobre outros temas é algo claro, inclusive, na busca pela intensificação do relacionamento bilateral e a fomentação de acordos comerciais. Esse modelo é trabalhado pelos seus antecessores, que conseguiram iniciar tratativas comerciais com Singapura, Canadá, EFTA, também finalizar instrumentos jurídicos de comércio com Chile. Portanto, mais uma vez, ao invés de ser uma marca de diferença entre as administrações Temer-Bolsonaro na PEB, ao contrário é um sinal de continuidade de programas, objetivos e estratégias de PEB.

O tema comercial volta a ser discutido na mensagem presidencial ao Congresso Nacional em fevereiro. Na seção dedicada aos temas de PEB, Brasil: Nação Forte, no tópico, 1 Assuntos Estratégicos Prioritários, são colocadas as ênfases e prioridades da gestão Bolsonaro. Sobre a Política Externa, diz o seguinte:

[...] A política externa brasileira contribuirá para alcançar objetivos nacionais prioritários, em particular o crescimento da economia, a geração de empregos, a segurança nas fronteiras e a promoção do bem-estar de todos. O Brasil desenvolverá uma política externa que garantirá a inserção do País no cenário internacional por meio do fortalecimento das relações bilaterais com parceiros em todo o mundo, da integração regional e da participação em organismos multilaterais. [...] (BOLSONARO, 2019c, p. 108, grifo nosso)

O grifo destacado aponta qual o sentido da PEB para o novo governo, isto é, fazer a economia crescer e gerar empregos. Para isso, através da diplomacia e do MRE, a agenda de PEB procura priorizar temas econômicos e comerciais na busca de investimentos e acordos de livre comércio. Essa ideia, mais uma vez, está em consonância com a gestão de Temer, também, voltada para esse mesmo objetivo.

No tópico, 4 Comércio Exterior e Diplomacia Econômica, mais uma vez é apontada a centralidade dos temas econômicos e comerciais na PEB no subtópico, Perspectivas. Quanto às estratégias a serem tomadas pela gestão Bolsonaro, diz o seguinte:

O Brasil vai recuperar a centralidade do comércio exterior e da diplomacia econômica em sua agenda internacional. O Governo irá reavaliar alguns dos instrumentos disponíveis com vistas a maximizar a eficácia do crescimento brasileiro e a ampliar a participação brasileira no comércio e nos principais mecanismos e foros de interesse para o País. Serão priorizadas as negociações de novos acordos comerciais, como parte do esforço de garantir oportunidades de acesso a mercado para bens e serviços do País, e a continuação do processo de aproximação com a OCDE, com vistas à acessão plena. Também haverá crescente integração da diplomacia econômica com os ecossistemas de inovação científica e tecnológica de países parceiros. [...] (BOLSONARO, 2019c, p. 120)

Além de aproveitar as negociações comerciais em curso feitas pelo chanceler, Aloysio Nunes, tentará novas articulações para produzir acordos de livre comércio com outros países. Ademais, assim como a gestão Temer, dará ênfase à entrada do país na OCDE, algo iniciado no seu antecessor, mas não concluído. Por fim, buscará refletir os sistemas de inovação e tecnologia junto à diplomacia econômica. Portanto, esse documento oficial reitera as palavras do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em seu discurso de posse e artigo jornalístico, a PEB vai concentrar a sua atenção nos temas econômicos e comerciais. Ação emulada da administração anterior, o que marca o passo de continuidade entre os dois governos em âmbito externo.

A primeira ação no sentido comercial ocorreu no encontro com o México no mês de março de 2019.¹⁷⁴ É dado amplo destaque para o comércio livre de automóveis sem tarifas e barreiras, bem como lembrado a origem das negociações ainda no Acordo de Complementação Econômica (ACE-55) produzido em 2015. O governo Bolsonaro resgata uma negociação do período Temer, com certa paralisia desde 2017, e enfatiza a busca pela ampliação do comércio livre em produtos como “[...] tanto industriais quanto agrícolas, com a inclusão de matérias sanitárias e fitossanitárias, facilitação de comércio e barreiras técnicas ao comércio. [...]” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019).

As negociações comerciais com o México seguem na pauta com encontro bilateral no mês de maio de 2019.¹⁷⁵ Nesse momento, o governo brasileiro possui a finalidade de

[...] fortalecer o comércio e o investimento entre os dois países, o Brasil afirmou estar pronto para negociar acordo bilateral ambicioso com vistas ao livre comércio entre as duas maiores economias latino-americanas. Na ocasião, acordou-se avançar na ampliação do Acordo de Complementação Econômica 53 e, em paralelo, nas negociações sobre o comércio automotivo bilateral, sob a égide do Acordo de Complementação Econômica 55. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019)

¹⁷⁴ Para consultar a nota do Itamaraty acerca do livre comércio automotivo ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 68 - Entrada em vigor do livre comércio para automóveis entre Brasil e México - nota conjunta à imprensa do Ministério da Economia e do Ministério das Relações Exteriores.** Publicado em 19 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20182-nota-conjunta-a-imprensa-do-ministerio-da-economia-e-do-ministerio-das-relacoes-exteriores>. Acesso em: 22/06/2019.

¹⁷⁵ O encontro bilateral Brasil e México em maio, aqui: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 153 - Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia sobre as negociações comerciais com o México.** Publicado em 07 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20494-nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-do-ministerio-da-economia-sobre-as-negociacoes-comerciais-com-o-mexico>. Acesso em: 22/06/2019.

Como visto nessas primeiras atitudes, a administração Bolsonaro defende uma pauta comercial aberta e livre com o México. Essa atitude não é uma novidade na PEB, conforme falado anteriormente, já com Temer são defendidos amplos acordos de livre comércio com o país latino-americano.

Como segunda ação de Política Externa em comércio, a administração Bolsonaro busca centralizar suas iniciativas em garantir a entrada do Brasil na OCDE. Para conseguir esse pleito, a estratégia é obter o apoio dos EUA através de algumas concessões econômicas, como a Base de Alcântara ou perder o status de país em desenvolvimento na OMC. Em maio de 2019, em nota oficial, o Itamaraty saudou a iniciativa americana de reafirmar a candidatura brasileira na Reunião Ministerial do Conselho daquele organismo internacional.¹⁷⁶

Para além da obviedade da informação, percebe-se que a estratégia de entrada na OCDE é mais uma linha de continuidade com a gestão Temer, iniciada com Serra e Nunes. Sem embargo, a diferença substancial está na utilização do *lobby* americano no organismo internacional. Essa coincidência de objetivos na Política Externa pode ser algo perigoso para os interesses nacionais, porquanto não existe garantia de que as concessões sejam retribuídas com o acesso do país aos benefícios institucionais daquele agrupamento.

Em agosto, uma importante ação em temas comerciais acontece na gestão Araújo. O Brasil, através do MERCOSUL, finaliza as negociações comerciais com o agrupamento de países da Europa do Norte (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein), o EFTA. Na nota estipulada pelo Itamaraty, aparece a seguinte passagem “[...] As negociações entre os dois blocos foram lançadas em janeiro de 2017 e finalizadas após dez rodadas.”¹⁷⁷, que traz subsídio à hipótese desse trabalho, já que é uma ação iniciada pela administração Serra (2016-2017), mantidas pela condução de Nunes (2017-2018) e finalizada pela Chancelaria de Araújo (2019-).

Ademais, o acordo comercial MERCOSUL-EFTA versa sobre os seguintes temas desregulamentação tributária e regulatória em serviços, investimentos, compras governamentais, facilitação de comércio, cooperação aduaneira, barreiras técnicas ao

¹⁷⁶Para ver a nota do Brasil saudando os EUA clicar aqui: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 142 - Governo dos EUA reitera apoio ao ingresso do Brasil na OCDE**. Publicado em 24 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20439-governo-dos-eua-reitera-apoio-ao-ingresso-do-brasil-na-ocde>. Acesso em: 22/06/2019.

¹⁷⁷Para consultar a nota do Itamaraty dando por finalizado as negociações comerciais entre MERCOSUL-EFTA, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 219 - Conclusão das Negociações do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a EFTA – Nota Conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Publicado em 23 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20731-conclusao-das-negociacoes-do-acordo-de-livre-comercio-entre-o-mercosul-e-a-efta-nota-conjunta-dos-ministerios-das-relacoes-exteriores-da-economia-e-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento>. Acesso em: 24/08/2019.

comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, defesa comercial, concorrência, desenvolvimento sustentável, regras de origem e propriedade intelectual. Em termos de trocas comerciais, o Brasil dá acesso preferencial aos seus produtos agrícolas tais como carne bovina, carne de frango, milho, farelo de soja, etc.

3.3.3 A Segurança

No discurso de posse, Ernesto Araújo não enfatizou o tema de Segurança nas fronteiras, como ocorreu com a “desideologização” e o comércio. Entretanto, isso não quer dizer que o assunto não esteja na pauta da Política Externa Brasileira.

Em mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa em fevereiro de 2019, foram colocadas tanto as principais ações de PEB no período anterior, quanto as perspectivas do governo Bolsonaro. Nesse documento oficial, na seção chamada, Brasil: Nação Forte, são divididos os assuntos de política externa dessa forma: 1) assuntos estratégicos prioritários, 2) diplomacia bilateral e multilateral, 3) integração regional, 4) comércio exterior e diplomacia econômica, 5) comunidades brasileiras no exterior e temas migratórios, 6) cooperação internacional e 7) segurança, defesa e inteligência. Apesar de ser descrito em toda a seção, de forma mais específica, a última parte é aquela que apresenta os temas de segurança e de fronteira, inclusive com um tópico dedicado a esse fim.

Nesse tópico, de forma diferente aos outros assuntos de PEB, são dedicadas de maneira densa, seis páginas para tratar das ações implementadas pela gestão Temer, e principalmente das perspectivas pensadas pela administração Bolsonaro. Nesse sentido, ela pretende dar prioridade ao seguinte aspecto:

O Governo dará prioridade aos temas de segurança e defesa, com destaque para a segurança das fronteiras brasileiras e o combate aos crimes internacionais que afetam a vida de todos os brasileiros, como o narcotráfico e a corrupção. Será reforçada a cooperação em temas de segurança com os países vizinhos, em especial os membros do Mercosul. Em particular, será dada continuidade a iniciativas como o Foro Permanente de Segurança Brasil-EUA e às reuniões dos mecanismos “2+2” com os principais parceiros do Brasil em temas de defesa. [...] (BOLSONARO, 2019c, p. 128)

Portanto, na passagem acima, fica claro que o tema segurança nas fronteiras será tanto estratégico, quanto central na Política Externa Brasileira, em âmbitos bilaterais e multilaterais. Vale lembrar que essa é uma ação iniciada na gestão anterior de Temer, com o Chanceler, José Serra, falando disso em maio de 2016. Em seguida, o seu sucessor, Aloysio Nunes, não apenas manteve a prioridade da temática, também aprofundou as ações acerca desse assunto

nas reuniões bilaterais com os vizinhos, na assinatura de atos internacionais de combate aos crimes transnacionais com a Bolívia e na criação de medida administrativa nas embaixadas brasileiras na América do Sul para cuidar do assunto.

A primeira ação nesse assunto ocorre em formato bilateral com o Paraguai. O presidente daquele país, Mario Benítez, visitou o Brasil em março.¹⁷⁸ O principal tema da agenda em discussão é o combate aos ilícitos transnacionais, no qual ambos os chefes de estado emitem um comunicado priorizando esse assunto. Eles defendem

[...] a importância da cooperação bilateral no combate ao crime organizado transnacional e comprometeram-se a intensificar ainda mais os contatos entre autoridades de segurança e inteligência para aprimorar a coordenação, com vistas à eliminação das organizações criminosas que atuam em ambos os países. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019)¹⁷⁹

Essa declaração dos dois países reafirma o compromisso de ambos com a temática de segurança nas fronteiras. Aliás, vale lembrar que essa ação é feita pelo antecessor de Araújo, no mês de setembro de 2018. Portanto, um sinal claro das linhas de continuidade entre os governos Temer e Bolsonaro em Política Externa.

Em seguida, no mesmo mês, o Brasil visita o Peru para discutir alguns temas da agenda bilateral. Dentre eles, aparece a questão da segurança nas fronteiras. Além do combate aos ilícitos transnacionais, os países mantêm uma Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça com assuntos correlatos como saúde, meio ambiente, etc.¹⁸⁰

Depois, no mês de junho são feitos mais duas ações com relação a temática de segurança. Primeiro, em novo encontro bilateral, dessa vez com a Argentina, Jair Bolsonaro visita aquele país. Os dois países emitem declaração afirmando a posição estratégica do tema, ao dizer que “Celebraram os avanços alcançados em temas de segurança pública, ratificando o compromisso mútuo de fortalecer a luta contra o narcotráfico, a corrupção e o crime

¹⁷⁸A nota acerca da visita Paraguai ao Brasil: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 55 - Visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez – 12 de março de 2019.** Publicado em 11 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20130-visita-ao-brasil-do-presidente-da-republica-do-paraguai-mario-abdo-benitez-12-de-marco-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁷⁹A declaração conjunta de Brasil e Paraguai ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 59 - Declaração presidencial conjunta por ocasião da visita ao Brasil do presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez – Brasília, 12 de março de 2019.** Publicado em 12 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20145-declaracao-presidencial-conjunta-por-ocasio-da-visita-ao-brasil-do-presidente-da-republica-do-paraguai-mario-abdo-benitez-brasilia-12-de-marco-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁸⁰Acerca da visita do Brasil ao Peru ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 75 - Visita do secretário-geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, ao Peru – Lima, 26 de março de 2019.** Publicado em 25 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20205-visita-do-secretario-geral-das-relacoes-exteriores-otavio-brandelli-ao-peru-lima-26-de-marco-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

organizado transnacional com ações concretas que garantam a segurança dos cidadãos dos dois países.”¹⁸¹

Segundo, em encontro bilateral com o Uruguai no Brasil, os países resolvem discutir os principais assuntos da agenda, entre os quais aparece o combate a crimes transnacionais.¹⁸² Os dois vizinhos do Rio da Prata, também, participaram de ações sobre segurança nas fronteiras com a administração anterior, sob a gestão do Chanceler Nunes.

No segundo semestre, no mês de setembro, o Brasil articula novas reuniões bilaterais para tratar do tema de Segurança nas Fronteiras, com Chile e Paraguai. No caso chileno, os dois países, através de seus respectivos Ministros de Exteriores, conversam acerca dos principais assuntos da agenda, quando aparece o “combate a crimes transnacionais”.¹⁸³

Em seguida, no caso paraguaio, pela segunda vez no ano existe uma concertação bilateral entre os dois entes nacionais por meio do encontro dos respectivos Ministros de Exteriores. Eles passam pelos principais tópicos comuns, dentre os quais aparece a “cooperação em segurança”.¹⁸⁴ Aqui, como já declarado no primeiro semestre, a atuação contra o crime organizado e o tráfico de armas/ drogas, é um elemento essencial da cooperação na fronteira entre os países.

A atuação do governo Bolsonaro decorre em semelhança à administração Temer na temática de segurança nas fronteiras. Apesar de não enfatizar em seu discurso de posse o assunto, Ernesto Araújo mantém ações de combate ao crime organizado e aos crimes transnacionais nas fronteiras brasileiras. Para isso, utiliza-se bastante o mecanismo de concertação bilateral com seus vizinhos, em consonância ao que fizeram Serra e Nunes.

¹⁸¹A declaração entre Brasil e Argentina: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 151 - Declaração Conjunta Presidencial por ocasião da visita de Estado do Presidente Jair Bolsonaro a Buenos Aires.** Publicado em 06 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20484-declaracao-conjunta-presidencial-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-jair-bolsonaro-a-buenos-aires>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁸²Sobre o encontro entre Brasil e Uruguai clicam em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 152 - Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa – Brasília, 7 de junho de 2019.** Publicado em 06 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20487-visita-ao-brasil-do-ministro-das-relacoes-exteriores-da-republica-oriental-do-uruguai-rodolfo-nin-novoa-brasilia-7-de-junho-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

¹⁸³Para consultar a nota do Itamaraty sobre o encontro entre Brasil e Chile, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 227 - Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República do Chile, Teodoro Ribera – Brasília, 5 de setembro de 2019.** Publicado em 04 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20784-visita-ao-brasil-do-ministro-das-relacoes-exteriores-da-republica-do-chile-teodoro-ribera-brasilia-5-de-setembro-de-2019>. Acesso em: 22/09/2019.

¹⁸⁴Para consultar a nota do Itamaraty sobre o encontro entre Brasil e Paraguai, ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 233 - Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Antonio Rivas Palacios – Brasília, 9 de setembro de 2019.** Publicado em 06 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20812-visita-ao-brasil-do-ministro-de-relacoes-exteriores-do-paraguai-antonio-rivas-palacios>. Acesso em: 22/09/2019.

Para resumir as linhas de continuidade entre a gestão Araújo e seus antecessores, segue um quadro 4:

Quadro 4 – As semelhanças dos governos Temer e Bolsonaro

Princípios e Programas de Política Externa	Governo Temer – Chanceler Serra (2016-2017)	Governo Temer – Chanceler Nunes (2017-2018)	Governo Bolsonaro – Chanceler Araújo (2019-)
Desideologização	1) Criação do princípio. 2) Afastamento progressivo da Venezuela através do pedido de suspensão do MERCOSUL.	1) Aprofundamento do princípio. 2) Confirmação da suspensão da Venezuela do MERCOSUL. 3) Criação do Grupo de Lima para cuidar do assunto. 4) Ampliação do princípio para Nicarágua com pressão diplomática unilateral e regional (OEA).	1) Continuidade do princípio. 2) Uso do Grupo de Lima para isolar Venezuela e não reconhecer o governo Nicolás Maduro. 3) Manutenção do distanciamento com a Nicarágua através de pressão diplomática unilateral e regional (OEA).
Comércio	1) Ênfase do princípio. 2) Captação de investimentos e tentativa de acordos comerciais bilaterais com o México. 3) Abertura de negociações regionais para acordo comercial do MERCOSUL-EFTA. 4) Busca de entrada na OCDE.	1) Aprofundamento do princípio. 2) Assinatura de acordo de Comércio com o Chile (2018). 3) Abertura de frente negociativas para acordos comerciais com Canadá, Coreia do Sul, Colômbia e Singapura. 4) Captação de investimentos com Guiana. 5) Nova tentativa de aceitação na OCDE.	1) Continuidade do princípio. 2) Manutenção de negociações comerciais com Canadá, Coreia do Sul, EFTA e Singapura. 3) Manutenção de entrada na OCDE via <i>lobby</i> dos EUA. 4) Finalização de Acordo Comercial MERCOSUL-EFTA, iniciado na gestão Serra.
Segurança	1) Resgate do princípio. 2) Participação em foros regionais na América do Sul para discutir a questão.	1) Aprofundamento dos princípios. 2) Criação de setor administrativo nas Embaixadas Sul-	1) Continuidade do princípio. 2) Reuniões bilaterais para tratar do tema com Chile, Paraguai, Peru,

		americanas para tratar do assunto. 3) Firma de acordos bilaterais com a Bolívia contra crimes transnacionais e ilícitos nas fronteiras.	Argentina e Uruguai.
--	--	--	----------------------

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

A fim de concluir, entende-se que os dois governos possuem muito mais semelhanças que diferenças na Política Externa. Em especial nas áreas, nos programas e nos princípios trabalhados nessa Monografia, que são a desideologização, o comércio e a segurança. Isso quer dizer que não há um esgotamento analítico do tema, pois existem outros setores da ação internacional não analisados, mas que podem perfeitamente revelar dessemelhanças entre os dois períodos assinalados como objeto de estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto monográfico fez uma Análise de Política Externa Brasileira dos governos Temer e Bolsonaro, no qual se defende as similaridades entre as administrações. Sem generalizar em todos os setores da ação internacional, encontraram-se semelhanças nos princípios e programas acerca da desideologização, do comércio e da segurança.

Em relação ao campo de estudo, a Análise de Política Externa é estudada desde os anos de 1940 em várias vertentes. Por sua vez, nos diversos estudos apresentados é fundamenta perceber o que fala Mendes (2015). Ele aponta três níveis de análise: ambiente externo, ambiente interno e ambiente ideológico.

Esse último campo, o ideológico, é fundamental para perceber que qualquer tomador de decisão possui uma escolha e um caminho. Logo, afirma-se que é improvável o fenômeno da “Desideologização”, mas sim é uma estratégia discursiva para retirar a prioridade em países parceiros do PT, e buscar ocupar o espaço com os países chamados ocidentais (EUA, França, Inglaterra, Israel, etc.).

Em relação a bibliografia sobre o tema de estudo, conclui-se o seguinte. Após exaurir 16 trabalhos, entende-se que poucos analistas defendem que o governo Temer é um momento de continuidade com os governos do PT. Nisso, o texto monográfico coincide com essa visão. Entretanto, poucos trabalhos enxergam linhas de continuidade com o governo Bolsonaro, aqui há discordância de argumentos.

Na análise do período Bolsonaro, depois da leitura de 16 trabalhos, percebe-se que os analistas apostam pela defesa do argumento de mudança da PEB a partir do governo Bolsonaro. Essa mudança, às vezes forte (ruptura), às vezes branda (alteração), não se encaixa com as gestões passadas, inclusive com o governo Michel Temer. De forma contrária, a monografia apresenta linhas de continuidade em três setores específicos como Desideologização, Comércio e Segurança.

Finalmente, na Análise de Política Externa Brasileira nas gestões Serra, Nunes e Araújo, chega-se as seguintes argumentações. Na administração Temer, dividiu-se a análise em dois momentos com o período Serra (2016-2017) e Nunes (2017-2018). No primeiro momento, implantaram-se os novos princípios de Política Externa Brasileira, sendo que algumas ações começaram a desenvolver os discursos propostos.

Em termos de desideologização, princípio criado por Serra, ocorreu um progressivo distanciamento com a Venezuela e uma maior aproximação com países ocidentais como os EUA. As ações estiveram amparadas em notas individuais, coletivas e, também, em pedidos de suspensão venezuelana do MERCOSUL.

No aspecto comercial, axioma enfatizado por Serra, discutiu-se a necessária captação de investimentos e produção de acordos comerciais em formatos bilaterais. A abertura de negociação comercial com o EFTA é um exemplo dessa pretensão, bem como a aposta em finalizar o tratado de comércio com o México.

Por fim, a segurança nas fronteiras, princípio resgatado por Serra, produziu interações com os países limítrofes para uma profícua postura de combate ao crime organizado e aos crimes transnacionais em suas díades, sobretudo com a prospectiva criação de seminário sobre a temática.

O segundo momento foi percebido como estágio de aprofundamento dos princípios implantados após algumas iniciativas tímidas de Serra. Assim, em relação à linha de desideologização, criaram-se diversas ações e atitudes que concentraram muitos esforços do Itamaraty. Além de finalizar a suspensão da Venezuela do MERCOSUL, criaram-se articulações regionais via Grupo de Lima, dispositivo liderado pelo Brasil, para discutir como resolver as crises políticas no país vizinho. Ademais, o processo de distanciamento chegou à Nicarágua, onde foram feitas repetidas iniciativas de condenação de acontecimentos políticos internos daquele ente nacional.

A linha comercial se tornou mais complexa e prática com diversas iniciativas de aprofundamento da busca por investimentos e acordos comerciais. Percebeu-se amplo destaque para a abertura de negociações comerciais com países como Canadá, Colômbia, Coreia do Sul, Singapura. Além disso, as tentativas de acordo no EFTA seguiram sendo pauta central da PEB. Entretanto, o grande triunfo de Nunes foi conseguir finalizar acordo comercial com o Chile em 2018. Em paralelo, foram procurados acordos de investimentos nos vizinhos como a Guiana.

Por fim, o aspecto de segurança nas fronteiras se tornou mais prático a partir da criação de setor administrativo em todas as embaixadas sul-americanas para tratarem da temática. Também, foram finalizados acordos bilaterais com países limítrofes como a Bolívia para combater ilícitos transnacionais.

Na administração Bolsonaro, analisou-se o primeiro ano de Araújo (2019-) na condução do Itamaraty. Esse momento é fundamental para o trabalho, porque sustenta os elementos de continuidade percebidos entre Serra e Nunes.

Na linha de desideologização, articulou-se maior distanciamento da Venezuela através do não reconhecimento do governo Maduro. Para conseguir efetivar essa ação, o Chanceler se utilizou do espaço criado pelo seu antecessor, Nunes, o agrupamento de Lima.

No mesmo sentido, procurou manter o distanciamento da Nicarágua, utilizando-se de repetidas notas individuais de condenação aos acontecimentos políticos daquele país.

Na pauta comercial, o processo de captação de investimentos e acordos comerciais segue como axioma. As negociações comerciais em curso com Canadá, Coreia, Colômbia, Singapura e EFTA, seguem sendo heranças do período anterior, e também apostas do governo atual. Ademais, destaca-se o processo de pedido de adesão a OCDE, como propostas mantidas de Temer, com a mudança na estratégia em se apoiar no peso estadunidense na instituição, aliado especial brasileiro.

Para finalizar, no aspecto de segurança nas fronteiras, as ações ainda são tímidas e pouco efetivas, mas focadas em discursos oficiais, já que é uma plataforma de campanha eleitoral do presidente.

A continuidade dos governos, Temer e Bolsonaro, foi analisada em três programas específicos de Política Externa que não refletem a totalidade de toda a ação internacional brasileira. Assim, elementos de descontinuidade são perceptíveis em muitos eixos, mas não foi o objetivo central dessa monografia. Portanto, entende-se que as semelhanças estão nos essenciais princípios das duas administrações, sobretudo em enfatizar o necessário reposicionamento de parcerias bilaterais (menos países bolivarianos, mais países ocidentais), centralidade de esforços na pauta comercial (mais acordos comerciais e de investimentos) e combate ao crime organizado e aos crimes transnacionais através de segurança nas fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO comercial com o Chile. Publicado em 23 de Outubro de 2018. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,acordo-comercial-com-o-chile,70002558838>. Acesso em: 09/01/2019.

AIN/ACN. **Cuba no continuará participando en el Programa Más Médicos**. Publicado em 14 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.cuba.cu/salud/2018-11-14/cuba-no-continuara-participando-en-el-programa-mas-medicos/44333n>. Acesso em: 26/11/2018.

ALDEN, C; AREN, A. Foreign policy analysis: an overview. In: ALDEN, C; AREN, A. **Foreign Policy Analysis – New Approaches**. Second Edition. Londres: Routledge, 2017. p. 1- 19.

ALMEIDA, P. **Miséria da diplomacia – A destruição da diplomacia no Itamaraty**. Boa Vista: Editora UFRR, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39739154/Miseria_da_diplomacia_a_destruicao_da_inteligencia_no_Itamaraty_2019_?fbclid=IwAR3HafkVZ3tAq56EXwt8bVq-OPZFYX9v0kSb65VywzPbZfmGF-ELTW1ODzg. Acesso em: 14/07/2019.

AMORIM, C. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.

ARAÚJO, E. **Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2019**. Publicado em 03 de janeiro de 2019a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasil-2-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 08/01/2019.

ARAÚJO, E. **Opinião: Bolsonaro não foi eleito para deixar país igual, diz chanceler – Bloomberg, 7 de janeiro de 2019**. Publicado em 07 de janeiro de 2019b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/19917-opinioao-bolsonaro-nao-foi-eleito-para-deixar-pais-igual-diz-chanceler-bloomberg-7-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 09/01/2019.

AYRES, A. **O Twitter de Donald Trump: Análise do discurso à luz dos novos estudos de segurança internacional**. TCC (Monografia em Relações Internacionais), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

BERRINGER, T; FORLINI, L. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: Contradições no seio da burocracia interna brasileira. **Rev. Conj. Aust.**, Porto Alegre, v. 9, n. 48, out./dez. 2018, p. 5- 19. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/83713>. Acesso em: 24/08/2019.

BOLSONARO, J. **Plano de Governo - O Caminho da Prosperidade**. Brasília: TSE, 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 26/11/2018.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional – Brasília, 1º de janeiro de 2019**. Publicado em 01 de janeiro de 2019a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19887-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 08/01/2019.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial – Brasília, 1º de janeiro de 2019**. Publicado em 01 de janeiro de 2019b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19899-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 08/01/2019.

BOLSONARO, J. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2019: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura**. Brasília: Presidência da República, 2019c. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/mensagem-ao-congresso-2019/>. Acesso em: 06/02/2019.

BONIN, R. **Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope**. Publicado em 16/12/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 30/12/2018.

BRASIL. Constituição de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de out. de 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02/01/2019.

BRASIL. Lei nº 11. 440, de 29 de dezembro de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de dez. de 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11440.htm. Acesso em: 28/03/2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 86 de 17/03/2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de mar. de 2015. p. 1, col. 3. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540689&id=16431499&idBinario=16433464&mime=application/rtf>. Acesso em: 30/12/2018.

BRASIL. **Impeachment: o julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, SAJS, 2016a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/13/livro-sobre-o-processo-de-impeachment-esta-disponivel-em-formato-digital>. Acesso em: 05/01/2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de dez. de 2016b. p. 2, col. 2. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540698&id=14374770&idBinario=15655553&mime=application/rtfn>. Acesso em: 30/12/2018.

CAETANO, G; BURIAN, C; LUJÁN, C. El Brasil de Bolsonaro, las orientaciones posibles de la política exterior y el futuro del regionalismo en Suramérica. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 28, n. 1, jun. 2019, p. 95-130. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2019000100095. Acesso em: 20/06/2019.

CASARÕES, G; FLEMES, D. Brazil First, Climate Last: Bolsonaro's Foreign Policy. **GIGA Focus**, Latin America, n. 5, set./2019, p. 1-13. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/en/publication/brazil-first-climate-last-bolsonaros-foreign-policy>. Acesso em: 21/09/2019.

CERVO, A; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 5ª ed. rev. amp., - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CHATIN, M. Brésil: politique étrangère de Jair Bolsonaro. **Politique Étrangère**, Paris, 2019/2 (Été), p. 115-127. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mathilde_Chatin/publication/333457078_Bresil_la_politique_etrangere_de_Jair_Bolsonaro/links/5ceecf3392851c4dd01a57d4/Bresil-la-politique-etrangere-de-Jair-Bolsonaro.pdf. Acesso em: 16/06/2019.

COUTINHO, B. **O poder da internet sobre a candidatura de Bolsonaro nas eleições de 2018 e as consequências para as relações internacionais**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais), Centro Universitário Internacional (Uninter), Curitiba, 2018, p. 18. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/273>. Acesso em: 17/06/2019.

ECHAIDE, J. **Desideologización? La política exterior macrista desde una visión crítica del análisis económico del derecho**. In: CONGRESO DE RELACIONES INTERNACIONALES, 8., 2016, La Plata. **Anais...** La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016. p. 1-18.

FONTES, P; SANTOS, A. A diplomacia do twitter no governo Temer – Os primeiros apontamentos. **Rev. Conj. Aust.**, Porto Alegre, v. 8, n. 41, abr./mai. 2017, p. 106-121. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/71024>. Acesso em: 22/06/2019.

FREIRE, M.; VINHA, L. Capítulo 1- Política Externa: modelos, actores e dinâmicas. In: FREIRE, M. (Coord.). **Política Externa – As relações Internacionais em Mudança**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 13-53.

FRENKEL, A; AZZI, D. Cambio y ajuste: la política exterior de Argentina y Brasil en un mundo en transición (2015-2017). **Colombia Internacional**, n. 96, 2018, p. 177-207. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint96.2018.07>. Acesso em: 17/07/2019.

GABRIEL, J. P. N. et al. Bolsonaro, China and the indo-pacific: challenges in sight. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 10, 2019, p. 1-13. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/40103>. Acesso em: 24/08/2019.

GALINARI, T. A “Guinada à direita” e a nova política externa brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, 2019, p. 190-211. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20685>. Acesso em: 21/09/2019.

GRASSIANI, E; MÜLLER, F. Brazil-Israel Relations and Marketing of Urban Security Expertise. **Latin American Perspectives**, Issue 3, v. 20, n. 3, fev./2019, p. 1-17. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X19831442>. Acesso em: 25/03/2019.

GRIN, M; GHERMAN, M; CARACIKI, L. Beyon Jordan River's Waters: Evangelicals, Jews, na The Political Context in Contemporary Brazil. **International Journal of Latin American Religious**, n. 41603, 2019, p. 1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s41603-019-00078-y>. Acesso em: 22/06/2019.

GUERRA, A. et al. **Brasil 2016: recessão e golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/brasil-2016-recessao-e-golpe/>. Acesso em: 05/01/2016

HERMANN, C. Changing course: when government choose to redirect foreign policy?. **International Studies Quarterly**, n. 34, International Studies Association, 1990, p. 3-21.

HUDSON, V; VORE, C. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. **Mershon International Studies Review**, v. 39, n. 2, out./1995, p. 209-23. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/222751>. Acesso em: 26/03/2019.

JAKOBSEN, K. Capítulo 1. Marco Teórico de Análise de Política Externa. In: JAKOBSEN, K. **Análise de Política Externa Brasileira: continuidade, mudanças e rupturas no Governo Lula**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Universidade de São Paulo, 2016. p. 23-50. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-05102016-162031/pt-br.php>. Acesso em 01/01/2019.

JORNAIS repercutem a fala de Bolsonaro ao Correio sobre relações com Cuba. Publicado 02 de novembro de /2018. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/02/interna_politica,717220/jornais-repercutem-fala-bolsonaro-ao-correio-sobre-relacoes-com-cuba.shtml. Acesso em: 26/11/2018.

LIBÂNIO, G. Mr. Bolsonaro e os chineses: uma sugestão de interpretação. **Brazilian Keynesian Review**, v. 4, n. 2, 2nd Semestre/2018, p. 300-312. Disponível em: <http://www.braziliankeynesianreview.org/index.php/BKR/article/view/181>. Acesso em: 25/03/2019.

MACHADO, R; FREIXO, A (orgs.). **Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Rachel, 2019.

MALDONADO, F; ARRUDA, P. La política externa del gobierno de Temer y América Latina. **Revista Política Latinoamericana**, Buenos Aires, n. 3, jul./dez. 2016, p. 1-17. Disponível em: <http://politicalatinoamericana.org/revista/index.php/RPL/article/view/53>. Acesso em: 17/07/2019.

MENDES, P. A raiz e o fruto na análise da política externa. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 16, dez./ 2015, p. 129-144. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri16/RI16_10PEMendes.pdf. Acesso em: 10/02/2019.

MILANI, C; PINHEIRO, L. Política Externa Brasileira: Os desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, jan./jun. 2013, p. 11-41. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=622&sid=116>. Acesso em: 31/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 176 - Manifestações sobre a situação interna do Brasil**. Publicado em 13 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14023-manifestacoes-sobre-a-situacao-interna-no-brasil>. Acesso em: 05/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 193 - Participação do Ministro José Serra nas reuniões ministeriais da OCDE e da OMC**. Publicado em 28 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14098-participacao-do-ministro-jose-serra-nas-reunioes-ministeriais-da-ocde-e-da-omc>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 202 - Missão do Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos ao Irã – 10 a 13 de junho de 2016**. Publicado em 04 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14141-missao-do-diretor-do-departamento-de-promocao-comercial-e-investimentos-ao-ira-10-a-13-de-junho>. Acesso em: 07/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 204 – Situação na Venezuela**. Publicado em 06 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14145-situacao-na-venezuela-2>. Acesso em: 05/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 213 – Incidente na Venezuela**. Publicado em 09 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14201-incidente-na-venezuela>. Acesso em: 05/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 216 – Comunicado Conjunto dos Chanceleres de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai sobre a situação na Venezuela**. Publicado em 12 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14209-comunicado-conjunto>. Acesso em: 05/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 248 - IV Reunião Negociadora para a Ampliação e Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE 53) entre o Brasil e o México – Brasília, 7 de julho de 2016**. Publicado em 7 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14391-iv-reuniao-negociadora-para-a-ampliacao-e-aprofundamento-do-acordo-de-complementacao-economica-n-53-ace-53-entre-o-brasil-e-o-mexico-brasilia-7-de-julho-de-2016>. Acesso em: 07/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 271 - Visita do ministro José Serra ao México – Cidade do México, 25 de julho de 2016.** Publicado em 22 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14487-visita-do-ministro-jose-serra-ao-mexico-cidade-do-mexico-25-de-julho-de-2016>. Acesso em: 07/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 290 – Comunicado Conjunto de estados-membros da OEA sobre os acontecimentos recentes na República Bolivariana da Venezuela.** Publicado em 11 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14578-comunicado-conjunto-de-estados-membros-da-oea-sobre-os-acontecimentos-recentes-na-republica-bolivariana-da-venezuela>. Acesso em: 05/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 296 – Estado da Implementação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.** Publicado em 13 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14596-estado-da-implementacao-do-protocolo-de-adesao-da-venezuela-ao-mercosul>. Acesso em: 05/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 337 - Aprovação da "Declaração Relativa ao Funcionamento do Mercosul e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela".** Publicado em 13 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14727-aprovacao-da-declaracao-relativa-ao-funcionamento-do-mercosul-e-ao-protocolo-de-adesao-da-republica-bolivariana-da-venezuela>. Acesso em: 05/01/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 348 - Reunião dos Chanceleres dos países do G4 – Brasil, Alemanha, Índia e Japão – sobre a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas – Declaração conjunta à imprensa – Nova York, 21 de setembro de 2016.** Publicado em 21 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14766-reuniao-dos-chanceleres-dos-paises-do-g4-brasil-alemanha-india-e-japao-sobre-a-reforma-do-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas-declaracao-conjunta-a-imprensa-nova-york-21-de-setembro-de-2016>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 453 - Viagem do ministro José Serra à Espanha – Madri, 21 a 23 de novembro de 2016.** Publicado em 18 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15281-viagem-do-ministro-jose-serra-a-espanha-madri-21-a-23-de-novembro-de-2016>. Acesso em: 12/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 457 - Comunicado de Imprensa dos Ministros de Assuntos Exteriores e de Cooperação do Reino da Espanha e das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.** Publicado em 23 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15293-comunicado-de-imprensa-dos-ministros-de-assuntos-exteriores-e-de-cooperacao-do-reino-da-espanha-e-das-relacoes-exteriores-da-republica-federativa-do-brasil>. Acesso em: 12/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 400 - 10ª Rodada de negociações Mercosul-UE – Comunicado Conjunto dos países do Mercosul e da União Europeia – 10 a 14 de outubro de 2016.** Publicado em 15 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14929-10-rodada-de-negociacoes-mercosul-ue-comunicado-conjunto-dos-paises-do-mercosul-e-da-uniao-europeia-10-a-14-de-outubro-de-2016>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 408 - Visita do Presidente da República ao Japão – Tóquio, 18 e 19 de outubro de 2016 – Ato assinado.** Publicado em 20 de Outubro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14988-visita-do-presidente-da-republica-ao-japao-toquio-18-e-19-de-outubro-de-2016-ato-assinado>. Acesso em: 07/01/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 412 - Comunicado conjunto de Estados Membros da OEA sobre os acontecimentos recentes na República Bolivariana da Venezuela.** Publicado em 22 de Outubro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15017-comunicado-conjunto-dos-estados-membros-da-oea-sobre-os-acontecimentos-recentes-na-republica-bolivariana-da-venezuela>. Acesso em: 05/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 422 - Eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.** Publicado em 28 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15070-eleicao-do-brasil-para-o-conselho-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 448 – Reunião ministerial do Cone Sul sobre segurança nas fronteiras.** Publicado em 15 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15237-reuniao-ministerial-do-cone-sul-sobre-seguranca-nas-fronteiras>. Acesso em: 12/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 449 – Declaração de Brasília – Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras – Brasília, 16 de novembro de 2016.** Publicado em 16 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15247-declaracao-de-brasilia-reuniao-ministerial-do-cone-sul-sobre-seguranca-nas-fronteiras-brasilia-16-de-novembro-de-2016>. Acesso em: 12/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 20 - Reunião ministerial entre os países do Mercosul e da Associação Europeia de Livre Comércio – EFTA. Publicado 19 de janeiro de 2017.** Publicado em 19 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15636-reuniao-ministerial-entre-os-paises-do-mercosul-e-da-associacao-europeia-de-livre-comercio-efta>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 35 – Visita de Estado do Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil – Brasília, 7 de fevereiro de 2017.** Publicado em 06 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15700-visitada-de-estado-do-presidente-da-republica-argentina-mauricio-macri-ao-brasil-brasilia-7-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 12/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 36 - Declaração conjunta presidencial por ocasião da visita de Estado do Presidente Mauricio Macri a Brasília – 7 de fevereiro de 2017.** Publicado em 07 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15709-declaracao-conjunta-presidencial-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-mauricio-macri-a-brasilia-7-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 12/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 37 – Atos assinados por ocasião da visita de Estado do Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil – Brasília, 7 de fevereiro de 2017.** Publicado em 07 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15713-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-da-republica-argentina-mauricio-macri-ao-brasil-brasilia-7-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 12/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 50 - Visita da Ministra da Segurança da República Argentina, Patricia Bullrich, ao Brasil – Brasília e São Paulo, 16 e 17 de fevereiro de 2017.** Publicado em 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15763-visita-da-ministra-da-seguranca-da-republica-argentina-patricia-bullrich-ao-brasil-brasilia-e-sao-paulo-16-e-17-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 12/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 69 - Lançamento do novo portal da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior – SE-CAMEX.** Publicado em 09 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15848-lancamento-do-novo-portal-da-secretaria-executiva-da-camara-de-comercio-exterior-se-camex>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 87 - Comitê Nacional de Investimentos.** Publicado em 22 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15943-comite-nacional-de-investimentos>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 91 - Declaração sobre a Venezuela.** Publicado em 23 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15957-declaracao-sobre-a-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 95 Visita ao Brasil do Ministro de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa – Brasília, 29 de março de 2017.** Publicado em 27 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15985-visita-ao-brasil-do-ministro-de-relacoes-exterores-da-republica-oriental-do-uruguai-rodolfo-nin-novoa-brasilia-29-de-marco-de-2017>. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 98 - Sentenças do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela.** Publicado em 30 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16001-sentencas-do-tribunal-superior-de-justica-da-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 101 - Comunicado conjunto sobre a situação na Venezuela.** Publicado em 31 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16011-comunicado-sobre-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 104 - Declaração dos Estados Partes do Mercosul sobre a República Bolivariana da Venezuela – Buenos Aires, 1 de abril de 2017.** Publicado em 01 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16021-declaracao-dos-estados-partes-do-mercosul-sobre-a-republica-bolivariana-da-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 112 - Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul (PCFI).** Publicado em 07 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16067-protocolo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-do-mercosul-pcfi>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 118 - Cassação de direitos do governador de Miranda (Venezuela).** Publicado em 07 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16076-inabilitacao-do-governador-de-miranda-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 125 - Comunicado sobre a Venezuela.** Publicado em 17 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16124-comunicado-sobre-a-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 129 - Violência na Venezuela.** Publicado em 20 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16158-violencia-na-venezuela>. Acesso em: 17/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 130 - Comunicado sobre a Venezuela.** Publicado em 21 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16152-20170421>. Acesso em: 17/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 141 - Comunicado sobre a Venezuela.** Publicado em 30 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16211-comunicado-sobre-a-venezuela-1>. Acesso em: 17/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 144 - Comunicado sobre a situação na Venezuela.** Publicado em 04 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16229-comunicado-sobre-a-situacao-na-venezuela>. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 165 - 29ª Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores da OEA – Washington, 31 de maio de 2017.** Publicado em 29 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt->

BR/notas-a-imprensa/16356-29-reuniao-de-consultas-de-ministros-das-relacoes-exteriores-da-oea-washington-31-de-maio-de-2017. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 177 - Agressão policial contra manifestações pacíficas na Venezuela.** Publicado em 06 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16428-agressao-policial-contr-manifestacoes-pacificas-na-venezuela>. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 186 – VI Reunião Negociadora para a Ampliação e o Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53) Brasil e México – Brasília, 12 a 14 de junho de 2017.** Publicado em 14 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16563-vi-reuniao-negociadora-para-a-ampliacao-e-o-aprofundamento-do-acordo-de-complementacao-economica-n-53-ace-53-brasil-e-mexico-brasilia-12-a-14-de-junho-de-2017>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 193 - 1ª Rodada de Negociações entre os estados da EFTA e do MERCOSUL sobre um Acordo de Livre Comércio.** Publicado em 16 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16580-1-rodada-de-negociacoes-entre-os-estados-da-efta-e-do-mercosul-sobre-um-acordo-de-livre-comercio>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 199 - Comunicado conjunto dos países afins sobre os resultados da XXIX reunião de consulta de ministros das Relações Exteriores da OEA.** Publicado em 20 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16609-comunicado-conjunto-dos-paises-afins-sobre-os-resultados-da-xxix-reuniao-de-consulta-de-ministros-das-relacoes-exteriores-da-oea>. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 211 – Situação na Venezuela.** Publicado em 28 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16710-venezuela-situacao>. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 214 – Comunicado dos países do Mercosul sobre Venezuela.** Publicado em 05 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16710-venezuela-situacao>. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 222 - Conversão da condenação de Leopoldo López em prisão domiciliar.** Publicado em 09 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16801-conversao-da-condenacao-de-leopoldo-lopez-em-prisao-domiciliar>. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 226 Visita do ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, embaixador Jorge Faurie, ao Brasil – Brasília, 14 de julho de 2017.** Publicado em 12 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16827-visita-do-ministro-das-relacoes>

exteriores-e-culto-da-republica-argentina-embaixador-jorge-faurie-ao-brasil-brasilia-14-de-julho-de-2017. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 239 – Novo Acordo de Complementação Econômica entre os países signatários do Tratado de Assunção e a Colômbia.** Publicado em 21 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16894-novo-acordo-de-complementacao-economica-entre-os-paises-signatarios-do-tratado-de-assuncao-e-a-colombia>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 242 – Declaração sobre a situação na República Bolivariana da Venezuela.** Publicado em 21 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16903-declaracao-sobre-a-situacao-na-republica-bolivariana-da-venezuela>. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 253 – Reunião de chanceleres do Mercosul.** Publicado em 04 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17039-reuniao-de-chanceleres-do-mercosul>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 255 – Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul.** Publicado em 05 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 256 – Destituição da procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega.** Publicado em 06 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17053-destituicao-da-procuradora-geral-da-venezuela-luisa-ortega>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 259 – Declaração de Lima.** Publicado em 08 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 262 – Venezuela: o Mercosul rejeita o uso da força para restabelecer a ordem democrática.** Publicado em 12 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17155-venezuela-o-mercosul-rejeita-o-uso-da-forca-para-restabelecer-a-ordem-democratica>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 272 Visita de Estado ao Brasil do presidente da República do Paraguai, Horacio Cartes – Brasília, 21 de agosto de 2017.** Publicado em 18 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17211-visita-de-estado-ao-brasil-do-presidente-da-republica-do-paraguai-horacio-cartes-brasilia-21-de-agosto-de-2017>. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 274 – Usurpação das atribuições do Legislativo na Venezuela.** Publicado em 18 de agosto de 2017. Disponível

em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17219-usurpacao-de-atribuicoes-do-legislativo-na-venezuela>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 276 – Comunicado do Grupo de Lima sobre a usurpação das competências funcionais da Assembleia Nacional da Venezuela.** Publicado em 18 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17223-comunicado-del-grupo-de-lima-sobre-la-usurpacion-de-las-competencias-funcionales-de-la-asamblea-nacional-de-venezuela>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 279 Comunicado Conjunto por ocasião da Visita de Estado do Presidente Horacio Cartes ao Brasil.** Publicado em 21 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17238-comunicado-conjunto-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-horacio-cartes-ao-brasil>. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 294 – VII Reunião Negociadora para a Ampliação e o Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 53 (ACE-53) Brasil-México – Cidade do México, 29 a 31 de agosto de 2017.** Publicado em 01 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17369-vii-reuniao-negociadora-para-a-ampliacao-e-o-aprofundamento-do-acordo-de-complementacao-economica-n-53-ace-53-brasil-e-mexico-cidade-do-mexico-29-a-31-de-agosto-de-2017>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 324 – Declaração da segunda reunião do Grupo de Lima sobre a situação na Venezuela – Nova York, 20 de setembro de 2017.** Publicado em 23 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17482-declaracao-da-segunda-reuniao-do-grupo-de-lima-sobre-a-situacao-na-venezuela-nova-york-20-de-setembro-de-2017>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 331 – Comunicado do Grupo de Lima sobre as eleições regionais na Venezuela – Brasília, 5 de outubro de 2017.** Publicado em 05 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17536-comunicado-do-grupo-de-lima-sobre-as-eleicoes-regionais-na-venezuela-brasilia-5-de-outubro-de-2017>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 337 - Declaração conjunta sobre um possível acordo abrangente de livre comércio entre os estados-membros do Mercosul e o Canadá.** Publicado em 9 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17559-declaracao-conjunta-sobre-um-possivel-acordo-abrangente-de-livre-comercio-entre-os-estados-membros-do-mercosul-e-o-canada>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 347 – Comunicado do Grupo de Lima sobre a realização das eleições regionais na Venezuela.** Publicado em 17 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17625-comunicado-do-grupo-de-lima-sobre-a-realizacao-das-eleicoes-regionais-na-venezuela>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 356 – Declaração da terceira reunião do Grupo de Lima sobre a situação na Venezuela.** Publicado em 26 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17704-nota-356-declaracao-da-terceira-reuniao-do-grupo-de-lima-sobre-a-situacao-na-venezuela>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 367 – Comunicado do Grupo de Lima.** Publicado em 04 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17771-comunicado-do-grupo-de-lima>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 389 – VIII Reunião Negociadora para Ampliação do Acordo de Complementação Econômica N° 53 (ACE-53) entre o Brasil e o México.** Publicado em 20 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17904-viii-reuniao-negociadora-para-ampliacao-do-acordo-de-complementacao-economica-n-53-ace-53-entre-o-brasil-e-o-mexico>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 398 Visita do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales – 27 de novembro de 2017.** Publicado em 24 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17949-visita-do-presidente-do-estado-plurinacional-da-bolivia-evo-morales-27-de-novembro-de-2017>. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 406 Atos assinados por ocasião da visita do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales.** Publicado em 05 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17996-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-presidente-do-estado-plurinacional-da-bolivia-evo-morales>. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 421 – Situação na Venezuela – Dissolução dos governos municipais de Caracas e Alto Apure.** Publicado em 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18109-situacao-na-venezuela-dissolucao-dos-governos-municipais-de-caracas-e-alto-apure>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 423 – Nota à imprensa.** Publicado em 23 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18113-nota-a-imprensa-venezuela>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 12 - IV Declaração do Grupo de Lima.** Publicado em 23 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18196-iv-declaracao-do-grupo-de-lima>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 19 - Situação na Venezuela.** Publicado em 06 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18244-situacao-na-venezuela-2018>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 24 - Declaração do Grupo de Lima.** Publicado em 14 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18268-declaracao-do-grupo-de-lima>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 52 - Reunião dos ministros dos Estados Partes do Mercosul e o ministro de Comércio Internacional do Canadá, François-Philippe Champagne – Assunção, 9 de março de 2018.** Publicada em 09 de março de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18421-reuniao-dos-ministros-dos-estados-partes-do-mercosul-e-o-ministro-de-comercio-internacional-do-canada-francois-philippe-champagne-assuncao-9-de-marco-de-2018>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 83 - Comunicado do Grupo de Lima.** Publicado em 07 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18604-comunicado-do-grupo-de-lima-7-de-abril-de-2019>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 98 - Declaração sobre a situação na Venezuela adotada na VIII Cúpula das Américas – Lima, 14 de abril de 2018.** Publicado em 14 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18659-declaracao>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 112 - Situação de violência na Nicarágua.** Publicado em 23 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18715-situacao-de-violencia-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 119 – Documentos adotados por ocasião da visita de Estado do presidente do Chile, Sebastián Piñera – Brasília, 27 de abril de 2018.** Publicado em 29 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18748-documentos-adotados-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-do-chile-sebastian-pinera-brasilia-27-de-abril-de-2018#DC1>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 138 Cooperação em segurança e defesa na América do Sul.** Publicado em 07 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18795-cooperacao-em-seguranca-e-defesa-na-america-do-sul>. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 147 - Comunicado do Grupo de Lima.** Publicado em 14 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18847-comunicado-do-grupo-de-lima-2>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 157 - Comunicado do Grupo de Lima.** Publicado em 18 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18898-comunicado-do-grupo-de-lima-3>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 158 - Eleições na Venezuela.** Publicado em 21 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18899-eleicoes-na-venezuela-2>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 159 - Declaração do Grupo de Lima.** Publicado em 21 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18900-declaracao-do-grupo-de-lima-2>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 163 – Lançamento das negociações de um Acordo de Comércio entre o Mercosul e a República da Coreia – 25 de maio de 2018.** Publicado em 21 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18932-lancamento-das-negociacoes-de-um-acordo-de-comercio-entre-o-mercosul-e-a-republica-da-coreia-25-de-maio-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 166 - Situação na Nicarágua.** Publicado em 28 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18946-situacao-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 167 – Declaração conjunta por ocasião do lançamento das negociações para um acordo de comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados Membros do Mercosul, e a Coreia do Sul.** Publicado em 28 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18948-declaracao-conjunta-por-ocasio-do-lancamento-das-negociacoes-para-um-acordo-de-comercio-entre-a-republica-argentina-a-republica-federativa-do-brasil-a-republica-do-paraguai-e-a-republica-e-a-republica-oriental-do-uruguai-os-estados-membros-do-mercosul-e-a-republica-da-coreia-seul-25-de-maio-de-2108>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 167 - Declaração conjunta por ocasião do lançamento das negociações para um acordo de comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados Membros do Mercosul, e a Coreia do Sul.** Publicada em 28 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18948-declaracao-conjunta-por-ocasio-do-lancamento-das-negociacoes-para-um-acordo-de-comercio-entre-a-republica-argentina-a-republica-federativa-do-brasil-a-republica-do-paraguai-e-a-republica-e-a-republica-oriental-do-uruguai-os-estados-membros-do-mercosul-e-a-republica-da-coreia-seul-25-de-maio-de-2108>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 174 - Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos – Washington, Estados Unidos, 4 e 5 de junho de 2018.** Publicado em 04 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19059-assedio-do-governo-de-nicolas-maduro-a-oposicao-venezuelana>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 183 – I Rodada Negociadora do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile – Brasília, 6 a 8 de junho de 2018.** Publicado em 08 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt->

BR/notas-a-imprensa/19004-i-rodada-negociadora-do-acordo-de-livre-comercio-brasil-chile-brasil-6-a-8-de-junho-de-2018. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 184 - Situação na Nicarágua.** Publicado em 08 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19005-situacao-na-nicaragua-2>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 202 - Comunicado dos Estados Partes do MERCOSUL sobre a Situação Humanitária e Migratória na Venezuela – Assunção, 18 de junho de 2018.** Publicado em 18 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19042-comunicado-dos-estados-partes-do-mercosul-sobre-a-situacao-humanitaria-e-migratoria-na-venezuela-assuncao-18-de-junho-de-2018>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 203 - Comunicado dos Estados Partes do MERCOSUL sobre fatos de violência na Nicarágua – 18 de junho de 2018.** Publicado em 18 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19045-comunicado-de-estados-partes-do-mercosul-sobre-fatos-de-violencia-na-nicaragua-18-de-junho-de-2018>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 209 - Assédio do governo de Nicolás Maduro à oposição venezuelana.** Publicado em 20 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19059-assedio-do-governo-de-nicolas-maduro-a-oposicao-venezuelana>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 214 - I Reunião com adidos brasileiros na América do Sul sobre segurança nas fronteiras.** Publicado em 21 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19078-i-reuniao-com-adidos-brasileiros-na-america-do-sul-sobre-seguranca-nas-fronteiras>. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 242 – Situação na Nicarágua.** Publicado em 15 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19158-situacao-na-nicaragua-julho>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 245 – Declaração Especial sobre a situação na República da Nicarágua.** Publicado em 16 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19164-declaracao-especial-sobre-a-situacao-na-republica-da-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 250 - Lançamento das negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a República de Singapura.** Publicado em 23 de julho de 2018. Disponível: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19181-lancamento-das-negociacoes-do-acordo-de-livre-comercio-entre-o-mercosul-e-a-republica-de-singapura>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 252 – Morte de cidadã brasileira na Nicarágua.** Publicado em 24 de julho de 2018. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19185-morte-de-cidada-brasileira-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 255 – Chamada para consultas do embaixador do Brasil na Nicarágua**. Publicado em 24 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19188-chamada-para-consultas-do-embaixador-do-brasil-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 256 – Declaração entre os estados partes do acordo marco da Aliança do Pacífico e os estados partes do Mercosul signatários do Tratado de Assunção**. Publicado em 24 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19186-atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-presidente-michel-temer-a-puerto-vallarta-mexico-cupula-mercosul-alianca-do-pacifico>. Acesso em: 28/12/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 275 - Parlamentares Venezuelanos**. Publicado em 10 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19277-parlamentares-venezuelanos>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 277 - Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 13 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19280-declaracao-do-grupo-de-lima-3>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 280 – II Rodada Negociadora do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile – Santiago, 7 a 10 de agosto de 2018**. Publicado em 13 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19289-ii-rodada-negociadora-do-acordo-de-livre-comercio-brasil-chile-santiago-7-a-10-de-agosto-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 287 Visita do ministro das Relações Exteriores e Mobilidade Humana do Equador, José Valencia, ao Brasil – Brasília, 17 de agosto de 2018**. Publicado em 16 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19316-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-e-mobilidade-humana-do-equador-jose-valencia-ao-brasil-brasilia-17-de-agosto-de-2018>. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 290 Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Bolívia – La Paz, 20 de agosto de 2018**. Publicado em 17 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19324-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-alloysio-nunes-ferreira-a-bolivia-la-paz-20-de-agosto-de-2018>. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 302 – Adesão do Brasil a novos instrumentos da OCDE**. Publicado em 06 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17401-adesao-do-brasil-a-novos-instrumentos-da-ocde>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota – 310 Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores da República do Paraguai, Luis Alberto Castiglioni – Brasília, 11 de setembro de 2018.** Publicado em 10 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19471-visita-ao-brasil-do-ministro-de-relacoes-exteriores-da-republica-do-paraguai-luis-alberto-castiglioni-brasilia-11-de-setembro-de-2018>. Acesso em: 22/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 315 – Reunião Ministerial sobre Comércio e Investimentos do G20 – Mar del Plata, 14 de setembro de 2018.** Publicado em 13 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19481-reuniao-ministerial-sobre-comercio-e-investimentos-do-g20-mar-del-plata-14-de-setembro-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 319 – III Rodada de Negociações do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile – Brasília, 12 a 14 de setembro de 2018.** Publicado em 14 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19505-iii-rodada-de-negociacoes-do-acordo-de-livre-comercio-brasil-chile-brasilia-12-a-14-de-setembro-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 320 - Declaração do Grupo de Lima.** Publicado em 15 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19506-declaracao-do-grupo-de-lima-setembro2018>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 349 - Falecimento do vereador venezuelano Fernando Albán.** Publicado em 09 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19611-falecimento-do-vereador-venezuelano-fernando-alban>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 351 - Comunicado dos ministros de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação do Reino da Espanha e das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil – Madrid, 11 de outubro de 2018.** Publicado em 11 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19622-comunicado-dos-ministros-de-assuntos-exteriores-uniao-europeia-e-cooperacao-do-reino-da-espanha-e-das-relacoes-exteriores-da-republica-federativa-do-brasil-madrid-11-de-outubro-de-2018>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 355 – Comunicado dos Chanceleres dos Países do Mercosul sobre os novos episódios de violência registrados na Nicarágua.** Publicado em 15 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19639-comunicado-dos-chanceleres-dos-paises-do-mercosul-frente-aos-novos-episodios-de-violencia-registrados-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 360 – Conclusão das Negociações do Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile – Santiago, 16 a 19 de outubro de 2018.** Publicado em 20 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19656-conclusao-das-negociacoes-do>

acordo-de-livre-comercio-entre-o-brasil-e-o-chile-santiago-16-a-19-de-outubro-de-2018.
Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 378 – Consultas com o México sobre acordos de complementação econômica.** Publicado em 12 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19726-consultas-com-o-mexico-sobre-acordos-de-complementacao-economica>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 389 - Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile [Declaração à imprensa].** Publicado em 21 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19769-acordo-de-livre-comercio-brasil-chile>. Acesso em: 27/11/2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 400 – IV Rodada de Negociações Mercosul-Canadá.** Publicado em 05 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19810-iv-rodada-de-negociacoes-mercosul-canada>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 412 - Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Guiana – 13 de dezembro de 2018.** Publicado em 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19836-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-brasil-guiana-13-de-dezembro-de-2018>. Acesso em: 08/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 417 – Situação na Nicarágua.** Publicado em 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19857-situacao-na-nicaragua-3>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 423 – Comunicado do Grupo de Trabalho sobre a Nicarágua do Conselho Permanente da OEA.** Publicado em 21 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19870-grupo-de-trabalho-condena-a-decisao-do-governo-da-nicaragua-de-suspender-a-presenca-de-mecanismos-da-cidh-na-nicaragua>. Acesso em: 07/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 1 - Declaração do Grupo de Lima.** Publicado em 04 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19913-declaracao-do-grupo-de-lima-4>. Acesso em: 08/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 2 – Situação na Venezuela.** Publicado em 10 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19942-situacao-na-venezuela-4>. Acesso em: 12/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 4 – Evolução da situação na Venezuela.** Publicado em 11 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19947-evolucao-da-situacao-na-venezuela>. Acesso em: 12/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 5 – Diferendo Venezuela-Guiana**. Publicado em 12 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19948-diferendo-venezuela-guiana>. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 7 – Declaração do Grupo de Lima 2/2019**. Publicado em 13 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19950-declaracao-do-grupo-de-lima-2-2019>. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 15 – Reunião com forças políticas democráticas venezuelanas**. Publicado em 17 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19970-reuniao-com-forcas-politicas-venezuelanas>. Acesso em: 21/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 20 – Nota à imprensa**. Publicado em 23 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19993-nota-a-imprensa-venezuela-guaido>. Acesso em: 23/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 22 – Declaração do Grupo de Lima - 003-19**. Publicado em 25 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19997-declaracao-do-grupo-de-lima-003-19>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 33 – Declaração do Grupo de Lima – 4 de fevereiro de 2019**. Publicado em 04 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20031-declaracao-do-grupo-de-lima-4-de-fevereiro-de-2019>. Acesso em: 06/02/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 36 – Encontro do Ministro de Estado das Relações Exteriores com a Representante Diplomática da Venezuela no Brasil – 11 de fevereiro de 2019**. Publicado em 11 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20055-encontro-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-com-a-representante-diplomatica-da-venezuela-no-brasil-11-de-fevereiro-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 42 – Entrevista coletiva do Ministro Ernesto Araújo – Pacaraima, 23 de fevereiro de 2019**. Publicado em 23 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20086-entrevista-coletiva-do-ministro-ernesto-araujo-pacaraima-23-de-fevereiro-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 45 – Declaração do Grupo de Lima em apoio ao processo de transição democrática e à reconstrução da Venezuela – Bogotá, 25 de fevereiro de 2019**. Publicado em 27 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20097-declaracao-do-grupo-de-lima-em-apoio-ao-processo-de-transicao-democratica-e-a-reconstrucao-da-venezuela-bogota-25-de-fevereiro-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 50 – Retorno à Venezuela do Presidente Encarregado Juan Guaidó**. Publicado em 02 de março de 2019. Disponível

em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20112-retorno-a-venezuela-do-presidente-encarregado-juan-guaido>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 53 – Situação na Venezuela – Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 10 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20124-comunicado-do-grupo-de-lima-4>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 55 - Visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez – 12 de março de 2019**. Publicado em 11 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20130-visita-ao-brasil-do-presidente-da-republica-do-paraguai-mario-abdo-benitez-12-de-marco-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 59 - Declaração presidencial conjunta por ocasião da visita ao Brasil do presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez – Brasília, 12 de março de 2019**. Publicado em 12 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20145-declaracao-presidencial-conjunta-por-ocasio-da-visita-ao-brasil-do-presidente-da-republica-do-paraguai-mario-abdo-benitez-brasilia-12-de-marco-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 67 – Aprovação do nome do representante da Venezuela no BID e na CII indicado pelo Presidente Encarregado Juan Guaidó**. Publicado em 16 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20172-aprovacao-do-nome-do-representante-da-venezuela-no-bid-e-na-cii-indicado-pelo-presidente-encarregado-juan-guaido>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 68 - Entrada em vigor do livre comércio para automóveis entre Brasil e México - nota conjunta à imprensa do Ministério da Economia e do Ministério das Relações Exteriores**. Publicado em 19 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20182-nota-conjunta-a-imprensa-do-ministerio-da-economia-e-do-ministerio-das-relacoes-exteriores>. Acesso em: 22/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 71 – Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 21 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20192-comunicado-grupo-lima>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 75 - Visita do secretário-geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, ao Peru – Lima, 26 de março de 2019**. Publicado em 25 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20205-visita-do-secretario-geral-das-relacoes-exteriores-otavio-brandelli-ao-peru-lima-26-de-marco-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 81 – Declaração Conjunta por ocasião da Visita Oficial a Israel de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro – 31 de março de 2019**. Publicado em 31 de março de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20235-visita>

oficial-a-israel-de-sua-excelencia-o-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-jair-bolsonaro. Acesso em: 27/08/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 89 – Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 15 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20293-declaracao-do-grupo-de-lima-vnz>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 93 – Crise na Nicarágua**. Publicado em 16 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20299-crise-na-nicaragua>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 107 – Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 30 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20346-declgrupolimaabr19>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 110 – Declaração do Grupo de Lima – 3 de maio de 2019**. Publicado em 03 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20353-declaracion-del-grupo-de-lima-3-de-mayo-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 123 – Comunicado do Grupo de Lima**. Publicado em 09 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20374-comunicado-do-grupo-de-lima-5>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 142 - Governo dos EUA reitera apoio ao ingresso do Brasil na OCDE**. Publicado em 24 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20439-governo-dos-eua-reitera-apoio-ao-ingresso-do-brasil-na-ocde>. Acesso em: 22/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 147 – Apoio à transição democrática venezuelana**. Publicado em 30 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20464-apoio-a-transicao-democratica-venezuelana>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 150 – Declaração da XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima – Guatemala, 6 de junho de 2019**. Publicado em 06 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20482-declaracao-da-xiv-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-grupo-de-lima-guatemala-6-de-junho-de-2019-em-espanhol>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 151 - Declaração Conjunta Presidencial por ocasião da visita de Estado do Presidente Jair Bolsonaro a Buenos Aires**. Publicado em 06 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20484-declaracao-conjunta-presidencial-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-jair-bolsonaro-a-buenos-aires>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 152 - Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa**

– **Brasília, 7 de junho de 2019.** Publicado em 06 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20487-visita-ao-brasil-do-ministro-das-relacoes-exteriores-da-republica-oriental-do-uruguai-rodolfo-nin-novoa-brasilia-7-de-junho-de-2019>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 153 - Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia sobre as negociações comerciais com o México.** Publicado em 07 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20494-nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-do-ministerio-da-economia-sobre-as-negociacoes-comerciais-com-o-mexico>. Acesso em: 22/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 173 – Declaração dos Membros do Grupo de Lima – Osaka, Japão.** Publicado em 30 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20565-declaracao-dos-membros-do-grupo-de-lima-osaka-japao>. Acesso em: 18/08/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 174 – Nota do Grupo de Lima.** Publicado em 30 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20570-nota-do-grupo-de-lima-30-6-2019>. Acesso em: 18/08/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 191 – Declaração da XV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima [português].** Publicado em 23 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20663-declaracao-da-xv-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-grupo-de-lima-portugues>. Acesso em: 18/08/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 201 – Fim do diálogo com a oposição e limitações a manifestações pacíficas na Nicarágua.** Publicado em 30 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20686-fim-do-dialogo-com-a-oposicao-e-limitacoes-a-manifestacoes-pacificas-na-nicaragua>. Acesso em: 18/08/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 215 – Comunicado do Grupo de Lima.** Publicado em 15 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20719-comunicado-do-grupo-de-lima-15ag19>. Acesso em: 18/08/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 219 - Conclusão das Negociações do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a EFTA – Nota Conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Publicado em 23 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20731-conclusao-das-negociacoes-do-acordo-de-livre-comercio-entre-o-mercosul-e-a-efta-nota-conjunta-dos-ministerios-das-relacoes-exteriores-da-economia-e-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento>. Acesso em: 24/08/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 223 – Comunicado do Grupo de Lima.** Publicado em 29 de agosto de 2019. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20745-comunicado-do-grupo-de-lima-7>. Acesso em: 22/09/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 227 - Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República do Chile, Teodoro Ribera – Brasília, 5 de setembro de 2019**. Publicado em 04 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20784-visita-ao-brasil-do-ministro-das-relacoes-exteriores-da-republica-do-chile-teodoro-ribera-brasilia-5-de-setembro-de-2019>. Acesso em: 22/09/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 233 - Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Antonio Rivas Palacios – Brasília, 9 de setembro de 2019**. Publicado em 06 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20812-visita-ao-brasil-do-ministro-de-relacoes-exteriores-do-paraguai-antonio-rivas-palacios>. Acesso em: 22/09/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 237 – Proibição de entrada da Comissão da OEA sobre a Nicarágua**. Publicado em 17 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20871-proibicao-de-entrada-da-comissao-da-oea-sobre-a-nicaragua-2>. Acesso em: 22/09/2019.

NEPOMUCENO, D. **O Brasil, a resolução de conflito e a interdependência entre segurança e desenvolvimento: a “visão brasileira” como contraproposta à “visão tradicional”**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- RJ), Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro. p. 128.

NERY, T. A política externa brasileira, as coalizões de poder e a UNSAUL: a ascensão e desconstrução da América do Sul como bloco geopolítico. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, jul./dez. 2018, p. 250-264. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/35792>. Acesso em: 20/09/2019.

NIÑO, E. A. L. Questão de segurança ou de direitos humanos? A imigração venezuelana e as mudanças na Política Externa Brasileira. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan./jun. 2018, p. 122-137. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/36049>. Acesso em: 25/08/2019.

NUNES, R; RODRIGUEZ, V. A Política Externa Brasileira de Temer-Serra: retração política e subordinação econômica. **Bol. Conj. Nerint**, Porto Alegre, v.1, n. 4, jan./2017, p. 1-91. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/03/POR-Nunes-Rodriguez.pdf>. Acesso em: 28/12/2018.

NUNES, A. **Texto-base para o discurso de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira – Palácio Itamaraty, 7 de março de 2017**. Publicado em 07 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15829-texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-aloyisio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017>. Acesso em: 13/01/2019.

OLIVEIRA, F; PENNAFORTE, C; MARTINS, M. Da crise de governabilidade à crise de legitimidade: os impactos da crise política sobre a política externa brasileira. **REB. Revista de Estudos Brasileños**, v. 5, n. 9, Primer Semestre 2018, p. 148-160. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/144462/138812>. Acesso em: 29/12/2018.

OLIVEIRA, C. A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 17, n. 34, 2º semestre 2018, p. 296-309. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/17280?dbaeicjmohlnohdb>. Acesso em: 18/06/2019.

PASSOS, R; FRANCO, T. Capítulo 7 – A mudança na política externa brasileira no governo Temer ou o mito da interrupção da luta contra-hegemônica e anti-imperialista brasileira. In: CORSI, F; SANTOS, A; CAMARGO, J. (orgs.). **A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 150-221. Disponível em http://www.canal6.com.br/livros_loja/Ebook_Conjuntura_brasileira.pdf. Acesso em: 03/01/2019.

PASSOS, R; SANTANA, D. Uma avaliação preliminar das propostas de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira. In: **Boletim de conjuntura política e econômica**. São Paulo: UNESP/ IEEI, out./dez. 2018. p. 4-14. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329659579_A_preliminary_evaluation_of_Jair_Bolsonaro's_proposals_for_Brazilian_foreign_policy_Uma_avaliacao_preliminar_das_propostas_de_Jair_Bolsonaro_para_a_politica_externa_brasileira. Acesso em: 19/06/2019.

PESQUISA CNI-Ibope – **Presidente Michel Temer encerra governo com baixa popularidade**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cni-ibope-avaliacao-do-governo/>. Acesso em: 30/12/2018.

PENNAFORTE, C. A política externa brasileira em novos tempos: o fim da perspectiva ativa e altaiva?. In: CONGRESO DE RELACIONES INTERNACIONALES, 8., 2016, La Plata. **Anais...** La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016. p. 1-17. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/58044>. Acesso em: 20/09/2019.

PINHEIRO, L. **Política externa brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PIÑERA, S. Twitter, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <https://twitter.com/sebastianpinera>. Acesso em: 27/11/2018.

POPOVA, I. Brazil's 2019 BRICS Presidency: What to Expect from the Start of a new Decade of Cooperation and the J. Bolsonaro's Administration. **VESTNIK RUDN International Relations**, v. 18, n. 4, 2018, p. 925-941. Disponível em: <http://journals.rudn.ru/international-relations/article/view/20332/>. Acesso em: 26/03/2019.

PRADO, C. **O Golpe na Presidenta Dilma Rousseff: Golpeachment**. Amazon, 2017. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Golpe-Presidenta-Dilma-Rousseff-Golpeachment/dp/1542760933>. Acesso em: 05/01/2019.

PRINSLOO, C. Bolsonaro and the BRICS: Bull in a China shop?. **SAIA**, Joanesburgo, Policy Briefing, n. 180, mar./ 2019, p. 1-15. Disponível em: <https://saiaa.org.za/research/bolsonaro-and-the-brics-bull-in-a-china-shop/>. Acesso em: 22/06/2019.

RIBEIRO, R. A; MILANI, C. R. S. L'élection de Bolsonaro, la politique étrangère brésilienne en 2019 et l'avenir de la coopération Sud-Sud. **IdeAs [En ligne]**, 13 | 2019, mis en ligne le 01 mars 2019, consulté le 21 avril 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ideas/5578>. Acesso em: 24/08/2019.

RODRIGUES, G. ¿El Trump del trópico? Política exterior de ultraderecha en Brasil. **Análisis Fundación Carolina**, abr./2019, p. 1-11. Disponível em: https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2019/04/AC-6.es_.pdf. Acesso em: 20/06/2019.

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudo. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 56, n. 1, 2013. p. 40-59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/03.pdf>. Acesso em: 27/11/2018.

SERRA, J. **Discurso do ministro José Serra por ocasião da transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores**. Publicado em 18 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>. Acesso em: 26/11/2018.

SILVA, A. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): Mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Rev. Conj. Aust.**, Porto Alegre, v. 10, n. 49, jan./ mar. 2019, p. 23-41. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.86954>. Acesso em: 18/06/2019.

SOUZA, A; SOUZA, J; OLIVEIRA, T. Política Externa Brasileira: De Lula a Temer descontinuidades e progressos. In: INTERNATIONAL RELATIONS WEEK, 4., 2016, Bauru. **Anais...** Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2016. P. 103-123. Disponível em: https://www.usc.br/custom/2008/uploads/anais/relation_week_2015/2016/trabalhos_2016/103-123-Asriel_Goncalves_Souza1.pdf. Acesso em: 28/12/2018.

SOUZA, J. **A Radiografia do Golpe: entenda como e porque você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TAKAHASHI, R. Bolsonaro's Foreign Policy: Evaluating Campaign Promises and Diplomatic Achievements. **Latin American Report**, v. 36, n. 1, 2019, p. 34-43. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/latinamericareport/36/1/36_34/_article/-char/ja/. Acesso em: 25/08/2019.

TELESUR – MA. **Venezuela refuerza lazos de cooperación con países de Asia y Medio Oriente**. Publicado em 11 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.telesurtv.net/news/venezuela-diplomacia-paz-lazos-cooperacion-paises-20190111-0018.html?fbclid=IwAR3sxtv3qGOBIIPeAqr2f3_qilyEOYzZnoQk2G9Jp20o3gRfd6mgvdEiRA. Acesso em: 12/01/2019.

TEMER, M. **Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de estado – Brasília, 12 de maio de 2016.** Publicado em 12 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/14020-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-brasilia-12-de-maio-de-2016>. Acesso em: 05/01/2018.

TIBURCIO, C. Constituição e relações internacionais. **Universita JUS**, v. 25, n. 1, 2014, p. 1-24. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/2889/2313>. Acesso em: 05/01/2019.

ULHOA, R. **Aloysio Nunes vai comandar a Comissão de Relações Exteriores no Senado.** Publicado em 10 de março de 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/3946554/aloysio-nunes-vai-comandar-comissao-de-relacoes-exteriores-no-senado>. Acesso em: 13/01/2019.

U.S DEPARTMENT OF STATE. **Actions Against Venezuela's Corrupt Regime Share.** Publicado em 10 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.state.gov/secretary/remarks/2019/01/288409.htm?fbclid=IwAR25jnO-4nsnG_3YXs_6XVfi6y69fDALOwkGRLBeGgXFB-VWSWeG39vsQTs. Acesso em: 12/01/2019.

VALERIEVNA, M. **The evolution of Brazil's foreign policy in the late 20th and early 21st century.** TCC (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Estado de São Petersburgo, São Petersburgo, 2018, p. 62. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11701/13839>. Acesso em: 19/06/2019.

VIEIRA, M. Brazilian Foreign Policy during critical transitions: A comparative analysis between Itamar's and Temer's administrations. **Encuentro Latinoamericano**, v. 5, n. 1, jul. 2018, p. 5-24. Disponível em: https://iapss.org/wp-content/uploads/2018/08/ELA_Vol.-5-No.-1_1.pdf. Acesso em: 21/06/2019.

VIGEVANI, T; CALANDRIN, K. S. Brazil's policy toward Israel and Palestine in Dilma Rousseff and Michel Temer's administrations: have there been any shifts. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 62, n. 1, jul. 2019, p. 1-25. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292019000100209&script=sci_arttext. Acesso em: 25/08/2019.